# DIÁRIO OFICIAL

Brasília, quarta-feira, 29 de março de 1995 — DO DISTRITO FEDERAL — ANO XVIII Nº 62


## SUMÁRIO


### PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO..... 1
SECRETARIA DE GOVERNO..... 5
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO..... 7
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO..... 8
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO..... 11
SECRETARIA DE SAÚDE..... 13
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA..... 20
SECRETARIA DE OBRAS..... 20
SECRETARIA DE TRANSPORTES..... 21
SECRETARIA DE AGRICULTURA..... 22
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA..... 22
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES..... 25
SECRETARIA DE TURISMO..... 26
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 27

### TRIBUNAL DE CONTAS ..... 28

### AVULSOS

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS..... 28
EDITAIS, AVISOS E DECLARACÕES..... 35


**ESTA EDIÇÃO 40 PÁGINAS**

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

**DECRETO Nº 16.381 DE 28 DE MARÇO DE 1995**

Dispõe sobre o credenciamento de entidades para a promoção de sorteios na modalidade bingo, ou similar, e dá outras providências.

**O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e considerando o disposto na Lei federal nº 8.672, de 6 de julho de 1993, especialmente em seu art. 57, e no Decreto federal nº 981, de 11 de novembro de 1993, decreta:

**CAPÍTULO I**
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**SEÇÃO I**
**Das Entidades Desportivas**

Art. 1º A entidade desportiva legalizada poderá angariar recursos para o fomento do desporto, mediante sorteios da modalidade denominada bingo, ou similar, observadas as diretrizes do Decreto federal nº 981, de 11 de novembro de 1993, de acordo com o disposto neste Decreto e demais normas que vierem a ser acrescidas ou modificadas.

Art. 2º Podem sujeitar-se ao processo de habilitação as entidades de administração, direção e de prática desportiva, constituídas de pessoas jurídicas de natureza desportiva, com efetiva atividade e participação em competições oficiais e quites com os tributos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais e com a seguridade social.

Parágrafo único. Entende-se para fins deste Decreto:

I - entidade de administração do desporto a confederação, com área de atuação nacional;

II - entidade de direção do desporto a federação, com área de atuação no Distrito Federal;

III - entidade de prática desportiva a pessoa jurídica constituída para esse fim, denominada clube ou similar com área de atuação no Distrito Federal.

Art. 3º O Comitê Olímpico Brasileiro (COB) é a entidade competente para atestar determinada atividade desportiva como modalidade olímpica, para os efeitos deste Decreto.

Art. 4º Poderão habilitar-se a promover sorteios da modalidade bingo, ou similar, mediante credenciamento e autorização, as entidades que se enquadrarem nas condições aqui tratadas.

Parágrafo único. Considera-se:

I - credenciamento: a habilitação reconhecida a entidade que se proponha a promover qualquer tipo dos sorteios ora considerados, observadas as exigências da legislação pertinente;

II - autorização: o deferimento concedido a entidade credenciada para realizar cada modalidade de sorteio prevista no art. 13.

**SEÇAO II**
**Do Credenciamento**

Art. 5º O requerimento de credenciamento deverá ser dirigido ao Secretário de Fazenda e Planejamento, mas protocolado na Subsecretaria da Receita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data pretendida para o início do evento, acompanhado da seguinte documentação:

I - ato constitutivo da entidade e posteriores alterações, registradas ou averbadas no cartório competente, ou na Junta Comercial;

II - comprovante da inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) do Ministério da Fazenda;

III - comprovante da regularidade e do exercício dos mandatos dos dirigentes, com os mesmos registros ou averbações referidos no inciso I;

IV - comprovante de quitação:

a - dos tributos federais;

b - da seguridade social, segundo o disciplinamento apropriado referente ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS;

c - com a Fazenda Pública do Distrito Federal, relativamente a valores de quaisquer origens;

d - com a Fazenda Pública Estadual ou Municipal de origem, quando for o caso;

V - comprovante de inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal.

VI - certidões de distribuição de ações cíveis, expedidas pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e pela Justiça Federal.

§ 1º A entidade de direção ou administração deverá comprovar, ainda:

I - filiação de entidades de prática desportiva;

II - organização e funcionamento autônomos em relação às entidades de prática desportiva;

III - exercício das competências definidas nos seus estatutos;

IV - adoção das regras desportivas da entidade internacional da modalidade;

V - filiação à entidade de direção nacional desportiva;

VI - atuação regular e continuada na gestão da modalidade em sua área de atuação, com realização de todas as competições oficiais obrigatórias do calendário, conforme comprovante fornecido pelo Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação - DEFER;

VII - efetiva participação no último campeonato mundial ou nacional, realizado na categoria principal ou juvenil, conforme o caso.

§ 2º A entidade de prática desportiva deverá comprovar, além do disposto no art. 5º **caput**, incisos I a V:

a) filiação a uma ou mais entidades de administração de qualquer dos sistemas do desporto olímpico em, no mínimo, três modalidades;

b) efetiva participação na última competição oficial concluída em, no mínimo, três modalidades olímpicas, conforme comprovante e declaração fornecidos pela entidade de administração a que se referir a modalidade olímpica;

c) regularidade junto às federações respectivas;

d) dispor de atleta capacitado para o desempenho da função desportiva de acordo com as normas de cada federação, por contratação ou por convênio com entidade afim, conforme atestado fornecido pela respectiva entidade de administração desportiva;

e) dispor de espaço físico mínimo em condições de promover a prática e aprendizagem desportiva, firmada pela respectiva entidade de administração desportiva.

§ 3° As certidões e declarações valerão pelo prazo nelas assinalado, ou por seis meses, no caso de não estipulação do prazo.

§ 4° As certidões e declarações deverão ser renovadas, quando vencidas.

Art. 6° O credenciamento terá validade por 12 (doze) meses, contados do seu deferimento, sem prejuízo da renovação obrigatória das certidões com prazo de validade vencido.

§ 1° Antes de expirado o prazo de validade do credenciamento, a entidade interessada deverá solicitar a renovação, sob pena de cancelamento.

§ 2° O pedido de renovação da validade do credenciamento implica a obrigatória atualização dos dados, inclusive certidões.

Art. 7°. A entidade desportiva credenciada poderá utilizar os serviços de sociedade comercial para administrar a realização do sorteio.

§ 1° A sociedade comercial contratada comprovará, perante a Secretaria de Fazenda e Planejamento, as exigências constantes do art. 5°, itens I a VI, deste Decreto e capital social mínimo de 2.500 Unidades Padrão do Distrito Federal - UPDF.

§ 2° A Secretaria de Fazenda e Planejamento manterá registro dos contratos firmados entre as entidades credenciadas e as sociedades comerciais administradoras do sorteio.

§ 3° A contratação da sociedade comercial para administrar o sorteio não exonera de responsabilidade a entidade credenciada perante o Distrito Federal e os participantes do evento.

**SEÇÃO III**
**Da Autorização**

Art. 8° O requerimento de autorização será dirigido ao Secretário de Fazenda e Planejamento, observado o disposto no art. 5°, e deverá ser instruído com o certificado de credenciamento e a seguinte documentação:

I - projeto de fomento ao desporto, com detalhamento da aplicação dos recursos a serem obtidos, podendo abranger um período de até 24 (vinte e quatro) meses, devidamente referendado pelo conselho fiscal da requerente e pela respectiva entidade superior;

II - plano de distribuição dos prêmios, obedecido o percentual referido no inciso I do artigo 20, com a descrição minuciosa da sua natureza, tal como dinheiro, bens móveis e imóveis, viagens e serviços;

III - definição da data, tipo de sorteio e local onde serão realizadas as reuniões de sorteio, certificados pelo órgão ou pessoa cedente;

IV - definição da quantidade de cartelas e seu preço unitário, correspondente à previsão de vendas e valores pertinentes referidos nos itens I e II, observado o disposto no § 1° deste artigo;

V - modelo da cartela a ser impressa, constando data, evento, nome da entidade e premiação;

VI - atestado a que se refere o disposto no art. 15;

VII - na hipótese de utilização de serviços de sociedade comercial para administrar realização de sorteio, o contrato de prestação de serviço registrado em cartório e demais documentos referidos no § 1° do art. 7°.

§ 1° Sem prejuízo dos dados estabelecidos nos itens I, II e IV acima, a entidade interessada poderá, em seu requerimento original, solicitar a confecção e utilização de cartelas em quantidade maior, no percentual suplementar máximo de 50% (cinqüenta por cento), observado o disposto nos artigos 14, 17 e 20.

§ 2° A Secretaria de Fazenda e Planejamento poderá indeferir, de imediato, o plano de distribuição de prêmios inconsistente, ou converter em diligência o que apresentar indícios de:

a) superavaliação dos valores dos prêmios prometidos;

b) subavaliação dos valores das vendas de cartelas ou de cupons de números;

c) a entidadc desportiva promotora do evento não apresentar capacidade administrativa ou financeira para a sua realização.

§ 3° A Secretaria de Fazenda e Planejamento exigirá da entidade requerente a prestação de caução em dinheiro, mediante depósito na agência central do BRB à disposição daquele órgão, suficiente para garantir direitos de terceiros, especialmente dos participantes de sorteios promovidos pela entidade depositante, exceto em relação ao bingo permanente.

Art. 9° É necessária a autorização pertinente a cada tipo de sorteio e esta só poderá ser concedida à entidade credenciada.

Art. 10. A autoridade fazendária poderá:

I - promover ou solicitar diligências no sentido de apurar a correção de dados contidos em certidões, documentos e informações apresentados;

II - solicitar certidões, documentos e informações complementares, ou de outras fontes.

Art. 11. O Secretário de Fazenda e Planejamento é a autoridade competente para conferir o credenciamento e conceder a autorização.

Parágrafo único - Os documentos de credenciamento e autorização ficarão expostos, em quadro específico, na entrada do estabelecimento.

Art. 12. Novos pedidos de credenciamento ou de autorização somente serão analisados se a entidade houver prestado contas do evento anterior.

**SEÇÃO IV**
**Das Formas dos Sorteios**

Art. 13. Os sorteios mencionados no artigo 1° ficam restritos à utilização das seguintes modalidades lotéricas:

I - Bingo: loteria em que se sorteiam, ao acaso, números de 1 (um) a 90 (noventa), mediante sucessivas extrações, até que um ou mais concorrentes atinjam o objetivo previamente determinado, utilizando processo isento de contato humano que assegure integral lisura aos resultados;

II - Sorteio Numérico: sorteio de números, tendo por base os resultados da Loteria Federal;

III - Bingo Permanente: a mesma modalidade prevista no inciso I, com autorização para ser aplicada nas condições específicas tratadas neste Decreto;

IV - Sorteios Similares: modalidades de eventos similares às anteriormente citadas, específicas em cada caso, a critério da Secretaria de Fazenda e Planejamento.

Parágrafo único. Os sorteios das modalidades bingo e sorteio numérico poderão ser articulados com a realização de eventos desportivos, sendo obrigatória, nestes casos, a entrega dos prêmios aos vencedores, durante as competições.

Art. 14. As cartelas serão impressas em quantidade e especificações, mediante autorização identificada numericamente pela Secretaria de Fazenda e Planejamento, devendo:

I - ser numeradas seqüencialmente, seriadas e com indicação da quantidade total e valor unitário;

II - constar o número da autorização e, no seu rodapé, o nome e os números da inscrição da gráfica impressora, no Cadastro Fiscal do Distrito Federal e no Cadastro Geral de Contribuintes, do Ministério da Fazenda.

§ 1° A gráfica impressora das cartelas enviará, à Secretaria de Fazenda e Planejamento, certidão de impresso das cartelas, contendo o número da autorização, quantidade de cartelas, série, numeração e valor unitário.

§ 2° A utilização dos documentos de que trata este artigo fica condicionada a prévia autenticação.

**SEÇAO V**
**Das Reuniões dos Sorteios e Premiação**

Art. 15. A adequação do local a ser utilizado para as reuniões destinadas a angariar os recursos objetivados pela entidade credenciada será atestada, após vistoria pelos órgãos competentes do Distrito Federal, de modo a respeitar a lotação máxima, a segurança, a higiene e outras exigências aplicáveis às aglomerações humanas, cujo atestado se integrará à documentação a ser examinada para deliberação sobre a autorização requerida.

Art. 16. Às reuniões de sorteios aplicam-se as seguintes regras:

I - nenhuma delas poderá ser iniciada ou realizada:

a) sem prévia comunicação, através de correspondência protocolada, às autoridades policiais competentes;

**SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
**DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO**
**DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL**
**Diretor Responsável**
**CLEMENTE LUZ**
**Redação e Administração**
**Anexo do Palácio do Buriti**

**Telefones**
**Redação: direto 225-7803 / 316-413 e 213-6312**

| | |
|---|---|
| **EXEMPLAR AVULSO:** | **R$ 0,64** |
| **ASSINATURAS:** | **R$ 17,54** |
| **PORTE ECT:** | **R$ 18,34** |

b) no horário compreendido entre duas e oito horas da manhã de cada dia, exceto em relação ao bingo permanente;

c) sem o anúncio e a exposição física dos prêmios prometidos e dos documentos relativos às suas aquisições, conforme o caso;

II - todas elas deverão ser registradas em atas redigidas simultaneamente com a realização do evento, as quais permanecerão à disposição da Secretaria de Fazenda e Planejamento por dois anos, para possíveis verificações.

Parágrafo único. Na hipótese referida na alínea "c" do inciso I, sendo o caso de premiação em dinheiro, este deverá estar devidamente contado e separado de modo seguro, à disposição do ganhador, observado o disposto no § 1° do artigo seguinte.

Art. 17. Ao final de cada sorteio serão entregues os prêmios prometidos, observado o disposto no § 1°, e cujo valor total, incluídas as parcelas relativas ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, ao Imposto sobre Serviços - ISS, e aos demais tributos e contribuições, corresponderá ao previsto no inciso I do art. 20, sendo sua natureza - dinheiro, cheque, bens ou serviços - precisamente discriminada, do prévio conhecimento de todos os participantes.

§ 1° Na ocorrência de confecção excedente de cartelas conforme faculdade tratada no § 1° do art. 8°, e somente na hipótese de resultar a premiação, então estabelecida, valor inferior a 65% (sessenta e cinco por cento) da efetiva arrecadação, dever-se-á ajustar a premiação àquele percentual, podendo ser complementada em dinheiro.

§ 2° Os prêmios serão entregues aos portadores das cartelas ou cupons de números premiados, observadas as normas legais, quanto aos menores, incapazes e procuradores.

§ 3° Em qualquer caso, os ganhadores terão até 90 (noventa) dias para reclamação de seus prêmios. Findo esse prazo, serão entregues a entidades filantrópicas, da escolha da Secretaria de Fazenda e Planejamento.

§ 4° A ocorrência de falha, avaria ou acidente nos equipamentos ou instalações implicará a suspensão da partida ou rodada, caso em que, sendo impossível sanar-se o problema, serão integralmente devolvidas aos participantes, de imediato, as importâncias correspondentes às cartelas ou fichas adquiridas.

§ 5° Na hipótese de falha, avaria ou acidente, quando já iniciada a extração das bolas ou números, a partida ou rodada terá continuidade mediante sorteios manuais, com a utilização de aparelho auxiliar, restringindo-se exclusivamente às bolas ou números ainda não extraídos.

Art. 18. No caso de promessa de premiação de bens corpóreos (imóveis, veículos, eletrodomésticos e outros semelhantes) ou viagens, ações ou títulos patrimoniais, o plano de distribuição de prêmios será acompanhado de documentos comprobatórios da sua efetiva e plena propriedade, sem quaisquer ônus ou restrições de direitos.

Art. 19. Somente em casos excepcionais, cercados das cautelas devidas, a autoridade fazendária aprovará o plano de distribuição de prêmios no qual o bem prometido, sem ter sido antes transferido do vendedor para a entidade desportiva, será transferido, por autorização desta, diretamente daquele vendedor para o ganhador do prêmio.

## SEÇÃO VI
### Da Destinação dos Recursos

Art. 20. O total dos recursos arrecadados em cada sorteio terá a seguinte destinação:

I - 65% (sessenta e cinco por cento) para a premiação, incluída a parcela correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, o Imposto sobre Serviços e outros eventuais tributos e contribuições;

II - 35% (trinta e cinco por cento) para a entidade desportiva autorizada, para aplicação em projetos ou atividades de fomento ao desporto e custeio das despesas de administração e divulgação, cabendo à sociedade comercial prevista no art. 7°, caput, efetivar o recolhimento dos seus tributos e contribuições nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo único. A distribuição dos recursos e o exame dos documentos de despesas serão objeto de acompanhamento e fiscalização pela Secretaria de Fazenda e Planejamento.

## SEÇÃO VII
### Da Prestação de Contas

Art. 21. Sem prejuízo da prestação de contas prevista no artigo seguinte, a entidade desportiva autorizada, promotora da reunião de sorteios, comprovará à Secretaria de Fazenda e Planejamento, até o 10° (décimo) dia seguinte à data da realização do sorteio:

I - o valor arrecadado, com a devolução das cartelas porventura não vendidas, para fins de cancelamento, sob pena de serem consideradas vendidas;

II - se for o caso, o ajuste da premiação previsto no § 1° do artigo 8°;

III - a entrega da premiação mediante:

a) recibo original, com firma reconhecida do ganhador, constando o efetivo recebimento do prêmio, quando se tratar de bem não sujeito a registro ou controle de órgão oficial, como eletrodoméstico, bicicleta, mobiliário, máquina, aparelho, bilhete de passagem e outros semelhantes;

b) o documento referido na alínea anterior e a cópia do documento de registro de propriedade do prêmio entregue, quando for bem imóvel ou bem móvel sujeito a registro ou controle de órgão oficial, como veículo aeroviário, agrícola ou rodoviário;

IV - o pagamento de tributos e contribuições, inclusive referentes aos débitos do INSS e despesas, se for o caso;

V - a regularidade da reunião e seus procedimentos, com a apresentação:

a) da cópia autenticada da ata do evento;

b) de relatório demonstrativo dos valores que compõem os percentuais indicados no artigo 20.

Parágrafo único. Na hipótese de o prêmio ser reclamado posteriormente ao evento, respeitado o prazo estipulado no § 3° do art. 17, a comprovação será feita no dia útil seguinte ao da efetiva entrega do prêmio.

Art. 22. No prazo máximo de 90 (noventa) dias do encerramento do sorteio, a entidade autorizada promotora do evento, protocolará, na repartição fazendária, a prestação de contas a ele pertinente, incluindo a aplicação dos recursos, conforme projeto próprio, referendada pelo conselho fiscal e pela entidade desportiva superior a que estiver vinculada.

Parágrafo único. A obrigação prevista no **caput** não será prejudicada caso a aplicação dos recursos envolva período mais longo, conforme projeto indicado no item I do art. 8°, hipótese em que a prestação de contas contemplará essa circunstância, ficando a aplicação remanescente sujeita a prestação de contas complementar, no prazo de 90 (noventa) dias da data-limite fixada no projeto, igualmente referendada pelo conselho fiscal e pela entidade desportiva superior.

Art. 23. A entidade desportiva credenciada e a sociedade contratada para administrar o sorteio deverão manter, à disposição da Secretaria de Fazenda e Planejamento, durante 2 (dois) anos, a relação dos prêmios entregues, com indicação dos respectivos ganhadores, endereços completos e CICs, assim como as cópias dos recibos de entrega dos prêmios, qualquer que seja a sua natureza ou espécie.

## CAPÍTULO II
## DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

## SEÇÃO I
### Do Bingo Permanente

Art. 24. Os locais destinados à realização de bingo permanente deverão satisfazer as seguintes condições:

I - ambiente especial, com capacidade mínima para 500 (quinhentos) participantes sentados;

II - sistema de circuito fechado de televisão e de difusão sonora, que permitam a todos os participantes a perfeita visibilidade de cada procedimento dos sorteios e do seu permanente acompanhamento;

III - equipamento apropriado para extração de números;

IV - mesas, cadeiras e área próprias à permanência de, no mínimo, dois agentes do fisco do Distrito Federal, incumbidos da fiscalização das reuniões de sorteios;

V - instalações sanitárias suficientes para o atendimento aos participantes, atestadas pela Saúde Pública;

VI - ventilação, iluminação e equipamentos contra incêndio, adequados à segurança do recinto e certificada a regularidade pelo Corpo de Bombeiros.

§ 1° A adequação do local será atestada pelas autoridades específicas envolvidas, que emitirão laudos de vistoria necessários à obtenção do alvará de funcionamento.

§ 2° As mesmas autoridades citadas no parágrafo anterior ficam responsáveis pelo acompanhamento da manutenção das condições supra referidas.

Art. 25. As reuniões de sorteios de bingo permanente poderão ser realizadas, diariamente, programadas para diversos e sucessivos sorteios, integrados ou independentes uns dos outros.

§ 1° É proibida a venda de cartelas fora do ambiente onde serão realizadas as reuniões de sorteios.

§ 2° A entidade desportiva credenciada e a empresa contratada para administrar o sorteio, excetuado o valor da aposta e do ingresso, não poderão cobrar dos participantes qualquer outra taxa, emolumento ou contribuição.

§ 3° Demais condições de operacionalização desta modalidade de sorteio constarão de regulamentação específica.

Art. 26. A Secretaria de Fazenda e Planejamento, para as modalidades de bingo permanente, antes da outorga do "Certificado de Credenciamento" ou ao longo de sua validade, poderá, a qualquer tempo, determinar diagnóstico técnico, através de órgão competente, visando mensurar a idoneidade do sistema e a segurança dos equipamentos, bem como coibir interferências eletro-eletrônicas ou manipulações humanas que alterem ou distorçam a natureza aleatória dos eventos.

Parágrafo único. O diagnóstico abrangerá os elementos básicos da modalidade de sorteio, tais como:

I - CARTELAS E FICHAS, tendo em vista o controle da fabricação, qualidade do material, numeração e série, quando for o caso, e forma de utilização;

II - MÁQUINA EXTRATORA DE BOLAS OU NÚMEROS e sua integração com sistema de verificação e controle que a resguarde de qualquer fraude ou manipulação de resultados, mediante lacre, etiqueta ou selo de segurança;

III - COMPUTADORES, MÁQUINAS INDIVIDUAIS, SEUS TERMINAIS DE CAPTAÇÃO E PROCESSAMENTO DE ARQUIVOS, de funcionamento e segurança, garantidores da lisura do processo e resguardadores dos direitos do apostador;

IV - CIRCUITO INTERNO DE TELEVISÃO, de existência obrigatória, de modo a garantir a todos os participantes o conhecimento dos números das bolas que vão sendo extraídas durante a partida, devendo a imagem ser mostrada simultaneamente por todos os monitores distribuídos pelo recinto, em quantidade para assegurar perfeita visibilidade a todos;

V - TELAS OU PAINÉIS INDICATIVOS, em número suficiente para garantir perfeita visibilidade e acompanhamento ininterrupto pelos participantes, nos quais irão sendo mostrados os números à medida em que forem sendo sorteados e anunciados;

VI - SISTEMA DE SOM, constituído de equipamentos que possam garantir perfeita e integral audição aos participantes em relação aos sorteios e outros eventos que devam ser anunciados no decorrer das partidas ou rodadas;

VII -OUTROS EQUIPAMENTOS integrantes da respectiva modalidade.

Art. 27. As comprovações de entregas de prêmios serão feitas semanalmente, à Secretaria de Fazenda e Planejamento, até o último dia útil, englobando todas as premiações da semana imediatamente anterior.

## SEÇÃO II
### *Dos Sorteios Numéricos*

Art. 28. Na modalidade de sorteio numérico, previsto no inciso II do art.13:

I - aplica-se o disposto no art. 14, quanto à confecção de cartelas;

II - dependerá de prévia autorização da Secretaria de Fazenda e Planejamento, com a vistoria do órgão competente quando se tratar de equipamento eletrônico;

§ 1° A autorização contida no inciso II, deste artigo, será afixada no equipamento, em local visível ao público, conforme modelo próprio expedido pela Secretaria de Fazenda e Planejamento;

§ 2° A inobservância do disposto neste artigo acarretará a apreensão do referido equipamento.

§ 3° O equipamento eletrônico terá obrigatoriamente:

I - contador numérico de utilização, com no mínimo 6 dígitos;

II - acumulador total de utilização irreversível;

III - compartimento para inserção de fichas de uso.

§ 4° Às formas de lacração e manutenção, aplicam-se, no que couber, as regras previstas no RICMS, relativamente às máquinas registradoras.

## SEÇÃO III
### Dos Sorteios Similares

Art. 29. Na modalidade dos sorteios similares envolvendo jogos instantâneos, sistema "on-line", vídeo-bingo eletrônico, vídeo-keno eletrônico e outras espécies de jogos computadorizados com utilização de imagens de vídeo e gerador aleatório de números, o credenciamento ficará sujeito à apreciação dos mecanismos de segurança por técnicos escolhidos pela Secretaria de Fazenda e Planejamento.

Art. 30. A Secretaria de Fazenda e Planejamento, poderá a qualquer tempo, determinar diagnóstico técnico referente aos sorteios similares, conforme o disposto no art. 26 deste Decreto.

## CAPÍTULO III
## DAS DISPOSIÇÕES PENAIS

Art. 31. A inobservância das regras deste Decreto e da legislação pertinente acarretará às entidades desportivas infratoras as seguintes penalidades, a serem aplicadas pela Secretaria de Fazenda e Planejamento, cumulativamente:

I - cassação da autorização para a realização de reuniões de sorteios;

II - proibição de realizar novos sorteios pelo prazo de 5 (cinco) anos;

III - perda dos bens prometidos para premiação, se estes não tiverem sido ainda entregues, ou multa igual ao valor desses prêmios, nunca inferior a 50 (cinqüenta) UPDF, vigente na data de seu recolhimento.

§ 1° A multa prevista no inciso III será recolhida no Documento de Arrecadação (DAR) com indicação do código da receita respectiva, se os prêmios já tiverem sido entregues ou não forem encontrados.

§ 2° Incumbe, ainda, à Secretaria de Fazenda e Planejamento, recolher os bens prometidos para a premiação, se estes não tiverem sido ainda entregues.

§ 3° As penalidades referidas neste artigo serão efetivadas sem prejuízo da cobrança dos valores então devidos e da aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

§ 4° Às infrações fiscais, aplicam-se as penalidades previstas nos dispositivos legais próprios.

§ 5° Relativamente aos equipamentos eletrônicos, aplicar-se-ão as multas previstas para os equipamentos emissores de cupom fiscal.

## CAPITULO IV
## DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 32. Sem prejuízo da aplicação das demais disposições legais e regulamentares, sobre as entidades desportivas alcançadas por este Decreto incidem as seguintes normas:

I - a responsabilidade pela realização de reuniões de sorteios, bem como pela aplicação dos recursos obtidos, será sempre e exclusivamente delas, ainda quando utilizarem os serviços de terceiros ou mesmo quanto aos eventos realizados fora do local de sua sede;

II - o seu simples credenciamento não gera direito adquirido para que realizem reuniões de sorteios;

III - o seu credenciamento e a autorização para que realizem reuniões de sorteios não as eximem do cumprimento das obrigações relativas:

a) à higiene, à saúde e à segurança pública;

b) aos tributos, às contribuições sociais, aos emolumentos e aos encargos acaso incidentes;

c) às informações, autorizações ou solicitações necessárias à realização dos eventos, perante quaisquer autoridades competentes;

IV - seus dirigentes ou responsáveis responderão, isolada ou conjuntamente:

a) pelos danos ou perdas causados a pessoas ou entes públicos, em decorrência da realização, ou tentativa, de eventos não autorizados;

b) pela lisura, normalidade, entrega de prêmios e aplicação dos recursos obtidos;

c) pelo pagamento de tributos e demais encargos, nos termos da legislação;

V - relativamente aos atos e fatos vinculados ao seu credenciamento, à proposta e efetividade da realização de reuniões de sorteio, ao cumprimento dos planos de distribuição de prêmios e de aplicação de recursos, ou quanto ao desvirtuamento das suas finalidades essenciais, estão elas sujeitas à fiscalização pelos agentes dos órgãos públicos competentes sem quaisquer restrições.

Art. 33. A entidade desportiva interessada em promover os eventos tratados neste Decreto, mesmo que já credenciada, não poderá divulgá-los sem ter obtido a competente autorização para a sua realização.

Art. 34. Às entidades que já promovem os eventos ora disciplinados é concedido o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste Decreto, para requererem o credenciamento e a autorização, perante a Secretaria de Fazenda e Planejamento, mediante apresentação da prestação de contas e comprovação do recolhimento dos tributos devidos.

Art. 35. Os sorteios, ou similares, realizados fora das condições estabelecidas neste Decreto ficam subordinados aos dispositivos da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e do Decreto nº 70.951, de 9 de agosto de 1992, e legislação complementar, mesmo quando se tratar de entidade desportiva, de administração ou de prática, buscando recursos para o fomento do desporto.

Art. 36. O Secretário de Fazenda e Planejamento fica autorizado a baixar atos complementares que se fizerem necessários.

Art. 37. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de março de 1995
107° da República e 35° de Brasília

**CRISTOVAM BUARQUE**

# SECRETARIA DE GOVERNO

PORTARIA DE 15 DE MARÇO DE 1995

O SECRETARIO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais estabelecidas pelo Decreto nº 15.063, de 23 de setembro de 1993,

R E S O L V E:

Cessar o pagamento da Gratificação por Encargo em Gabinete, na categoria de Auxiliar, do servidor REINALDO PEREIRA PINTO, matrícula nº 32.175-3, Auxiliar de Administração Pública do Distrito Federal, à disposição da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

HELIO DOYLE

**PROCESSO** : 030-002.859/95
**INTERESSADO:** Fundação Universidade de Brasília
**ASSUNTO** : Inexigibilidade de Licitação

DESPACHO:

Ratifico, para fins do Art. 26, da Lei 8.666/93, a realização de despesa, com inexigibilidade de licitação, em favor da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), para custear despesas com reembolso de salários e encargos de servidores requisitados daquela Fundação, durante o presente exercício.

A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no "caput" do artigo 25, da Lei 8.666/93.

Publique-se e encaminhe-se a Divisão de Administração Geral/SEG, para as providências complementares.

Brasília, 28 de março de 1995

**HÉLIO DOYLE.**

# DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

**PROCESSO Nº: 131.000.281/95**
**INTERESSADA: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA**
**ASSUNTO : ASSINATURA DE PERIÓDICO**

**D E S P A C H O:**

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria de 30 de dezembro de 1993, publicada no DODF do dia 31, do mesmo mês e ano, do Excelentíssimo Senhor Secretário de Governo, para os fins do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a realização da despesa, com inexigibilidade de licitação, em favor da **IMPRENSA NACIONAL**, no valor de R$ 199,32 (cento e noventa e nove reais e trinta e dois centavos), relativo a Nota de Empenho nº 089/95, com o objetivo de custear despesa com assinatura do Diário Oficial da União, Seção I e III, de interesse da Administração Regional de Brasília.

A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no "caput" do artigo 25, da Lei nº 8.666/93.

Publique-se e encaminhe-se à Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais - SUCAR, com vista à Administração Regional do Gama, para as providências complementares.

Brasília, 28 de março de 1995.

**JOÃO FLÁVIO IEMINI DE REZENDE**
**DIRETOR**

**PROCESSO Nº: 141.000.391/95**
**INTERESSADA: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA**
**ASSUNTO : PROGRAMAÇÃO CARNAVALESCA/95**

**D E S P A C H O:**

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria de 30 de dezembro de 1993, publicada no DODF do dia 31, do mesmo mês e ano, do Excelentíssimo Senhor Secretário de Governo, para os fins do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a realização da despesa, com inexigibilidade de licitação, em favor da **ARUC - ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL UNIDOS DO CRUZEIRO**, no valor de R$ 1.000,00 ( hum mil reais), relativo a Nota de Empenho nº 085/95, com o objetivo de custear despesas com a contratação de serviço de animação carnavalesca, de interesse da Administração Regional de Brasília.

A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no inciso III, do artigo 25, da Lei nº 8.666/93.

Publique-se e encaminhe-se à Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais - SUCAR, com vista à Administração Regional de Brasília, para as providências complementares.

Brasília, 27 de março de 1995.

**JOÃO FLÁVIO IEMINI DE REZENDE**
**DIRETOR**

# SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS
# CRUZEIRO

**ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE MARÇO DE 1995.**

**O ADMINISTRADOR REGIONAL DO CRUZEIRO,** no uso de competência que lhe é atribuída pelo Regimento da RA-XI, aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29.12.94, publicado no DODF de 30.12.94.

**RESOLVE:**

**DESIGNAR:** a servidora **NEIDE MARIA DE MORAES**, matrícula nº 42.438-2, Auxiliar de Administração Pública, para substituir a Chefe da Seção de Pessoal, símbolo DFG-08, no período de 21.03.95 à 21.05.95, por motivo de Licença Maternidade da Titular.

**HÉLIO LOPES DOS SANTOS**

Administrador Regional do Cruzeiro

## DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
## SEÇÃO DE PESSOAL

**Concessão de Salário-Família**

**Concedo o Benefício do Salário-Família, de acordo com o Artigo 196 da Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990,aos seguintes servidores:**

**SERVIDOR: RUI FARNESE MARTINS DOS SANTOS**
**MATRÍCULA:45.513-X**
**DEPENDENTES: LEANDRO MARTINS FARNESE, filho nascido em 09 de setembro de 1978, RUI JÚNIOR SOARES FARNESE, filho nascido em 13 de março de 1992, conforme certidões apresentadas.**
**SERVIDOR: PAULO HUMBERTO PEREIRA DA SILVA**
**MATRÍCULA: 45.514-8**
**DEPENDENTE: LUANA KELLEN ALVES SILVA, filha nascida em 21 de março de 1994, conforme certidão apresentada.**

**HÉLIO LOPES DOS SANTOS**

**Administrador Regional do Cruzeiro**

## PARANOÁ

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE MARÇO 1.995.

A ADMINISTRADORA REGIONAL DO PARANOÁ, no suso das atribuições regimentais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores EDISON MOTA DA SILVA matrícula nº 39.254-5, Chefe da Assessoria Técnica e MÁRCIA DE OLIVEIRA LIMA, Fiscal de Limpeza, para sob a presidência do primeiro e secretariado pelo segundo, comporem a Comissão de que trata o Processo nº 140.000433/94, devendo apresentar relatório final no prazo de 30(trinta) dias a contar da data de sua publicação

MARIA DEISIONE DA SILVA

Administradora Regional do Paranoá

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE MARÇO DE 1.995.

A ADMINISTRADORA REGIONAL DO PARANOÁ, no uso de suas atribuições regimentais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

PRORROGAR o prazo estabelecido na Ordem de Serviço de 24.11.94, referente ao Processo 140.000543/94, por mais 30(trinta) dias a contar de 27.03.95.

MARIA DEISIONE DA SILVA
Administradora Regional do Paranoá

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE MARÇO DE 1.995.

A ADMINISTRADORA REGIONAL DO PARANOÁ, no uso das atribuições regimentais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

CONSTITUIR, a Comissão para apurar os fatos constantes no Processo nº 140.000114/95, sendo os membros, EDISON MOTA DA SILVA, Chefe da Assessoria Técnica, DIVA ALMEIDA GUIMARÃES, Auxiliar Administrativo, GUTEMBERG TOSSAITE GOMES, Fiscal de Obras e ALVÁRO CASTRO FONSECA, Apontador de Obras, sendo presidida pelo primeiro e secretariada pelo segundo, tendo esta, concluir os trabalhos e apresentar relatório num prazo de 30(trinta) dias a contar da data de publicação.

MARIA DEISIONE DA SILVA

Administradora Regional do Pranoá

## SAMAMBAIA

**ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE MARÇO DE 1995.**

**O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SAMAMBAIA, no uso de suas atribuições e considerando o disposto nos Decretos 11.386/88 e 11.452/89;**

**R E S O L V E :**

**AUTORIZAR o servidor DIVINO SOARES DE SOUZA, matrícula 39.959-0, Técnico de Administração Pública, a prestar serviços extraordinários no mês de março do corrente exercício, num total de 44 (quarenta e quatro) horas, observando-se, rigorosamente, o que determina os Decretos supracitados;**
**Determinar que a chefia imediata mantenha rigoroso controle sobre a efetiva realização dos mencionados serviços, encaminhando à Divisão de Administração Geral, ao final do mês, o total de horas trabalhadas pelo servidor.**

**JACQUES DE OLIVEIRA PENA**

**ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE MARÇO DE 1995.**
**O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SAMAMBAIA, no uso de suas atribuições regimentais e face a competência que lhe confere o Decreto nº 13.477, de 17.09.91;**

**R E S O L V E :**
**CESSAR O PAGAMENTO de indenização de transporte, dos servidores abaixo relacionados, por motivo de transferência para outra Região Admi**

nistrativa, a saber:

- LUIZ ANTONIO QUERINO, Fiscal de Posturas, matrícula 22.241-0, a contar de 17.03.95;
- JOSÉ GERALDO DA SILVA DAMA, Fiscal de Posturas, matrícula nº 25.156-9, a contar de 21.03.95.

JACQUES DE OLIVEIRA PENA

## SÃO SEBASTIÃO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001 DE 20 DE MARÇO DE 1.995.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO /RA-XIV, no uso das atribuições legais e considerando o disposto nos itens II e III do artigo 13, do Decreto nº 16.098, de 29.11.94, que aprovou as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal,

R E S O L V E:

DESIGNAR o Diretor da Divisão Regional de Licenciamento de Obras, como executor e supervisor do Convênio 001/92, Firmado entre o Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Governo/Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais e a Companhia Energética de Brasília-CEB, objetivando atender à execução dos serviçosde Manutenção do Sistema de Iluminação Pública na Região Administrativa de São Sebastião, com vigência até 31.12.95, compreendendo: C-01. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA; C-02 . CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE REDES E EQUIPAMENTOS.

I - O executor do Convênio, que terá acesso ao Trabalho, caberá supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução, apresentando relatórios quando do término de cada etapa ou quando solicitado pelo contratante, em estreita observância às Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

II - Revogam-se disposições em contrário, entra em vigor a partir de 16.02.95.

ACIOLINO PEREIRA LOPES

Republicado por ter saído com incorreção no original publicado no DODF nº 58 de 23.03.95.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002 DE 21 DE MARÇO DE 1.995.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO/RA-XIV, no uso das atribuições legais e considerando o disposto nos itens II e III do artigo 13, do Decreto nº 16.098, de 28.11.94, que aprovou as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal,

R E S O L V E:

DESIGNAR o Diretor da Divisão Regional de Obras Públicas, símbolo DFG-12, como Executor e Supervisor do Convênio 003/91, firmado entre o Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Governo/Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil-NOVACAP, objetivando atender à execução dos serviços de Conservação das Áreas Urbanizadas na Região Administrativa de São Sebastião, com vigência até 31.12.95, compreendendo: N1 - OPERAÇÃO TAPA BURACO; N2 - FORNECIMENTO DE MASSA ASFÁLTICA; N3 - CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS; N4 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS AJARDINADAS; N5 - RECUPERAÇÃO DE CALÇADAS E MEIOS-FIOS; N6 - RECUPERAÇÃO, DESOBSTRUÇÃO E LIMPEZA DE BOCAS DE LOBO E GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS ;N8 - TERRAPLANAGEM E ENCASCALHAMENTO; N9 - SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS E AEROFOGRAMÉTRICOS; N10 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS; N11 - MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E TRANSPORTE; N12 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SINALIZAÇÃO; N14 - CONSERVAÇÃO DE PARQUES INFANTIS.

I - Ao executor do Convênio, que terá acesso ao trabalho, caberá supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução, apresentando relatórios quando do término de cada etapa ou quando solicitar pelo contratante, em estreita observância às Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal vigentes.

II - Os efeitos desta Ordem de Serviço retroagem a 16.02.95.

ACIOLINO PEREIRA LOPES

Republicado por ter saído com incorreção o original publicado no DODF nº 58 de 23.03.95.

## GAMA

ORDEM DE SERVIÇO DE 20 DE MARÇO DE 1.995.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto nos itens II e III do artigo 13, do Decreto nº 16.098, de 29.11.94, que aprovou as Normas de Execuçao Orçamentaria, Financeira e Contabil do Distrito Federal,

R E S O L V E :

I. Designar a Diretora da DAG e o Chefe da S. Pessoal, desta Administraçao Regional, para Executora e Supervisor respectivamente, do Convenio 003/91, firmado entre o Distrito Federal, por intermedio da Secretaria de Governo/Subsecretaria de Coordenaçao das Administraçoes Regionais e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil NOVACAP, objetivando atender a execuçao dos serviços de Conservaçao de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas na Regiao Administrativa do Gama, com vigencia ate 31.12.95, compreendendo: N7. Recursos Humanos; N13. Vale Transporte.

II. À executora e ao Supervisor do Convênio, que terão acesso ao trabalho, caberao supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execuçao, apresentando relatorios quando do termino de cada etapa ou quando solicitados pelo contratante, em estreita observancia as Normas de Execuçao Orçamentaria, Financeira e Contabil do Distrito Federal vigentes.

III. Os efeitos desta Ordem de Serviço retroagem a 16.02.95.

MAURO ALVES PINHEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 24 DE MARÇO DE 1995.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto nos itens II e III do Artigo 13, do Decreto nº 16.098, de 29.11.94, que aprovou as Normas de Execuçao Orçamentaria, Financeira e Contabil do Distrito Federal,

R E S O L V E :

DESIGNAR o DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, desta Administração Regional para SUPERVISOR e o CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, para EXECUTOR do Convênio 003/91, firmado entre o Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Governo / Subsecretaria de Coordenaçao das Administraçoes Regionais e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, objetivando atender à execução dos serviços de Conservação de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas na Região Administrativa do Gama, com vigência ate 31/12/95, compreendendo: N7. RECURSOS HUMANOS; N13. VALE-TRANSPORTE.
Ao Executor do Convênio, que terá acesso ao trabalho, caberá supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução, apresentando relatorios quando do término de cada etapa ou quando solicitado pelo contratante, em estreita observância às Normas de Execução Orçamentaria, Financeira e COntábil do Distrito Federal vigentes.
Os efeitos desta Ordem de Serviço, retroagem a 16 de fevereiro de 1995.

MAURO ALVES PINHEIRO

# SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

## PORTARIA DE 27 DE MARÇO DE 1995

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no artigo 2°, do Decreto n° 11.775, de 22 de agosto de 1989, e o constante do processo n° 056.000.169/94 - FUNAP.

RESOLVE:

Designar DORALICE DE JESUS OLIVEIRA MAGALHÃES, Presidente da Comissão de Licitação da Secretaria de Administração, PAU-

LO SÉRGIO LEAL ALVES, ALDA SILVA VIVACQUA E ROMEU AMÂNCIO DIAS Membros da Comissão de Licitação-SEA, MARCELO FAGUNDES DE MORAES, representante da CODEPLAN, e LUIS ALAN OLIVATO, representante da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, para sob a presidência da primeira, constituirem Comissão Especial com a finalidade de proceder a realização de licitação para aquisição de equipamentos de processamento de dados destinados a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal.

ANTONIO CARLOS DE ANDRADE

**PORTARIA DE 28 DE MARÇO DE 1995**

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 81, inciso VI, e no artigo 91, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares aos servidores a seguir mencionados:
NOME: ELCIO FERRERA FROTA
MATRÍCULA: 35.227-6
CARGO: Técnico de Administração Pública
CLASSE: 3ª PADRÃO: III LOTAÇÃO: RA V
VIGÊNCIA: a partir de 01-04-95
PRAZO: 02 (DOIS) anos
QUADRO: De Pessoal do DF

NOME: FRANCISCO RICARDO ANDRADE MICAS
MATRÍCULA: 433
CARGO: Técnico de Administração Pública
CLASSE: PADRÃO: III LOTAÇÃO: HEMOCENTRO
VIGÊNCIA: a partir de 01-04-95
PRAZO: 02 (DOIS) anos
QUADRO QUADRO: De Pessoal do ISDF

ANTONIO CARLOS DE ANDRADE

PROCESSO Nº: 030.001988/95
INTERESSADO: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE
Em cumprimento ao disposto no caput do artigo 25, combinado com o artigo 26 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, ratifico a inexigibilidade a favor da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, para atender despesas com servidora requisitada para a Secretaria de Administração no decorrer de 1995.

Brasília, 23 de março de 1995
ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário de Administração

PROCESSO Nº 030.001581/95
INTERESSADO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE

Em cumprimento ao disposto no caput do artigo 25, combinado com o artigo 26 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, ratifico a inexigibilidade a favor da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT, para atender despesa com servidor requisitado para a Secretaria de Administração no decorrer de 1995.

Brasília, 23 de março de 1995

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário de Administração

PROCESSO Nº 030.001249/95
INTERESSADO: DATAMEC S. A.
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE

Em cumprimento ao disposto no caput do artigo 25, combinado com o artigo 26 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, ratifico a inexigibilidade a favor da DATAMEC S.A., para atender despesas com servidora requisitada para a Secretaria de Administração no decorrer de 1995.

Brasília, 23 de março de 1995

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 030.002331/95
INTERESSADO: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE
Em cumprimento ao disposto no caput do artigo 25, combinado com o artigo 26 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, ratifico a inexigibilidade a favor do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, para atender despesas com servidora requisitada para a Secretaria de Administração no decorrer de 1995.

Brasília, 23 de março de 1995
ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário de Administração

PROCESSO Nº 030.001491/95
INTERESSADO: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE

Em cumprimento ao disposto no caput do artigo 25, combinado com o artigo 26 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, ratifico a inexigibilidade a favor do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO, para atender despesas com servidora requesitada para a Secretaria de Administração no decorrer de 1995.

Brasília, 23 de março de 1995

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 030.002385/95
INTERESSADO: CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL, CEASA/DF
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE
Em cumprimento ao disposto no caput do artigo 25, combinado com o artigo 26 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, ratifico a inexigibilidade a favor da CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CEASA/DF, para atender despesas com servidora requisitada para a Secretaria de Administração no decorrer de 1995.

Brasília, 23 de março de 1995
ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário de Administração

# SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

PORTARIA SEFP Nº 477 , DE 28 DE MARÇO DE 1995

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988,

R E S O L V E :

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Secretaria de Obras, aprovado pela Portaria SEFP nº 06, de 4 de janeiro de 1995.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

WASNY DE ROURE

ANEXO I — EXERCICIO DE 1995 — R$ 1,00

A C R E S C I M O — F I S C A L

ANEXO A PORTARIA No. 477, de 28 de Março de 1.995. — RECURSOS DO TESOURO

| ESPECIFICACAO | NATUREZA DA DESPESA | FONTE | VALOR DETALHADO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 22.000 SECRETARIA DE OBRAS | | | | 22.171.383 |
| (190101/00001) 22.101 SECRETARIA DE OBRAS | | | | 22.171.383 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 160910572.1169 | IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIARIO METROPOLITANO | | | | | 22.171.383 |
| 160910572.1169.0001 | IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIARIO METROPOLITANO | 34.13.39 | 000 | 1.140.400 | | |
| | | 45.13.51 | 000 | 19.112.128 | | |
| | | 45.13.51 | 004 | 1.820.028 | | |
| | | 45.13.51 | 035 | 98.827 | | 22.171.383 |
| 00133/01 - 200080 | | | | TOTAL | | 22.171.383 |

ANEXO II EXERCICIO DE 1995 R$ 1,00

F I S C A L

R E D U C A O

ANEXO A PORTARIA No. 477, de 28 de Março de 1.995. RECURSOS DO TESOURO

| ESPECIFICACAO | | NATUREZA DA DESPESA | FONTE | VALOR DETALHADO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 22.000 | SECRETARIA DE OBRAS | | | | 22.171.383 |
| (190101/00001) 22.101 | SECRETARIA DE OBRAS | | | | 22.171.383 |
| 160910572.1169 | IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIARIO METROPOLITANO | | | | 22.171.383 |
| 160910572.1169.0001 | IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIARIO METROPOLITANO | 34.90.36 | 000 | 42.000 | |
| | | 34.90.39 | 000 | 1.098.400 | |
| | | 45.90.51 | 000 | 19.112.128 | |
| | | 45.90.51 | 004 | 1.820.028 | |
| | | 45.90.51 | 035 | 98.827 | 22.171.383 |
| 00133/02 - 200081 | | | | TOTAL | 22.171.383 |

## DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

**PROCESSO Nº** : 040.002.470/95
**INTERESSADO** : FUNDAÇÃO ROQUETE - PINTO
**ASSUNTO** : RESSARCIMENTO

Ratifico, nos termos do art. 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, republicada no DOU de 06.07.94, a inexigibilidade de licitação em favor da FUNDAÇÃO ROQUETE - PINTO, com o objetivo de atender despesas com o ressarcimento de despesas salariais e encargos patronais do servidor FERNANDO CABRAL VIANA FILHO, que se encontra prestando serviço para esta Secretaria.

A inexigibilidade foi efetuada conforme disposto no "Caput" do art. 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, republicada no DOU de 06.07.94, tendo em vista a justificativa e a documentação constantes do processo acima citado.

Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral/SEFP, para providências complementares.

Brasília, de março de 1995

WASNY DE ROURE
Secretário

## SUBSECRETARIA DA RECEITA

## DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

### ATO DECLARATÓRIO Nº 037/95-DAT/SUREC/SEFP

Isenção do ICMS na compra de veículo destinado a Táxi.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3, da Ordem de Serviço nº 056/94-SR/SEFP, de 28/12/94, e fundamentado no item 14 do Caderno I do Anexo I do Decreto nº 16.102, de 30/11/94 (Convênios ICMS 24/94 e 139/94),

D E C L A R A

Que os condutores autônomos de passageiros, abaixo relacionados, estão autorizados a adquirirem, cada um, até o dia 30 de abril de 1995, 01 (um) veículo novo, com motor até 127 HP de potência bruta (SAE), com isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS, os quais serão utilizados exclusivamente como Táxi, excetuando-se do benefício quaisquer acessórios opcionais:

ANDERSON DO AMARAL BARRETO, CPF/MF nº 729.105.187-87 (Processo nº 040.002.781/95;

ARNALDO LUIZ DO NASCIMENTO JUNIOR, CPF/MF nº 009.096.961-87 (Processo nº 040.002.377/95;

ADEMAR EMILIANO DIAS, CPF/MF nº 038.252.051-34 (Processo nº 040.002.776/95;

ALEFE SIDNEI LOPES, CPF/MF nº 182.252.701-91 (Processo nº 040.002.863/95;

BENICIO PIRES DE SÁ, CPF/MF nº 121.301.171-04 (Processo nº 040.002.608/95;

DIONISIO DE OLIVEIRA DIAS, CPF/MF nº 248.599.821-34 (Processo nº 040.002.788/95;

DAMIÃO FLORENTINO BRAZ, CPF/MF nº 009.303.931-04 (Processo nº 040.002.753/95;

EDMILSON ALVES DE OLIVEIRA, CPF/MF nº 028.834.731-53 (Processo nº 040.002.734/95;

ELIZEU ALVES DOS SANTOS, CPF/MF nº 379.879.251-87 (Processo nº 040.002.761/95;

EDIVANO MANOEL DE CARVALHO, CPF/MF nº 068.389.011-53 (Processo nº 040.002.389/95;

ELPÍDIO LOPES, CPF/MF nº 010.012.301-59 (Processo nº 040.002.996/95;

FERNANDO ANTONIO DOS SANTOS LIMA, CPF/MF nº 117.087.351-00 (Processo nº 040.002.937/95;

FRANCISCO ARAÚJO MOURA, CPF/MF nº 162.874.951-20 (Processo nº 040.002.774/95;

FRANCISCO JOSÉ GADELHA DE GOIS, CPF/MF nº 185.197.411-34 (Processo nº 040.002.618/95;

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA, CPF/MF nº 029.349.811-34 (Processo nº 040.002.786/95;

GERALDO SEBASTIÃO DA SILVA, CPF/MF nº 092.961.581-68 (Processo nº 040.002.829/95;

HERCÍLIA CORREIA DE SOUZA, CPF/MF nº 179.860.521-04 (Processo nº 040.002.406/95;

HENRIQUE CORREA SOARES, CPF/MF nº 072.961.341-00 (Processo nº 040.002.808/95;

IZAIAS PEREIRA FILHO, CPF/MF nº 067.675.401-53 (Processo nº 040.002.778/95;

JOÃO BATISTA PIRES LIMA, CPF/MF nº 066.457.201-49 (Processo nº 040.002.732/95;

JOÃO DAMAZIO DOS SANTOS, CPF/MF nº 084.767.641-20 (Processo nº 040.002.762/95;

JOÃO DE MATOS FERREIRA, CPF/MF nº 099.220.671-53 (Processo nº 040.002.730/95;

JOÃO SOARES LEITÃO, CPF/MF nº 033.107.441-91 (Processo nº 040.002.768/95;

JUSCELINO GONÇALVES CRUZEIRO, CPF/MF nº 054.986.941-72 (Processo nº 040.002.828/95;

JENILDO SAMPAIO DOS SANTOS, CPF/MF nº 076.364.401-30 (Processo nº 040.002.754/95;

JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA, CPF/MF nº 035.316.516-68 (Processo nº 040.002.070/95;

JOSÉ ARAÚJO DA SILVA, CPF/MF nº 009.773.301-68 (Processo nº 040.002.783/95;

JOSÉ ALMIR FEITOSA DA SILVA, CPF/MF nº 327.175.801-82 (Processo nº 040.002.832/95;

JOSÉ FELIPE DE CARVALHO, CPF/MF nº 365.987.476-00 (Processo nº 040.002.794/95;

JOSÉ LUZIMAR DE QUEIROZ, CPF/MF nº 038.086.291-34 (Processo nº 040.002.745/95;

JOSÉ LUIZ FRAGA, CPF/MF nº 076.166.431-91 (Processo nº 040.002.767/95;

JOSÉ OSMAR ZARDO, CPF/MF nº 008.206.281-15 (Processo nº 040.002.765/95;

LUIZ GONZAGA ZAGO, CPF/MF nº 024.071.751-15 (Processo nº 040.002.769/95;

MARINHO DIVINO LOPES PEREIRA, CPF/MF nº 090.437.991-49 (Processo nº 040.002.741/95;

MARCILIO MARQUES TAVARES DA SILVA, CPF/MF nº 223.807.601-87 (Processo nº 040.002.804/95;

MARINALDO SANTOS SILVA, CPF/MF nº 144.418,101-72 (Processo nº 040.002.572/95;

NEUSA ALVES DE LIMA, CPF/MF nº 210.552.621-72 (Processo nº 040.002.735/95;

OMAR DA SILVA NUNES, CPF/MF nº 057.342.071-87 (Processo nº 040.002.831/95;

PAULO ROBERTO DE LIMA, CPF/MF nº 346.206.567-04 (Processo nº 040.002.750/95;

RUBENS FELINTO PEREIRA, CPF/MF nº 097.303.461-00 (Processo nº 040.002.723/95;

VICENTE CARNEIRO DE SOUSA, CPF/MF nº 086.799.591-20 (Processo nº 040.002.809/95;

VALDIVINO PEREIRA VASCONCELOS, CPF/MF nº 151.086.601-97 (Processo nº 040.002.946/95;

VALTAIR ROCHA MOTTA, CPF/MF nº 010.033.481-49 (Processo nº 040.002.787/95;

VALDEME ROSA RODRIGUES, CPF/MF nº 186.339.511-34 (Processo nº 040.002.549/95;

WALMAR BESSA LEITE, CPF/MF nº 144.821.341-04 (Processo nº 040.002.896/95.

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

Brasília, 28 de março de 1995.

JOSé AILTON DE MELO COELHO

ATO DECLARATÓRIO Nº 038/95-DAT/SUREC/SEFP

Isenção do IPVA para membros de Missão Diplomática.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3, da Ordem de Serviço nº 056/94-SR/SEFP, de 28/12/94, e fundamentado no artigo 6º, inciso IV, do Decreto nº 16.099, de 29/11/94, e considerando ainda o que consta do processo nº 040.002.257/95,

D E C L A R A

MOHAMMAD SHAN SABADI, Funcionário Administrativo da Embaixada da República Islâmica do Irã, isento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores-IPVA, incidente sobre o veículo de sua propriedade, Marca/Modelo Ford, Tipo/Escort L, Placa JDV3671, Chassis 9BFBXXLBAJBL06642, ano de fabricação 1988, lembrando que o benefício deverá anualmente ser renovado mediante requerimento do interessado (parágrafo 2º, artigo 6º, do Decreto nº 16.099/94).

Brasília, 28 de março de 1995.

JOSé AILTON DE MELO COELHO

ATO DECLARATÓRIO Nº 039/95-DAT/SUREC/SEFP

Isenção do IPVA para membros de Missão Diplomática.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3, da Ordem de Serviço nº 056/94-SR/SEFP, de 28/12/94, e fundamentado no artigo 6º, inciso IV, do Decreto nº 16.099, de 29/11/94, e considerando ainda o que consta do processo nº 040.002.256/95,

D E C L A R A

MORTEZA ALLAH MORADI, Funcionário Administrativo da Embaixada da República Islâmica do Irã, isento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores-IPVA, incidente sobre o veículo de sua propriedade, Marca/Modelo Volkswagen, Tipo/Gol CL, Placa JEC9226, Chassis 9BWZZZ30ZRT072602, ano de fabricação 1994, lembrando que o benefício deverá anualmente ser renovado mediante requerimento do interessado (parágrafo 2º, artigo 6º, do Decreto nº 16.099/94).

Brasília, 28 de março de 1995.

JOSé AILTON DE MELO COELHO

ATO DECLARATÓRIO Nº 040/95-DAT/SUREC/SEFP

Isenção do IPVA para membros de Missão Diplomática.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3, da Ordem de Serviço nº 056/94-SR/SEFP, de 28/12/94, e fundamentado no artigo 6º, inciso IV, do Decreto nº 16.099, de 29/11/94, e considerando ainda o que consta do processo nº 040.002.119/95,

D E C L A R A

MARLIS WEISSENBOM, Diretora da Embaixada da República Federal da Alemanha, isenta do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores-IPVA, incidente sobre o veículo de sua propriedade, Marca/Modelo Volkswagen, Tipo/Logus GLI 1.8, Placa JDX 7081, Chassis 9BWZZZ55ZRB608681, ano de fabricação 1995, lembrando que o benefício deverá anualmente ser renovado mediante requerimento do interessado (parágrafo 2º, artigo 6º, do Decreto nº 16.099/94).

Brasília, 28 de março de 1995.

JOSé AILTON DE MELO COELHO

ATO DECLARATÓRIO Nº 041/95-DAT/SUREC/SEFP

Isenção do IPVA para membros de Missão Diplomática.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3, da Ordem de Serviço nº 056/94-SR/SEFP, de 28/12/94, e fundamentado no artigo 6º, inciso IV, do Decreto nº 16.099, de 29/11/94, e considerando ainda o que consta do processo nº 040.002.139/95,

D E C L A R A

GYUNG HEE HAN, Funcionária Adrministrativa da Embaixada da República da Coreia, isenta do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores-IPVA, incidente sobre o veículo de sua propriedade, Marca/Modelo Fiat, Tipo/Uno CS IE, Chassis 9BD146000R5387247, ano de fabricação 1994, lembrando que o benefício deverá anualmente ser renovado mediante requerimento do interessado (parágrafo 2º, artigo 6º, do Decreto nº 16.099/94).

Brasília, 28 de março de 1995.

JOSé AILTON DE MELO COELHO

ATO DECLARATÓRIO Nº 042/95-DAT/SUREC/SEFP

Isenção do IPVA para membros de Missão Diplomática.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3, da Ordem de Serviço nº 056/94-SR/SEFP, de 28/12/94, e fundamentado no artigo 6º, inciso IV, do Decreto nº 16.099, de 29/11/94, e considerando ainda o que consta do processo nº 040.002.099/95,

D E C L A R A

RAUL CUETO MARTINEZ, Primeiro Secretário da Embaixada do México, isento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores-IPVA, incidente sobre o veículo de sua propriedade, Marca/Modelo Chevrolet, Tipo/Chevette DL, Placa LB-0706, Chassis 9BGTC11JMMC135227, ano de fabricação 1991, lembrando que o benefício deverá anualmente ser renovado mediante requerimento do interessado (parágrafo 2º, artigo 6º, do Decreto nº 16.099/94).

Brasília, 28 de março de 1995.

JOSé AILTON DE MELO COELHO

ATO DECLARATÓRIO Nº 043/95-DAT/SUREC/SEFP

Isenção do IPVA para membros de Missão Diplomática.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3, da Ordem de Serviço nº 056/94-SR/SEFP, de 28/12/94, e fundamentado no artigo 6º, inciso IV, do Decreto nº 16.099, de 29/11/94, e considerando ainda o que consta do processo nº 040.002.098/95,

D E C L A R A

ISRAEL CONSTANTINO LARA, Funcionário Administrativo da Embaixada do México, isento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores-IPVA, incidente sobre o veículo de sua propriedade, Marca/Modelo GM, Tipo/Caravan Diplomata, Placa WN 1967, Chassis 9BG5VQ15FGB113509, ano de fabricação 1986, lembrando que o benefício deverá anualmente ser renovado mediante requerimento do interessado (parágrafo 2º, artigo 6º, do Decreto nº 16.099/94).

Brasília, 28 de março de 1995.

JOSé AILTON DE MELO COELHO

# SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

## FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
## DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÃO Nº 509 , DE 28 DE março DE 1995.

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o que dispõe a Portaria nº 11/92, da Secretaria de Administração,

R E S O L V E :

Revogar a Instrução Nº 506, datada de 14 de fevereiro de 1995, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 35 , de 16 de fevereiro de 1995, que DISPENSOU NEY MADEIRA, matrícula nº 84.234-6, da função de Presidente da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos, ficando mantida a Instrução Nº 435, de 04 de março de 1993.

ISAURA BELLONI
Diretora Executiva

INSTRUÇÃO DE 15 DE março DE 1995.

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo Artigo 2º, Inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do processo nº 082.002219/92,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Instrução de 05 de maio de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal de 08 de maio de 1992, que concedeu Aposentadoria a **MARIA DE PENHA ARMOND BORGES**, matrícula nº 74.219-8, no Cargo de Professor, Nível 03, Classe Única, Padrão 21F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 16 de março de 1995.

ISAURA BELLONI
Diretora Executiva

*INSTRUÇÃO DE 28 DE março DE 1995.*

*A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo Artigo 2º, Inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do processo nº 082.004333/94,*

*R E S O L V E :*

*CONCEDER APOSENTADORIA a **M A I U M I N A K A G A W A**, matrícula nº 60.482-8, no Cargo de Professor, Nível 03, Classe Única, Padrão 14F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos dos Artigos 186, Inciso III, alínea "a" e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "a" e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.*

*ISAURA BELLONI*
*Diretora Executiva*

INSTRUÇÃO DE 28 DE março DE 1995

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 143, e seguintes da Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990, em vigor para os servidores do Distrito Federal, por força do artigo 5º da Lei 197/91 do Governador do Distrito Federal,

R E S O L V E:

1 - Instituir Comissão e instaurar Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar a FALTA GRAVE (artigos 116 e 117 da Lei 8.112/90) em que teriam incorrido os servidores: ROLDÃO SALES DE LIMA, mat. 99.645-9; MARIA LUIZA BEZERRA LOPES, mat. 40.276-1; CRISTIANO BATISTA DE ASSUNÇÃO, mat. 48.842-9; FLÁVIO ROBERTO CAVALCANTI CAMPOS, mat. 48.758-9; apurar a INASSIDUIDADE HABITUAL (art. 139) em que teria incorrido o servidor LUCAS DIAS DOS SANTOS, matrícula 55.123-6; bem como apurar o ABANDONO DE CARGO (art. 138) em que teria incorrido o servidor JORGE LUIZ FERREIRA BARBOSA, mat. 49.068-7; consoante os termos dos Processos Sindicantes de números, respectivamente: 082.004381/95; 082.004381/95; 082.026303/94; 082.025941/94; 082.020023/94; 082.008377/94.
2 - Determinar que a referida apuração seja realizada no prazo de 60 (sessenta) dias, pela Comissão Permanente de Sindicância e Disciplina - CPSD desta Fundação Educacional do Distrito Federal, composta dos seguintes servidores; PRESIDENTE: MARLI DERMÍNIO, mat. 98.089-7, PRESIDENTE SUBSTITUTO: MARIA SUEDE DALVI TRAESEL, mat. 49.145-4; MEMBROS EFETIVOS: JOÃO ISAÍAS PEREIRA, mat. 73.585-X; ANA CRISTINA ROCHA COELHO, mat. 44.441-3, JAIR LUIZ TAVARES, mat. 67.458-3;MEMBROS SUPLENTES: MARIA DO SOCORRO FONSECA DE ALMEIDA, mat. 46.653-0; CLÁUDIA BRAGA BARRETO SAMPAIO, mat. 43.401-9; RUTH ROCHA PEREIRA VICENTE, mat. 25.243-3.

ISAURA BELLONI
Diretora Executiva

*INSTRUÇÃO DE 28 DE março DE 1995.*

*A DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 149, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1190 e contido no O.I nº 018/95 - Comissão Permanente de Sindicância e Disciplina,*

*R E S O L V E:*

*1. Dispensar STELLA MARIS B. W. FIGUEIREDO, matrícula nº 67.431-1, da função de Presidente-Substituta da Comissão Permanente de Sindicância e Disciplina,*
*2. Designar ANA CRISTINA ROCHA COELHO JULIANO, matrícula nº 44.441-3, para exercer a referida função.*

*ISAURA BELLONI*

## CONSELHO DIRETOR

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias, na 829ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de março de 1995 de acordo com as Resoluções abaixo mencionadas, Resolve:

**RESOLUÇÃO Nº 5035, DE 23 DE MARÇO DE 1995**

Processo nº 082004090/95

Aprovar a Criação da Escola Classe Núcleo Rural Córrego do Atoleiro, localizada no Núcleo Córrego do Atoleiro - Planaltina-DF.

**RESOLUÇÃO Nº 5036, DE 23 DE MARÇO DE 1995**

Processo nº 082011978/90

Aprovar o Convênio a ser firmado entre a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL e o MOVIMENTO DE ATIVIDADES EXTRA-ESCOLARES DO DF, objetivando a união de esforços no sentido de manter nas dependências da segunda e no Centro Integrado de Assistência ao Menor-CIAM, em Brazlândia, educação escolar gratuita a 240 crianças na faixa etária de 04 a 06 anos, com intuito de promover o seu desenvolvimento global nos aspectos cognitivo, social, perceptivo, motor e afetivo, nas condições detalhadas no referido ajuste. O Convênio terá duração até 31 de dezembro de 1996, a partir da data de sua assinatura.

**RESOLUÇÃO Nº 5037, DE 23 DE MARÇO DE 1995**

Processo nº 082011201/92

Aprovar o Convênio a ser firmado entre a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, objetivando desenvolver escolarização de 1º e 2º Graus, na Função Suplência, Fases II, III e IV, via realização de cursos e exames para empregados da CEB. O Convênio terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31.12.97.

**RESOLUÇÃO Nº 5038, DE 23 DE MARÇO DE 1995**

Processo nº 082023085/94

Aprovar o Convênio a ser firmado entre a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL e a ALARM CENTER COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, objetivando a realização de estágios curriculares de estudantes do ensino de 2º Grau da Rede Oficial do Distrito Federal, em dependências da Entidade concedente, conforme a Lei 6.494, de 07.12.77, regulamentada pelo Decreto número 87.497, de 18.08.82, com o fim de proporcionar complementação educacional e experiência prática na área de formação. O referido ajuste terá vigência de 02 (dois) anos, a partir da data de sua assinatura.

**RESOLUÇÃO Nº 5039, DE 23 DE MARÇO DE 1995**

Processo nº 082000393/95

Aprovar o Contrato a ser firmado entre a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL e a BRAZGAZ-Distribuidora de Gás Ltda, objetivando a aquisição de 374.000 (trezentos e setenta e quatro mil) quilos de gás liquefeito envasados em botijões de 13 kg, cilindros de 45 e 90 kg e tanques de 1000 kg, destinados à operacionalização do Programa de Alimentação Escolar da FEDF, durante o ano letivo de 1995. O referido ajuste terá vigência até 31 de dezembro de 1995, a partir da data de sua assinatura.

**RESOLUÇÃO Nº 5040, DE 23 DE MARÇO DE 1995**

Processo nº 082000392/95

Aprovar o Contrato entre a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL e a PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A, objetivando a aquisição de combustíveis para atender ao consumo desta Fundação, durante o 1º trimestre de 1995, nos quantitativos especificados no referido ajuste. O prazo de vigência do Contrato será até 31 de junho de 1995, a partir da data de sua assinatura.

**RESOLUÇÃO Nº 5041, DE 23 DE MARÇO DE 1995**

Processo nº 082026628/94 e 082019150/93

1. Revogar o subitem 1.4 da Resolução nº 5008, de 23 fe fevereiro de 1995.

2. Autorizar o afastamento remunerado para fins de estudos de **JOAQUIM HUMBERTO FERREIRA MACEDO**, Professor MG3Q 13F, matrícula nº 58.799-0, sem prejuízo de seus salários, no período de 23 de março de 1995 a 30 de junho de 1997, para freqüentar o curso, a nível de mestrado, em Educação - Ensino e Aprendizagem, nas Faculdades Integradas da Católica de Brasília - FICB, Nesta Capital.

3. Decidir que a liberação do candidato mencionado dar-se-á de acordo com o que estabelece o item 07, alíneas "b", "c" e "d" da Resolução nº 4886, de 1º de dezembro de 1994.

4. Deliberar que o compromisso de exercício profissional com a FEDF, do candidato autorizado, fica sujeito ao que estabelecem os itens 08, alínea "i" e 27 da Resolução nº 4886, de 1º de dezembro de 1994.

5. Determinar que o não cumprimento dos itens contidos no Termo de Compromisso firmado pelo bolsista ao afastar-se implicará as sanções previstas nos itens 12, 13, 14,15, 16 e 17 da Resolução nº 4886, de 1º de dezembro de 1994.

6. Deliberar que, ao retornar do afastamento, o servidor deverá apresentar-se diretamente à Divisão de Recursos Humanos, Comissão de Bolsas de Estudos,para comprovar conclusão de curso e, em seguida, à Divisão de Pessoal, Seção de Lotação e Movimentação de Pessoal, para obter memorando de apresentação ao órgão de lotação.

**RESOLUÇÃO Nº 5042, DE 23 DE MARÇO DE 1995**

Processos nºs 082028682/94 e 082028684/94

1. Revogar o subitem 1.6 da Resolução nº 5008, de 23/02/95.

2. Autorizar o afastamento remunerado para fins de estudos de **LUANA NOGUEIRA LE ROY**, Professor MG3Q 14F, matrícula nº 76.801-4, pelo período de 23 de março de 1995 a 20 de julho de 1997, para frequentar o curso, a nível de Mestrado, em Educação - Ciências Sociais e Humanas Aplicadas à Educação, na Universidade de Brasília - UNB, nesta Capital (Processo nº 082028684/94;

3. Decidir que a liberação do candidato mencionado dar-se-á de acordo com o que estabelece o item 07 alíneas "b", "c" e "d" da Resolução nº 4886, de 1º de dezembro de 1994.

4. Deliberar que o compromisso de exercício profissional com a FEDF, do candidato autorizado, fica sujeito ao que estabelecem os itens 08, alínea "i" e 27 da Resolução nº 4886, de 1º de dezembro de 1994.

5. Determinar que o não cumprimento dos itens contidos no Termo de Compromisso firmado pelo bolsista ao afastar-se implicará as sanções previstas nos itens 12,13,14, 15,16 e 17 da Resolução nº 4886, de 1º de dezembro de 1994.

6. Deliberar que, ao retornar do afastamento o servidor deverá apresentar-se diretamente à Divisão de Recursos Humanos, Comissão de Bolsas de Estudos, para comprovar conclusão do curso e, em seguida, à Divisão de Pessoal,Seção de Lotação e Movimentação de Pessoal, para obter memorando de apresentação ao órgão de lotação.

**RESOLUÇÃO Nº 5043, DE 23 DE MARÇO DE 1995**

Processo nºs 082026324/94 e 082026481/94

1. Revogar o subitem 1.12 da Resolução nº 5010, de 23.02.95.

2. Autorizar o afastamento remunerado para fins de estudos de **AZELMA MARIA MARTINS PEREIRA NOGUEIRA**, Professor MG2V 03B, matrícula nº 46.129-6, pelo período de 23 de março de 1995 a 20 de julho de 1996, para frequentar o Curso, a nível de licenciatura plena, em Matemática, no Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB, Nesta Capital.

3. Decidir que a liberação da candidata dar-se-á na carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o item 07, alíneas "c" e "d" da Resolução nº 4886, de 1º de dezembro de 1994.

4. Deliberar que o compromisso de exercício profissional com a FEDF, da candidata autorizada, fica sujeito ao que estabelecem os itens 08, alínea "i" e 27 da Resolução nº 4886, de 1º de dezembro de 1994.

5. Determinar que o não cumprimento dos itens contidos no Termo de Compromisso firmado pela bolsista ao afastar-se implicará as sanções previstas nos itens 12, 13, 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº 4886, de 1º de dezembro de 1994.

6. Deliberar que, ao retornar do afastamento, a servidora deverá apresentar-se diretamente à Divisão de Recursos Humanos, Comissão de Bolsas de Estudos,para comprovar conclusão de curso e, em seguida, à Divisão de Pessoal, Seção de Lotação e Movimentação de Pessoal, para obter memorando de apresentação ao órgão de lotação.

**RESOLUÇÃO Nº 5044, DE 23 DE MARÇO DE 1995**

1. Autorizar o afastamento remunerado para fins de estudos, dos candidatos abaixo relacionados, sem prejuízo de seus respectivos salários:

1.1. **MARCO ANTÔNIO SIMAS ALVETTI**, Professor MG3Q 11F, matrícula nº 61.302-9, pelo período de 23 de março de 1995 a 20 de dezembro de 1996, para frequentar o curso, a nível de Mestrado, em Educação e Ciências, na Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis - SC,(Processo nº 082026625/94);

1.2. **CYNTHIA VÂNIA MAGALHÃES**, Professor MG3Q 17F, matrícula nº 78.334-X, pelo período de 23 de março de 1995 a 20 de dezembro de 1997, para frequentar o curso, a nível de Mestrado, em Políticas Ambientales y Territoriales,na

Universidade de Buenos Aires, em Buenos Aires, Argentina (Processo nº 082026632/94);

1.3. **ALEXANDRE RODRIGUES DE OLIVEIRA**, Professor MG3Q 03F, matrícula nº 46.769-3, pelo período de 23 de março de 1995 a 20 de julho de 1996, para frequentar o curso, a nível de Mestrado, em Educação - Currículo e Metodologia de Ensino, na Universidade de Brasília - UNB, nesta Capital (Processo nº 082026633/94);

1.4. **TANIA MARIA FREITAS ROSSI**, Professor MG3V 14C, matrícula nº 56.141-X, pelo período de 23 de março de 1995 a 20 de dezembro de 1997, para frequentar o curso, a nível de Doutorado, em Psicologia Desenvolvimento Humano no Contexto Sócio - Cultural, na Universidade de Brasília - UNB, nesta Capital (Processo nº 082026621/94);

2. Decidir que a liberação dos candidatos mencionados dar-se-á de acordo com o que estabelece o item 07 alíneas "b", "c" e "d" da Resolução nº 4886, de 1º de dezembro de 1994.

3. Deliberar que o compromisso de exercício profissional com a FEDF, dos candidatos autorizados, fica sujeito ao que estabelecem os itens 08, alíneas "i" e 27 da Resolução nº 4886, de 1º de dezembro de 1994.

4. Determinar que o não cumprimento dos itens contidos no Termo de Compromisso firmado pelos bolsistas ao afastarem-se implicará as sanções previstas nos itens 12,13, 14,15,16 e 17 da Resolução nº 4886, de 1º de dezembro de 1994.

5. Deliberar que, ao retornarem do afastamento, os servidores deverão apresentar-se diretamente à Divisão de Recursos Humanos, Comissão de Bolsas de Estudos,para comprovarem conclusão de curso e, em seguida, à Divisão de Pessoal, Seção de Lotação e Movimentação de Pessoal, para obterem memorando de apresentação ao órgão de lotação.

**RESOLUÇÃO 5045, DE 23 DE MARÇO DE 1995**

Processo nº 082027218/94

1. Autorizar o afastamento remunerado para fins de estudos de **NADIR OLIVEIRA ATAÍDE**, Professor MG3V 01C, matrícula nº 45.867-8, sem prejuízo de seus salários, no período de 23 de março a 30 de dezembro de 1995, para frequentar o curso, a nível de especialização, Ordem Jurídica e Ministério Público, na Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Nesta Capital.

2. Decidir que a liberação da candidata mencionada dar-se-á de acordo com o que estabelece o item 07, alíneas "b", "c" e "d" da Resolução nº 4886, de 1º de dezembro de 1994.

3. Deliberar que o compromisso de exercício profissional com a FEDF, da candidata autorizada, fica sujeito ao que estabelecem os itens 08, alínea "i" e 27 da Resolução nº 4886, de 1º de dezembro de 1994.

4. Determinar que o não cumprimento dos itens contidos no Termo de Compromisso firmado pela bolsista ao afastar-se implicará as sanções previstas nos itens 12, 13, 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº 4886, de 1º de dezembro de 1994.

5. Deliberar que, ao retornar do afastamento, a servidora deverá apresentar-se diretamente à Divisão de Recursos Humanos, Comissão de Bolsas de Estudos,para comprovar conclusão do curso e, em seguida, à Divisão de Pessoal, Seção de Lotação e Movimentação de Pessoal, para obter memorando de apresentação ao órgão de lotação.

**RESOLUÇÃO Nº 5046, DE 23 DE MARÇO DE 1995**

Processo nº 030012044/94

Aprovar o Contrato a ser firmado entre a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL e a PNEUMINAS S/A - Indústria e Comércio, objetivando a aquisição de óleo lubrificante para atender ao consumo da FEDF, durante o exercício de 1995, conforme descriminado no ajuste. A vigência do referido contrato será até 31 de dezembro de 1995.

**ANTONIO IBAÑEZ RUIZ** - Presidente do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Distrito Federal. CONSELHEIROS: **MARISTELA DE MELO NEVES MENDES, ANTONIO JOSÉ BARBOSA, DORA VIANNA MANATA, EVA WAISROS PEREIRA e LYGIA MARTINS LOURENÇO.**

# SECRETARIA DE SAÚDE

## PORTARIA DE 22 DE MARÇO DE 1995

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Decreto nº 13.447, artigo 4º, Parágrafo Único, de 17 de setembro de 1991,

RESOLVE:

Conceder a servidora MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA, Inspetora de Saúde do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, matrícula nº 25.437-1, Indenização de Transporte prevista no Decreto acima mencionado. Para fazer jus ao pagamento da concessão caberá ao servidor beneficiado, a observância dos requisitos estabelecidos no artigo nº 5 §§ 1º e 2º do referido Decreto, com apresentação mensal dos serviços externos realizados e, a chefia imediata a observância das normas estabelecidas no Decreto.

JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR

PROCESSO: 060.000.576/95
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
INTERESSADO: COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
Aprovo a realização de despesa com inexigibilidade de licitação fundamentada no inciso I do artigo 25 da Lei 8.666/93, em favor da CEB, NE nº 00077 no valor de R$ 1.926,11 (Um mil novecentos e vinte seis reais e onze centavos), para custear despesas com o gasto de energia elétrica desta Secretaria e de suas respectivas Inspetorias de Saúde.
RATIFICO, para fins do artigo 26 da Lei 8.666/93, acima mencionado e determinado a sua publicação no DODF.

Brasília-DF, 21 de março de 1995

JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR

# FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

**INSTRUÇÃO DE 20 DE março DE 1995**

**O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2º do Decreto nº 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal,**

**R E S O L V E :**

CONCEDER nos termos dos artigos 215, 217, item I,alínea "a", item II, alínea "a" e 224 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia a **MARIA TEREZA VIDAL LELES**, viúva e temporária a **JOÃO CARLOS VIDAL LELES, MAYARA RITA VIDAL LELES, TATIANE DE SOUZA LELES e DAIANE DE SOUZA LELES**, filhos do ex-servidor **JOÃO BATISTA LELES**, matrícula nº 126.511-3 , no Cargo de Artifice -obras civis, NM-20, do Quadro Suplementar de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal , a contar de 21 de dezembro de 1994. Processo nº 061.027.019./95.

JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR

**INSTRUÇÃO DE 23 DE março DE 1995**

**O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2º do Decreto nº 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal,**

**R E S O L V E :**

CONCEDER nos termos dos artigos 215, 217, item II, alínea "a" e 224 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, pen-

são temporária a LUANA DA COSTA MARQUES e LUAN DA COSTA MARQUES, filhos do ex-servidor JOSE FERNANDO MARQUES, matrícula nº 110.426-8, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde - Agente Administrativo, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a contar de 21 de janeiro de 1995. Processo nº 061001 138/95.

JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR

INSTRUÇÃO DE 23 DE março DE 1995

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2º do Decreto nº 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal,

R E S O L V E :

CONCEDER nos termos dos artigos 215, 217, item II, alínea"a" e 224 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, pensão temporária a CAMILA SATURNINA DE TOLEDO, filha do ex-servidor SEBASTIÃO ALVES DE TOLEDO FILHO, matrícula nº 131.214-6, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde I - AOSD - Op. de Máq., Classe Única, Padrão XI, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a contar de 22 de janeiro de 1995. Processo nº 061.022.114/95.

JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR

INSTRUÇÃO DE 21 DE março DE 1995

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2º do Decreto nº 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal,

R E S O L V E :

CONCEDER APOSENTADORIA a EUZEBIO FERREIRA DOS REIS, matrícula nº 107.072-0, no Cargo de Assistente Básico de Saúde - Agente de Portaria, Classe Única, Padrão XX, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "a" e 189, parágrafo único, da lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "a" e §§ 4º e 7º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 061.044.036/95

CONCEDER APOSENTADORIA a GERALDA MARIA SILVA PEIXOTO, matrícula nº 105.225-0, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde II - Auxiliar de Enfermagem, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e §§ 4º e 7º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 061.030.201/95.

CONCEDER APOSENTADORIA a SEBASTIÃO AVELINO DA COSTA, matrícula nº 102.529-5, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde I-AOSD - Op. de Máq., Classe Única, Padrão XX, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e §§ 4º e 7º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 061.033.161/95

CONCEDER APOSENTADORIA a ATAÍDES DA SILVA ARANTES, matrícula nº 105.646-8, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde-II - Tec. Lab. Hemat. e Hemot., Classe Especial, Padrão V, do do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e §§ 4º e 7º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 061.027.145/95.

CONCEDER APOSENTADORIA a MARIA ELIENE ARAGÃO MARTINS, matrícula nº 112.155-3, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde II - Tec. Lab. Hemat. e Hemot., Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e §§ 4º e 7º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 061.023.219/94.

JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR

INSTRUÇÃO DE 21 DE março DE 1995

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2º do Decreto nº 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal,

R E S O L V E :

CONCEDER APOSENTADORIA a MARIA BARROZO CAVALCANTE, matrícula nº 104.415-0, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde-II - Auxiliar de Enfermagem, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e §§ 4º e 7º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 061.033.181/95.

CONCEDER APOSENTADORIA a KAMEL WAZIR, matrícula nº 100.301-1 no Cargo de Assistente Superior de Saúde - Médico, Classe Especial, Padrão v, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e §§ 4º e 7º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com as vantagens previstas no artigo 2º, § 1º, da Lei nº 6.732 de 04 de dezembro de 1979, alterada pelos Decretos-leis nº 1.746 de 27 de dezembro de 1979, e nº 2.153 de 24 de julho de 1984 e pela Lei nº 62 de 12 de dezembro de 1989. Processo nº 061.027.144/95.

APOSENTAR MARIA AZENETE DE BRITO, matrícula nº 116.012-5, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde II - Auxiliar de Enfermagem, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item I, § 1º, e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso I e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 061.000.902/95.

CONCEDER APOSENTADORIA a VILMA MARTINS ROSA, matrícula nº 105.458-9, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde II Auxiliar de Enfermagem, classe Especial, padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 061.027.155/95

CONCEDER APOSENTADORIA a ABILIO SILVA SANTOS, matrícula nº 111.719-0, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde II - Motorista, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e §§ 4º e 7º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 061.023.136/94.

CONCEDER APOSENTADORIA a **TEREZINHA MARANHÃO DE FREITAS**, matrícula nº 101.747-1, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde II - auxiliar de enfermagem, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e § 4º, da **LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL**. Processo nº 061.030.209/95.

JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR

**INSTRUÇÃO DE 21 DE março DE 1995**

**O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2º do Decreto nº 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal,**

**R E S O L V E :**

APOSENTAR **VANI ROSA FERREIRA DE ALMEIDA**, matrícula nº 105.018-4, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde II - Auxiliar de Enfermagem, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item I, e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso I, e § 4º, da **LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL**. Processo nº 061.014.409/94.

CONCEDER APOSENTADORIA a **MARINA BATISTA VARGAS**, matrícula nº 110.676-7, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde II - Auxiliar de Enfermagem, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigo 186, item III, alínea "a" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "a" e §§ 4º e 7º, da **LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL**, com as vantagens previstas no artigo 192, item II, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990. Processo nº 061.039.139/95.

CONCEDER APOSENTADORIA a **VILMAR RODRIGUES COIMBRA**, matrícula nº 100.213-9, no Cargo de Assistente Superior de Saúde II - Odontólogo, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "a" e 189, parágrafo único da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "a" e §§ 4º e 7º, da **LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL**, com as vantagens previstas no artigo 192, item II, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990 . Processo nº 061.039.130/95.

JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR

**INSTRUÇÃO DE 24 DE março DE 1995**

**O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2º do Decreto nº 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal,**

**R E S O L V E :**

CONCEDER APOSENTADORIA a **MARIA DA GLORIA FERREIRA**, matrícula nº 105.395-7, no Cargo de Assistente Superior de Saúde-Economista, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c" e 189, parágrafo único , da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e §§ 4º e 7º, da **LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL**, com as vantagens previstas no artigo 62, § 2º, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pela Lei nº 8.911 de 11 de julho de 1994, disciplinada pela Portaria nº 114 de 18 de agosto de 1994. Processo nº 061.010.434/93.

CONCEDER APOSENTADORIA a **LUIZ CARLOS MAYNART GARCEZ VIEIRA**, matrícula nº 100.296-1, no Cargo de Assistente Superior de Saúde - Médico, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e § 4º, da **LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL**. Processo nº 061.030.233 / 95.

CONCEDER APOSENTADORIA a **ANA DA COSTA SANTOS**, matrícula nº 103.745-5, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde - II - Auxiliar de Enfermagem, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c" e 189 parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990 combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e §§ 4º e 7º, da **LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL**. Processo nº 061. 023.205/94.

JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR

**INSTRUÇÃO DE 28 DE março DE 1995.**

**O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2° do Decreto n° 12.740 de 24 de outubro 1990, do Governador do Distrito Federal,**

**R E S O L V E :**

Declarar a vacância do Cargo de Assistente Superior de Saúde, Médico - Medicina do Trabalho, 3ª Classe, Padrão I, matrícula 133.342-9, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a pedido de **ANTONIO ELIAS ARBEX**, de acordo com o artigo 33, inciso VIII, da Lei 8112/90, a contar de 13/03/95, em virtude de sua posse em outro Cargo Público inacumulável.

**JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR**

**INSTRUÇÃO DE 28 DE março DE 1995.**

**O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2° do Decreto n° 12.740 de 24 de outubro 1990, do Governador do Distrito Federal,**

**R E S O L V E :**

Declarar a vacância do cargo de Assistente Superior de Saúde, Enfermeiro, 3ª Classe, Padrão I, matrícula 133.191-4 , do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a pedido de, **CLAUDIA GUIMARAES PEDRO GODOY**, de acordo com o artigo 33, inciso VIII, da Lei 8.112/90, a contar de 22/02/95, em virtude de sua posse em outro Cargo Público inacumulável.

**JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR**

**INSTRUÇÃO DE 28 DE março DE 1995.**

**O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2° do Decreto n° 12.740 de 24 de outubro 1990, do Governador do Distrito Federal,**

**R E S O L V E :**

Readaptar a partir da presente data, nos termos do artigo 24, "Caput" e § 2º da Lei nº 8.112/90, a servidora **TERESINHA PEREIRA DA COSTA**, NM29 - Agente de Saúde Pública, matrícula 122.405-1, lotada no HRG, para a função de AIS -II Agente Administrativo, tendo em vista parecer emitido pela Equipe de Reabilitação Profissional da Divisão de Higiene

Medicina e Segurança do Trabalho/DRH, nos autos do processo nº. 061.001813/95.

JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR

INSTRUÇÃO DE 28 DE março DE 1995.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2º do Decreto nº 12.740 de 24 de outubro 1990, do Governador do Distrito Federal,

R E S O L V E :

Nomear **CARLOS HENRIQUE TEOFILO DA SILVA**, Assistente Superior de Saúde, Médico-Cirurgia Geral, 3ª Classe, Padrão VII, matrícula 130.479-8, **CARLOS CASTILHO COUTINHO DE ALMEIDA**, Assistente Supeior de Saúde, Médico-Cirurgia Geral, 1ª Classe, Padrão VI, matrícula 119.551-4, e **NILSELMA PEREIRA DA SILVA MATOS**, Assistente Intermediário de Saúde II, Agente Administrativo, Classe Especial, Padrão V, matrícula 113.937-1, para, sob a Presidência do primeiro, comporem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, incumbida de apurar os fatos constantes no processo nº 061.033233/94, devendo a referida Comissão iniciar os trabalhos tão logo esta Instrução seja publicada, notificando de tudo o(s) servidor(es) acusado(s).

JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR

INSTRUÇÃO DE 28 DE março DE 1995.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2º do Decreto nº 12.740 de 24 de outubro 1990, do Governador do Distrito Federal,

R E S O L V E :

Nomear **AURILENE RODRIGUES DA SILVA**, Assistente Superior de Saúde, Enfermeira, 2ª Classe, Padrão I, matrícula nº 128.077-5, **HILDA DE CASTRO MADEIRA**, Assistente Intermediário de Saúde II, Auxiliar de Enfermagem, Classe Especial, Padrão I matrícula nº 120.968-0, e **IZIS NEVES DE MENEZES COSTA**, Assistente Intermediário de Saúde II, Agente Administrativo, Classe Especial, Padrão V, matrícula nº 114.773-1, para, sob a Presidência do primeiro, comporem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, incumbida de apurar os fatos constantes no Processo nº 061.033078/95, devendo a referida Comissão iniciar os trabalhos tão logo esta Instrução seja publicada, notificando de tudo o(s) servidor(es) acusado(s).

Obs.: Esta Instrução torna sem efeito a anterior publicada no DODF de 03/12/95, datada de 02/03/95.

JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR

## CONSELHO DE SAÚDE

R E S O L U Ç Ã O Nº 001/95-CSDF

O PLENÁRIO DO CONSELHO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, em sua Décima Quinta Reunião Ordinária, realizada no dia 07 de março de 1995, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 10, da Lei nº 469, de 25/06/93, e tendo em vista o art. 2º, inciso XIX, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 15.442, de 08/02/94, r e s o l v e :

1. Aprovar as diretrizes para a constituição/instalação dos Conselho Regionais de Saúde.

2. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, a Resolução nº 002/94-CSDF, de 10/02/94.

Brasília, 07 de março de 1995.

ANTÔNIO ALVES DE SOUZA (Presidente em exercício), ADRIANO LIMÍRIO DA SILVA, ALBANEIDE MARIA LIMA PEIXINHO, BEATRIZ MACDOWELL SOARES, CARLOS SARAIVA E SARAIVA, EDGARD PEREIRA DO PRADO, ELIAS TAVARES DE ARAÚJO, ELSON NIDES SOARES ALQUIMIM, GERALDINA SIMÃO, IRIS CARLOS SANTOS DA SILVA, MARIA AMBROZINA MAIA, ROZÂNGELA FERNANDES CAMAPUM, ROSELY CERQUEIRA DE OLIVEIRA, NEIDE APARECEIDA RODRIGUES MORAIS.

DIRETRIZES PARA CONSTITUIÇÃO/INSTALAÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE SAÚDE.

01. O Conselho Regional de Saúde - CRS, de caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado com representação do governo, dos prestadores de serviços, profissionais de saúde e usuários, atuará na formulação, execução, controle e fiscalização da política de saúde em cada Região Administrativa, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros e terão suas decisões homologadas pelo diretor regional de saúde.

02. O CRS será composto por representantes do governo, prestadores de serviços de saúde integrantes do SUS, profissionais de saúde do SUS e usuários e terão 08, 12 ou 16 membros titulares e respectivos suplentes.

§ 1º. A representação no CRS obedecerá o seguinte: a) 25%-representantes dos prestadores de serviços de saúde integrantes do SUS, podendo, a critério da coordenação regional de saúde ter a participação de representante de outros segmentos do governo do DF que desenvolva ação de interesse do SUS; b) 25%-representantes dos Profissionais de Saúde; c) 50% - representantes dos usuários.

§ 2º. Caberá à Coordenação Regional de Saúde, de comum acordo com a Administração Regional, os profissionais de saúde e usuários definir a composição que melhor atenda aos objetivos do respectivo CRS.

03. O CRS será presidido por um de seus membros, eleito na primeira reunião ordinária por 50% (cinquenta por cento)mais um dos votos.

04. A duração do mandato de cada integrante do CRS, assim como de seu suplente, será de dois anos.

05. Os representantes indicados por entidades representativas de cada segmento, desde que respeitados os critérios estabelecidos, não poderão ser vetados pelos dirigentes do SUS.

06. Nenhum Conselheiro poderá ser remunerado pelas suas atividades, sendo as mesmas consideradas de relevância pública.

07. Os representantes dos prestadores de serviços de saúde integrantes do SUS serão indicados pela Coordenação Regional de Saúde, garantindo pelo menos um representante da Administração Regional, *mesmo que seja na suplência.*

08. Os representantes dos profissionais de saúde deverão ser escolhidos pelas entidades de classe em fórum ampliado e convocado para este fim, garantindo 50%(cinquenta por cento) do setor público e o encaminhamento dos nomes para o Conselho de Saúde será feito o acompanhamento da ata do fórum elegeu/indicou os referidos representantes.

09. Os representantes dos usuários deverão ser indicados por entidades ou movimentos comunitários, associações de moradores organizadas como pessoas jurídicas e serão escolhidos em fórum ampliado específico para esse fim ou em Conferências Regionais de Saúde, quando não houver entidade que aglutine *esse segmento.*

Parágrafo Único - Quando a escolha se der em fórum ampliado será lavrada em ata para encaminhamento ao Coordenador Regional de Saúde.

10. Recomenda-se que os representantes de usuários não detenham condições que os caracterize como representantes de outros segmentos. Entretanto, nos casos em que a própria entidade indique um representante que também integre outro segmento, tal indicação não devera ser questionada, respeitando-se a autonomia da entidade.

11. Nos casos em que o Conselheiro passe a ser dirigente de representação de outro *segmento, o mesmo deverá ser* substituído.

12. As propostas orçamentárias necessárias ao funcionamento dos Conselhos Regionais de Saúde deverão ser anualmente encaminhadas à Secretaria de Saúde para serem consolidadas e encaminhadas à Câmara Legislativa pelo Secretário de Saúde, em conjunto com a proposta orçamentária do Conselho de Saúde do DF.

Parágrafo Único – Os servidores designados para apoio técnico e administrativo aos Conselheiros Regionais de Saúde deverão ser requisitados à Coordenação Regional de Saúde e Administrações Regionais.

13. O CRS terá como órgão o Plenário ou Colegiado Pleno, uma Secretaria Executiva e contará com assessoria técnica, quando necessário.

14. O Regimento de cada Conselho Regional de Saúde será elaborado por seus membros, respeitadas a abrangência, as atribuições e competências do Conselho de Saúde do DF, definidas pela Lei nº 469, de 25 de junho de 1993.

15. Os Coordenadores Regionais de Saúde terão o prazo de até 30 (trinta) dias para implantar os Conselhos Regionais de Saúde nas Regiões Administrativas de sua jurisdição.

Brasília, 07 de março de 1995.

(Republicado por haver saído com incorreção do original publicado no DODF nº 55, de 20.03.95, pag. 23/24)

## CONSELHO DE SAÚDE DE TAGUATINGA

**RESOLUÇÃO Nº 001/95 DE 03 DE MARÇO 1995**

**O PLENÁRIO DO CONSELHO DE SAÚDE DE TAGUATINGA**, em sua Quarta Reunião Ordinária, realizada no dia 03 de março de 1995, com base no disposto do Art. 3º, inciso 14, da Lei no 469, de 25 de junho de 1993:

**RESOLVE:**

Aprovar o Regimento Interno do Conselho de Saúde de Taguatinga, constante do Anexo desta Resolução.
Jefferson de Souza Bulhosa Junior, Joana D'arc Barbosa de Souza, Leão Sombra do Norte Fontes, Celio Rodrigues dos Santos, Nilza Soares Gomes, Paulo Peres da Silva, Mario Antonio Crispin, Durcinéia Crispin de Souza, Carla Martins e Eloisa Santos Lima.

## Regimento Interno do Conselho Regional de Saúde de Taguatinga

### Capítulo I - Da Natureza e Finalidade

Art.1º ) O Conselho Regional de Saúde de Taguatinga (CS-CRT), criado pela Resolução Nº 02/94 do Conselho de Saúde do Distrito Federal de 11/02/94, órgão permanente de deliberação coletiva, integrante da Coordenação Regional de Saúde de Taguatinga/Secretaria de Saúde do Distrito Federal , tem por finalidade deliberar sobre a política de saúde no âmbito da Regional, sobre assuntos concernentes à promoção, proteção e recuperação da saúde, dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), sobre as matérias de que trata o presente Regimento e sobre assuntos a ele submetidos pelo Coordenador Regional de Saúde de Taguatinga e pelos Conselheiros.

### Capítulo II - Das Competências

Art.2º) Compete ao Conselho Regional de Saúde de Taguatinga:

I - Definir as diretrizes gerais e a política de saúde da Regional de Saúde de Taguatinga, bem como controlar e fiscalizar sua execução;

II - Estabelecer estratégias e mecanismos de Coordenação e gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), articulando-se com os demais colegiados em nível regional e distrital, estadual e nacional;

III - Traçar diretrizes e aprovar planos de saúde para a Regional, adequando-os a realidade epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

IV - Propor a adoção de critérios que definam qualidade e resolutividade, avaliando o processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área;

V - Propor medidas para o aperfeiçoamento da organização e do funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS;

VI - Opinar sobre projetos de leis a serem encaminhados à Câmara Legislativa do Distrito Federal relativos ao setor de saúde da Região Administrativa de Taguatinga;

VII - Controlar, fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e serviços de saúde;

VIII - Examinar propostas, responder as consultas sobre assuntos pertinentes a ações e serviços de saúde;

IX - Analisar denúncias apresentada ao Conselho Regional, respeitando os prazos e normas processuais respectivos;

X - Controlar e fiscalizar a movimentação de recursos repassados da Secretaria de Saúde e outros ao Fundo de Saúde da Regional de Saúde de Taguatinga, propondo diretrizes para a programação e execução financeira e orçamentária;

XI - Estimular a participação comunitária no controle da administração do Sistema de Saúde;

XII - Estabelecer critérios e diretrizes quanto à localização e ao tipo de unidades prestadoras de serviços na Região Administrativa de Taguatinga, de saúde públicos e privados, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;

XIII - Elaborar e alterar, quando necessário, o Regimento Interno do Conselho e suas normas de funcionamento;

XIV - Estimular, apoiar ou promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde e de interesse para o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde - SUS;

XV - Acompanhar, coordenar e supervisionar as Comissões Técnicas e Intersetoriais necessárias ao efetivo desempenho do Conselho de Saúde de Taguatinga;

XVI - Promover a articulação Interinstitucional e intersetorial para garantir a atenção à saúde;

XVII - Acompanhar e controlar as atividades das instituições privadas, credenciadas mediante contrato, ajuste ou convênio;

XVIII - Propor a convocação e estruturação das comissões organizadoras das Conferências de Saúde da Regional de Taguatinga, bem como aprovar o regimento, a organização e as normas de funcionamento das mesmas, e adequando as conferências convocadas pelo CS/DF e Nacional;

XIX - Estabelecer as diretrizes da política de recursos humanos da Região;

XX - Designar os integrantes das Comissões

### Capítulo III - Da Composição

Art. 3º) O Conselho de Saúde de Taguatinga será integrado por 16 (dezesseis) Conselheiros, sendo 04 (quatro) representantes dos prestadores de serviços, 04 (quatro) representantes dos trabalhadores de saúde, 08 (oito) representantes dos usuários, conforme as especificações seguintes:

I - Representantes dos Prestadores de Serviços:

- dois representantes Coordenação Regional de Saúde de Taguatinga;

- dois representantes dos prestadores privados de seviços de saúde da Regional de Taguatinga.

II - Representantes dos Trabalhores de Saúde:

- quatro trabalhadores de saúde do Sistema Único de Saúde, escolhidos pelas entidades de classe representativas de setor, através da eleição em fórum ampliado, sendo pelo menos dois do setor público;

III - Representantes dos Usuários:

- um representante indicado pelas entidades congregadas de sindicatos de trabalhadores urbanos;

- dois representantes indicados pelos movimentos comunitários organizados na área de saúde;

- três representantes indicados pelos Conselhos Comunitários, Associação de Moradores ou entidades equivalentes;

- um representante de entidades de defesa do consumidor;

- um representante de associações de portadores de deficiência; e

- um representante de associações de portadores de patologias crônicas;

§ 1º O Conselho de Saúde será presidido por um de seus Conselheiros eleito pela maioria simples de seus membros titulares.

§ 2º Para cada membro efetivo será indicado um suplente.

§ 3º O Governador do Distrito Federal designará os membros efetivos e suplentes do Conselho, uma vez concretizadas suas indicações pelos órgãos ou entidades correspondentes, mediante encaminhamento de ata que ateste o processo de escolha.

§ 4º A substituição dos membros efetivos e suplentes se dará a qualquer momento a critério dos órgãos ou entidades representadas, através do encaminhamento ao Conselho de Saúde de ata que ateste a nova indicação.

§ 5º O membro suplente substituirá o membro titular do segmento nos seus impedimentos eventuais ou temporários, com pleno direito.

Art. 4º) A participação no Conselho de Saúde, como membro efetivo ou suplente, é voluntária e honorifica, não gerando direito a qualquer remuneração, sendo seu exercício considerado de relevante interesse público e tem prioridade sobre o de qualquer cargo ou função de que o Conselheiro seja titular na Administração Pública.

### Capítulo IV - Da Organização

Art. 5º) O Conselho de Saúde é composto pelos seguintes órgãos:

I - Plenário;

II - Secretária Executiva;

III - Comissões Intersetorial; e

IV - Comissões Técnicas.

Art. 6º) O Plenário do Conselho de Saúde de Taguatinga é o órgão de deliberação plena e conclusiva, configurando pela Reunião Ordinária ou Estraordinária dos Conselheiros, desde que cumpra os requisitos de funcionamento estabelecidos neste Regimento.

Art. 7º) O Conselho de Saúde de Taguatinga contará com uma Secretaria Executiva, órgão de apoio operacional e administrativo, subordinada a Presidência.

§ 1º A Secretaria Executiva será composta de, no mínimo, 01 (um) Secretário.

§ 2º A Secretaria Executiva é apoiada administrativa e tecnicamente por servidores da Secretaria de Saúde e de seus Órgãos.

§ 3º Quando necessário, os funcionários designados para apoio técnico e administrativo serão requisitados à Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Art. 8º) As comissões Intersetoriais, permanentes ou provisórias, criadas e estabelecidas pelo Plenário do Conselho de Saúde e respeitados os termos deste Regimento terão como finalidade articular políticas e programas de interesse para a saúde cujas execuções envolvam áreas não integralmente compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde, tais como:

a) Saneamento;

b) Meio Ambiente;

c) Saúde do Trabalhador; e

d) Recursos Humanos para o Sistema Único de Saúde.

Art. 9º) As Comissões Técnicas são instâncias de natureza técnica permanente ou provisória, serão criadas e estabelecidas pelo Plenário do Conselho de Saúde para atender as suas finalidades de funcionamento, sendo também regidas por este Regimento.

Art. 10) A constituição de cada Comissão será estabelecida em Resolução própria e deverá estar embasada na explicitação de suas finalidades, objetivos, componentes, atribuições e demais regras que identifiquem claramente sua natureza.

Art. 11) As Comissões Intersetoriais e Técnicas serão constituídas por número ímpar de membros efetivos, contando cada membro com seu respectivo suplente, todos indicados pelo Plenário do Conselho de Saúde e designados pelo Presidente do Conselho.

Parágrafo Único - Cada Comissão terá um Coordenador e um Relator, que serão designados pelos seus pares e terão direito a voz e voto.

## Capítulo V - do Funcionamento

Art. 12) O Conselho de Saúde de Taguatinga reunir-se-á em caráter ordinário, mensalmente e extraordinário, quando convocado pelo Presidente ou por um terço de seus membros efetivos.

§ 1º As reuniões do Conselho realizar-se-á apenas com a presença de mínimo 08 (oito) membros efetivos e serão deliberativas na presença de 51% (cinquenta e um por cento) dos seus membros efetivos.

§ 2º A reunião do Conselho é presidida pelo Presidente eleito e, na ausência deste por um dos conselheiros presentes eleito entre os membros efetivos.

§ 3º As reuniões são públicas, exceto quando algum Conselheiro solicitar o contrário, devendo ser a questão objeto de decisão do plenário.

§ 4º As datas de realização das reuniões ordinárias serão estabelecidas em calendário a ser aprovado pelo Plenário do Conselho de Saúde, e sua duração será a julgada necessária, podendo ser interrompida para prosseguimento em data e hora estabelecidas pelos presentes.

Art. 13) As deliberações do Conselho de Saúde são tomadas pelo Plenário por maioria simples.

§ 1º Cada Conselheiro tem direito a um voto, sendo vedado o voto por procuração.

§ 2º A votação é nominal.

§ 3º Da ata das sessões plenárias em que ocorrerem votações, constará o nome do votante a favor, contra, de abstenção ou impedimento.

§ 4º Os votos e as razões das abstenções ou dos impedimentos poderão ser expressos na Ata da reunião, a pedido dos Conselheiros.

§ 5º As deliberações do Plenário do Conselho de Saúde são consubstanciadas em Resoluções. Recomendações ou Decisões.

§ 6º As Resoluções do Conselho de Saúde serão publicadas no Diário Oficial do DF, entrando em vigor na data da publicação.

§ 7º É facultado ao Presidente e aos Conselheiros solicitar reexame, por parte do Plenário, de qualquer deliberação tomada na reunião anterior, justificando possível ilegalidade, incorreção ou inadequação técnica ou de outra natureza, obedecidos os critérios do Art. 18.

Art. 14) As questões sujeitas à análise do Conselho serão classificadas por ordem cronológicas de entrada no Protocolo, autuadas em processos e distribuições aos Conselheiros pela :Secretaria Executiva, para conhecimento.

Art. 15) A sequência dos trabalhos do Plenário e das reuniões será a seguinte:

I - Verificação da presença do Presidente e dos Conselheiros e da existência de "quorum" para instalação do Plenário;

II - Eleição do Presidente da reunião, na ausência do Presidente;

III - Leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;

IV - Leitura e despacho do expediente;

V - Ordem do Dia compreendendo leitura, discussão e votação de relatórios, pareceres e resoluções;

VI - Distribuição dos processos;

VII - Escolha e designação do relatores;

VIII - Organização das pautas de próximas reuniões; e

IX - Comunicações breves e franqueamento da palavra.

Parágrafo Único - Em caso de urgência ou e, relevância, o Conselho de Saúde de Taguatinga, poderá alterar a sequência estabelecida neste artigo, e/ou a ordem de apreciação dos assuntos.

Art. 16) O relator emitirá parecer por escrito, contendo o histórico, o resumo da matéria, as considerações de ordem prática ou doutrinária, a sua conclusão e, quando couber, o voto.

Parágrafo Único - O relator ou qualquer Conselheiro poderá requerer ao Presidente, a qualquer tempo, a realização de diligências, encaminhamento de processos ou consultas a noutras instituições públicas e privadas, nacionais e/ou internacionais, para estudo, pesquisas ou informações necessárias a solução dos assuntos que lhes forem distribuído, bem como solicitar o comparecimento de qualquer pessoa às reuniões para prestar esclarecimento.

Art. 17) A Ordem do Dia será organizada com os processos ou assuntos apresentados para discussão, acompanhados dos respectivos pareceres dos relatores, e com aqueles cuja discussão ou votação tiver sido adiada ou antecipada.

Parágrafo Único - A Ordem do Dia, aprovada na sequência prevista, no artigo 15, sera comunicada previamente a todos os Conselheiros, com antecedência mínima de 10 (dez) dias para as reunões ordinárias.

Art. 18) Após a leitura do parecer, o Presidente do Plenário o submeterá a discussão, dando a palavra aos Conselheiros que a solicitarem.

§ 1º O conselheiro que não se julgar suficientemente esclarecido para votar quanto à matéria em exame poderá pedir vista do processo, propor diligências ou adiamento da discussão, devendo estes dois últimos ser objeto de deliberação pelo Plenário.

§ 2º O prazo de vista será até a realização da próxima reunião ordinária, mesmo que mais de um Conselheiro o solicite, podendo, a Juízo do Plenário, ser prorrogado no máximo até (três) reuniões ou reduzido em face da urgência ou relevância do assunto.

§ 3º Após entrar na pauta de uma reunião do Plenário, a matéria deverá ser, obrigatoriamente, votada no prazo de 03 (três) reuniões do Plenário.

§ 4º Todo processo será apresentado ao Plenário pelo seu Conselheiro Relator, exceto quando o mesmo autorizar, por escrito, um Conselheiro Substituto.

Art. 19) Após o encerramento das discussões. o assunto será submetido à deliberação do Plenário.

Art. 20) A cada reunião do Plenário, os Conselheiros configurarão sua presença em livro próprio e o Secretário lavrará a ata com exposição sucinta dos trabalhos, conclusões. deliberações e resoluções, a qual deverá ser assinada pelos Conselheiros presentes e pelo Presidente do Conselho de Saúde de Taguatinga, quando de sua aprovação.

Art. 21) As deliberações das Comissões Técnicas e Intersetoriais serão tomadas por consenso e, no caso de posições inconciliáveis, todas serão trazidas para deliberação do Plenário do Conselho.

Parágrafo Único - As conclusões das Comissões são consubstanciadas em recomendações e encaminhada à apreciação do Plenário do Conselho de Saúde, para subsidiar as suas deliberações.

## CAPÍTULO VI - As Atribuições

## SEÇÃO I

## ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS

Art. 22) Ao Plenário compete examinar e propor soluções aos problemas submetidos ao CST conforme as competências definidas do artigo 2º deste Regimento, por solicitação expressa do Secretário de Saúde ou de qualquer Conselheiro, dirimir divergências em matéria que envolva mais de uma Comissão e enviar, assim como cpreciar matéria submetida às Comissões

Art. 23) À Coordenação Regional de Saúde de Taguatinga compete orientar , supervisionar e coordenar a execução das atividades de apoio do Conselho de Saúde de Taguatinga, conforme as decisões, orientações e deliberações de seu Plenário e dar assistência as atividades afetas no Plenário e as Comissões

Art. 24) Às Comissões compete pronunciar-se, emitindo recomendações sobre as matérias encaminhadas pelo Plenário do Conselho de Saúde de Taguatinga

## SEÇÃO II

## ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS E MEMBROS DAS COMISSÕES

Art. 25) Ao Presidente do Conselho de Saúde de Taguatinga incumbe:

I - Representar o Conselho em suas relações internas e externas;

II - Instalar o Conselho e presidir seu Plenário;

III - Submeter ao Governador o nome dos Conselheiros indicados conforme o artigo 3o deste Regimento, para integrar o Conselho de Saúde de Taguatinga;

IV - Suscitar pronunciamento do Conselho de Saúde de Taguatinga, quanto a problemas relativos à promoção, proteção e recuperação da saúde;

V - Promover a convocação e submeter a Ordem do Dia à aprovação do Plenário do Conselho;

VI - Baixar resoluções decorrentes de deliberações do Conselho e nos casos de manifesta urgência;

VII - Indicar os integrantes das Comissões;

VIII - Delegar competência ad referendun do Plenário;

IX - Solicitar às autoridades competentes providências relativas a efetivação das medidas deliberadas pelo Conelho de Saúde;

X - Manter entendimentos com dirigentes dos demais órgãos do Governo do Distrito Federal e com entidades públicas ou privadas no interesse da promoção, proteção e recuperação da saúde; e

XI - Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento Interno, submetendo os casos omisso à apreciação do Plenário

Art. 26) Aos Conselheiros compete:

I - Estudar e relatar, nos prazos estabelecidos, as matérias que lhes forem atribuídas pelo Plenário;

II - Comparecer ao Plenário e às Comissões das quais participarem, relatando processo, proferindo voto ou pareceres e manifestando-se a respeito das matérias em discussão;

III - Requerer votação de matéria em regime de emergência;

IV - Desempenhar outras funções que lhes forem atribuídas pelo Presidente ou pelo Plenário;

V - Propor a criação ou extinção de Comissões;

VI - Deliberar sobre os pareceres emitidos pelas Comissões;

VII - Apresentar ações e/ou proposições sobre assuntos de interesse para a saúde;

VIII - Apresentar e analisar denúncias dentro da competência do Conselho de Saúde de Taguatinga e as não apuradas pelos Conselhos Regionais de Saúde e/ou Gestores, respeitando os

prazos e as normas processuais respectivas;

IX - Acompanhar e verificar o funcionamento dos serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, dando ciência ao Plenário; e

X - Presidir os trabalhos do Plenário, nos termos do Parágrafo 2º, do artigo 12 deste Regimento;

Art. 27) Aos membros integrantes das Comissões incumbe:

I - Examinar e relatar assuntos que lhes forem distribuídos;

II - Votar aqueles submetidos à exame;

III - Solicitar vista daqueles assuntos distribuídos a outros membros.

Art. 28) Aos coordenadores das Comissões incumbe:

I - Coordenar as reuniões das Comissões;

II - Distribuir e cobrar os trabalhos entre os membros da Comissão;

III - Assinar as recomendações elaboradas pela Comissão encaminhando-as ao Plenário;

IV - Solicitar à Secretaria Executiva do Conselho de Saúde de Taguatinga o apoio necessário ao funcionamento da respectiva Comissão;

V - Solicitar ao Presidente do Conselho de Saúde medidas de exclusiva competência da Presidência que sejam necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos das Comissões

## SEÇÃO III
## ATRIBUIÇÃO DO SECRETÁRIO DO CST

Art. 29) Ao Secretário do Conselho de Saúde de Taguatinga incumbe:

I - Instalar as Comissões;

II - Promover e praticar todos os atos de gestão administrativa necessários ao desempenho das atividades do Conselho de Saúde de Taguatinga e de suas Comissões, pertinentes a orçamento, finanças, serviços gerais e pessoal, dirigir, orientar e supervisionar os serviços da Secretaria;

III - Despachar com o Presidente do Conselho de saúde de Taguatinga os assuntos pertinentes ao Conselho;

IV - Secretariar as reuniões e promover medidas destinadas ao cumprimento de suas decisões;

V - Articular-se com os Coordenadores das Comissões para fiel desempenho de cumprimento de suas deliberações e promover medidas de ordem administrativa necessárias aos serviços das mesmas;

VI - Manter entendimento com dirigentes dos demais órgãos da Secretaria de Saúde e de outros do Poder Público, no interesse dos assuntos comuns;

VII - Elaborar, no primeiro trimestre de cada ano, o relatório das atividades do Conselho de Saúde de Taguatinga do ano anterior e encaminhá-lo ao Presidente que o submeterá ao Plenário do Conselho de Saúde de Taguatinga;

VIII - Promover as publicações das Resoluções do Plenário;

IX - Convocar o Plenário do Conselho de Saúde deTaguatinga, e as reuniões de suas Comissões;

X - Exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas pelo Presidente do Conselho de Saúde de Taguatinga assim como pelo Plenário; e

XI - Delegar competências

## CAPÍTULO VI
## DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30) O Conselho de Saúde de Taguatinga, dentro de suas atribuições legais, e por deliberação de seu Plenário, poderá delegar as funções das Comissões Técnicas ou Comissões Intersetoriais já existentes na Secretaria de Saúde

Art. 31) O Conselho e as Comissões poderão convidar qualquer pessoa ou representante do órgão federal, estadual ou municipal, empresa privada, sindicato ou outras entidades civis, para comparecer às reuniões e prestar esclarecimentos

Art. 32) Consideram-se colaboradores do Conselho de Saúde de Taguatinga as instituições de ensino superior, as entidades representativas de profissionais, prestadores e usuários de serviços de saúde, além de entidades de cooperação técnica nacionais e internacionais.

Art. 33) O Conselho de Saúde de Taguatinga poderá convidar entidades, autoridades, cientistas e técnicos nacionais ou estrangeiros para colaborarem em estudos ou participarem de comissões instituídas no âmbito do próprio Conselho.

Art. 34) Os órgãos da Secretaria de Saúde constituem-se em órgãos de assessoramento técnico e de apoio operacional do Conselho de Saúde.

Art. 35) Fica assegurado aos Conselheiros servidores ou empregados da Administração Pública direta, indireta ou fundacional do Governo do Distrito Federal, o abono de ponto nos dias em que estiverem a serviço do Conselho.

Art. 36) A duração do mandato de cada integrante do Conselho, assim como de seu suplente, será de 02 (dois) anos.

§ 1º As renomeações dos membros integrantes do Conselho e as de seus suplentes são feitas pelo Governador do Distrito Federal, após as indicações pelos órgãos ou entidades correspondentes.

§ 2º Em caso de renúncia, desligamento ou impedimento de um dos membros efetivos ou suplentes do Conselho, sua substituição será feita por indicação da entidade ou do segmento que representam os integrantes em questão.

§ 3º Dois meses antes do término do mandato de cada Conselheiro, o Secretário do Conselho encaminhará à entidade que representa, ofício solicitando a indicação de um novo representante, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento do ofício.

Art. 37) Perderá o mandato o Conselheiro que, no período de 01 (um) ano, faltar a mais de 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, sem justificativa.

Art. 38) Quando julgar necessário, o Plenário do Conselho de Saúde criará regulamentos específicos com o objetivo de disciplinar e definir as normas e procedimento de funcionamento dos órgãos do Conselho, assim como de atividades onde este procedimento se justifique.

Parágrafo Único - Os regulamentos serão aprovados e/ou modificados por maioria simples dos membros.

Art. 39) A proposta orçamentária do Conselho será aprovada pelo Plenário e integrará a proposta orçamentária da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, a ser encaminhada à Câmara Legislativa.

Art. 40) Prerrogativas dos Conselheiros:

I - Identificação;

II - Garantir-se-á aos membros do Conselho Regional de Saúde de Taguatinga acesso a qualquer unidade do Sistema Único de Saúde (SUS); e

III - O membro do Conselho Regional de Saúde de Taguatinga terá acesso a documentação oficial referente ao SUS.

Art. 41) Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidas pelo Plenário do Conselho de Saúde.

Art. 42) O presente Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 43) Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 03 de março de 1995.

## CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA A SAÚDE – CEDRUS

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE MARÇO DE 1995.

A DIRETORA DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA A SAÚDE - CEDRHUS, DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Artigo 17, parágrafo XI do Regimento Interno,

R E S O L V E:

designar os servidores HILDA LONGHI, Assistente Superior de Saúde, 1ª Classe, Padrão VI, (Nutricionista), matrícula nº 116.243-8, MARIA AUXILIADORA CHARBEL JANIQUES, Assistente Superior de Saúde, 2ª Classe, Padrão V, (Médica), matrícula nº 127.093-1 e CÉLIA MILHOMEM AMARAL CARVALHEDO, Assistente Superior de Saúde, 1ª Classe, Padrão IV, (Administradora), matrícula nº 121.213-3, para, sob a presidência do primeiro, e no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, participarem da Comissão para rever e atualizar as normas para concessão de Bolas de Estudo e Dispensa de Ponto, da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Enfª. MARIA BERNADETE ROCHA MOREIRA
CEDRHUS - DE - FHDF
DIRETORA

## HOSPITAL DE APOIO DE BRASÍLIA

ORDEM DE SERVIÇO de 24 de março de 1995

**O DIRETOR DO HOSPITAL DE APOIO DE BRASÍLIA**, em cumprimento ao disposto nas Ordens de Serviço de 21/02/95 da Senhora Diretora do Departamento de Recursos Humanos/FHDF;

RESOLVE:

**Designar** os servidores **AFONSO GOMES DA SILVA**, Agente Administrativo, NM 25 Matrícula 124858-4, **DELMASON SOARES BARBOSA DE CARVALHO**, Assistente Superior de Saúde (Médico),AS 11, Matrícula 123407-2, **TÂNIA ALVES MARTINS CORDEIRO**, Assistente

Intermediário de Saúde, (Ag.Adm.), Al 16, Matrícula 123120-1, para , sob a presidência do primeiro, compor a **Subcomissão** que deverá realizar estudos e análises sobre **horas extras, contratos de 40 horas e remoções**, a fim de subsidiar o trabalho da Comissão Especial Central.

CID LUIS DE SOUSA VALE

## INSTITUTO DE SAÚDE MENTAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE MARÇO DE 1995

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO DE SAÚDE MENTAL (ISM), no uso de suas atribuições regimentais e atendendo aos dispositivos da Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990 e da Portaria 930/GMS de 27 de agosto de 1992,

R e s o l v e:

Criar a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar do ISM que será constituída por:

Chefe da DRMA (ISM)
Chefe da DAG-ISM
Chefe da Enfermagem do ISM
Chefe do Serviço de Controle de Infecção Hospitalar - ISM
Coordenadora da Nutrição - ISM
Coordenador do Setor de Farmácia - ISM
Enfermeira do SCIH - ISM
Representantes dos usuários, em número de dois.

Esta Comissão será presidida pela Chefia da DRMA - ISM.

AUGUSTO CESAR DE FARIAS COSTA
Diretor Geral do ISM/FHDF

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE MARÇO DE 1995

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO DE SAÚDE MENTAL (ISM), no exercício de suas atribuições regimentais e conforme o disposto na Lei Federal 8.080 de 19 de setembro de 1990 e da Portaria 930/MS de 27 de agosto de 1992, Lei/GDF 633 de 23 de dezembro de 1993,

R E S O L V E :

Nomear a enfermeira MARIA CECÍLIA REGINATTO BAÚ, matrícula 132.313-0 FHDF, para compor o Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH) - ISM.

AUGUSTO CESAR DE FARIAS COSTA
Diretor Geral do ISM/FHDF

# SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

## PORTARIA Nº 011 DE 28 DE MARÇO DE 1995

**O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º do Decreto nº 16.343 de 03 de março de 1995,**

**RESOLVE:**

**1º — Delegar ao Presidente da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal competência para aprovar a programação de repasse de recursos financeiros, sob a forma de Suprimento de Fundos para execução de Auxílio Social, às Unidades Operativas da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.**
**2º — O Presidente da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal baixará as normas, procedimentos e critérios para concessão, aplicação e prestação de contas de Suprimento de Fundos, a título de Auxílio Social, na forma do que dispõe o Art. 1º desta Portaria.**
**3º — Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

MESSIAS DE SOUZA

PROCESSO Nº: 030.002.846/95
INTERESSADO: JORNAL DO BRASIL
ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE ASSINATURA
**Ratifico, de acordo com o artigo 26 da Lei 8.666/93, a inexigibilidade de licitação em favor do JORNAL DO BRASIL, no valor de R$ 399,00 (Trezentos e noventa e nove reais), relativo a Nota de Empenho nº 108/95, com o objetivo de atender despesas com renovação de 01 (uma) assinatura anual do JORNAL DO BRASIL, de interesse da Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária. A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no "caput" do artigo 25, da Lei nº 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se a Divisão de Administração Geral/DAG, para as providências complementares.**

Brasília, 27 de março de 1995
JOSÉ MESSIAS DE SOUZA
Secretário de Desenvolvimento Social
e Ação Comunitária

# FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DIRETORIA EXCUTIVA

## ORDEM DE SERVIÇO DE 24 MARÇO DE 1995

**A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso V, da Instrução de nº 001 de 23 de janeiro de 1995 e conforme consta do processo nº 101.000267/95;**

**RESOLVE:**

**Autorizar Licença para Trato de interesse Particular ao servidor JOÃO DIAS SOARES, matrícula nº 4299-4, ABSS, do Quadro de Cargos de Provimnto Efetivo da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, pelo período de 02 (dois) anos, nos termos do artigo 91, da Lei 8.112/90.**

NEIDE VIANA CASTANHA

ORDEM DE SERVIÇO de 24 de março de 1995.
A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso XI, da Instrução Nº 001 de 23 de janeiro de 1995 e conforme consta do oficio nº 113/95 de 14.03.95;

R E S O L V E :

Designar a servidora MARIA GORETE PASCOAL DE ARAÚJO, matrícula nº 5809-2, para substituir NADIR FERREIRA MESSIAS, matrícula nº 7186-2, DF-01, Encarregado de Turno do Centro de Recuperação Provisória/CAJE, no período de 20.03 a 08.04.95, por motivo de férias regulamentares.

NEIDE VIANA CASTANHA

# SECRETARIA DE OBRAS

PORTARIA-SO DE 27 DE MARÇO DE 1995
O SECRETÁRIO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1o., item I, alínea "a", do Decreto no. 7.321, de 22 de dezembro de 1982, com a nova redação dada pelo Decreto no. 8.100, de 1o. de agosto de 1984,
RESOLVE:
Fazer cessar os efeitos da Ordem de Serviço que concedeu Gratificação por Encargo em Gabinete ao servidor FRANCISCO ARI DE ARAÚJO FILHO, pelo encargo de Auxiliar, da Secretaria de Obras do Distrito Federal, conforme publicado no DODF no. 021, de 20.05.88, pág. 06, a contar de 27.03.95.

HERMES RICARDO MATIAS DE PAULA

# INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO – IPDF

PROCESSO : 030.002834/95
INTERESSADO : INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

D E S P A C H O

Em cumprimento ao disposto no CAPUT do artigo 25, conbinado com o artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, e diante do que consta nos autos do processo, RATIFICO a inexigibilidade de licitação a favor da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL - ABES, para custear despesas de taxa de inscrição de curso para a servidora Libânea Lopes Cabezon, mat. nº 24.187-3, do Quadro de Pessoal do GDF.

Publique-se e encaminhe-se à Gerência de Orçamento e Finanças do Departamento de Administração Geral.

Brasília-DF, 23 de março de 1.995.

LUIZ PHILIPPE PERES TORELLY

# SECRETARIA DE TRANSPORTES

## COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

RESULTADO FINAL DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO DA ST, REFERENTE AO PERÍODO DE 01.05.94 a 30.10.94

| | | | |
|---|---|---|---|
| 00.510-X | JOSÉ PEREIRA DE OLIVEIRA | 5,0 | EXCELENTE |
| 01.778-7 | JOÃO ANTONIO DE LIMA | 5,0 | EXCELENTE |
| 02.346-9 | AMADEUS XIRMENES DE AGUIAR | 5,0 | EXCELENTE |
| 02.402-3 | ANTONIO RODRIGUES BEZERRA | 5,0 | EXCELENTE |
| 02.575-5 | IPOLITO VITOR DOS SANTOS | 5,0 | EXCELENTE |
| 02.685-9 | JOSE CORREA DA CRUZ | 5,0 | EXCELENTE |
| 02.938-6 | TEODOMIRO MUNIZ DE LIMA | 5,0 | EXCELENTE |
| 05.118-7 | JOSÉ MARIA MAGALHÃES | 5,0 | EXCELENTE |
| 09.684-9 | JOSE DIAS DE MATOS | 5,0 | EXCELENTE |
| 10.699-2 | CANUTO ANTONIO RAMOS | 5,0 | EXCELENTE |
| 13.651-4 | JOSEFINO SOARES DE OLIVEIRA | 5,0 | EXCELENTE |
| 13.747-2 | FRANCISCO C. PEIXOTO | 5,0 | EXCELENTE |
| 17.207-3 | FRANCISCO PEREIRA DA CUNHA | 4,9 | EXCELENTE |
| 18.620-1 | MARIA LILA C. VILLANOVA | 5,0 | EXCELENTE |
| 18.888-3 | ANGELA SANT ANA ARRUDA | 5,0 | EXCELENTE |
| 19.046-2 | MARIA INÊS P. DOS SANTOS | 5,0 | EXCELENTE |
| 19.387-9 | JOSÉ LACIR CURTY | 5,0 | EXCELENTE |
| 19.615-0 | PAULA MATTOS DE S. VALE | 5,0 | EXCELENTE |
| 21.359-4 | ELVIRA VIERIA DOS SANTOS | 5,0 | EXCELENTE |
| 21.461-2 | NEDMA RODRIGUES BIJOS | 5,0 | EXCELENTE |
| 21.580-5 | BARTOLOMEU JOSE DA SILVA | 5,0 | EXCELENTE |
| 21.594-5 | FRANCISCO DE O. SILVA | 5,0 | EXCELENTE |
| 21.694-1 | JOSÉ AGUINALDO DE SANTANA | 5,0 | EXCELENTE |
| 21.773-5 | MARIA ISABEL B. G. DIDEROT | 5,0 | EXCELENTE |
| 22.096-5 | EMENUEL B. DA HORA | 5,0 | EXCELENTE |
| 22.121-X | CICERA SOARES DE HOLANDA | 5,0 | EXCELENTE |
| 22.137-6 | GERALDO RODRIGUES DE SOUZA | 5,0 | EXCELENTE |
| 22.492-8 | PAULO CESAR M. DE SOUZA | 5,0 | EXCELENTE |
| 22.530-4 | JOSILENE RAPOSO DE OLIVEIRA | 5,0 | EXCELENTE |
| 22.841-9 | ABRÃO GOMES DE O. SOBRINHO | 5,0 | EXCELENTE |
| 23.152-5 | RUBENS MOREIRA | 5,0 | EXCELENTE |
| 23.254-8 | MARIA DAS GRAÇAS M. BRAGA | 5,0 | EXCELENTE |
| 23.287-4 | VILMAR LUIZ TAVARES | 5,0 | EXCELENTE |
| 23.332-3 | VALDIVINO DE JESUS BARROS | 5,0 | EXCELENTE |
| 23.379-X | DAYSE ALVES E ALVES | 4,5 | EXCELENTE |
| 23.821-X | ITEVALDO BARBOSA SOUTO | 5,0 | EXCELENTE |
| 23.866-X | MARIA NEUMA DA ROCHA | 5,0 | EXCELENTE |
| 23.867-8 | VALERIA RETAMEIRO SILVA | 5,0 | EXCELENTE |
| 23.960-7 | JOSÉ PINHEIRO NETO | 5,0 | EXCELENTE |
| 23.963-1 | ISABEL FELIPE DE BRITO | 5,0 | EXCELENTE |
| 23.970-4 | JOSELICE RAPOSO DE OLIVEIRA | 5,0 | EXCELENTE |
| 24.000-1 | ELIENE FERREIRA DE SOUSA | 5,0 | EXCELENTE |
| 24.134-2 | DALILA TEODORO GONAÇLVES | 5,0 | EXCELENTE |
| 24.638-7 | EDNA MARIA R. COSTA | 5,0 | EXCELENTE |
| 24.663-8 | ANA LUCIA B. MORATO | 5,0 | EXCELENTE |
| 24.812-6 | VERA BONNA BRANDÃO | 4,7 | EXCELENTE |
| 25.041-4 | GESSIMAR AIRES NASCIMENTO | 5,0 | EXCELENTE |
| 25.166-6 | EMIVAL HONORATO DOS SANTOS | 5,0 | EXCELENTE |
| 26.421-0 | MARIA DE LOURDES R. BRITO | 5,0 | EXCELENTE |
| 26.433-4 | FRANCIRENE COIMBRA SANTOS | 5,0 | EXCELENTE |
| 26.506-3 | FELIPE ALBINO DOS SANTOS | 5,0 | EXCELENTE |
| 26.654-X | JOEL ARAUJO PINTO | 4,3 | BOM |
| 26.774-0 | MARCIA SAMPAIO P. ÀLVES | 4,6 | EXCELENTE |
| 27.353-8 | MARIA CARMEM DE C. COUTO | 5,0 | EXCELENTE |
| 27.651-0 | VALDIR MOREIRA DA SILVA | 5,0 | EXCELENTE |
| 27.913-7 | ANGELINA CID DE M.BERTOLINA | 5,0 | EXCELENTE |
| 27.915-3 | MARIA LÚCIA ALVES LOPES | 5,0 | EXCELENTE |
| 30.030-1 | ARLENE MARIA G.DE REZENDE | 5,0 | EXCELENTE |
| 30.615-0 | MARIA LIDIA C. DOS SANTOS | 5,0 | EXCELENTE |
| 30.622-3 | ANDRÉ LUIS RIBEIRO AREAL | 5,0 | EXCELENTE |
| 30.652-5 | JOSILANE BATISTA DE OLIVEIRA | 5,0 | EXCELENTE |
| 30.662-2 | DILMA DO CARMO NASCIMENTO | 5,0 | EXCELENTE |
| 30.687-8 | AGNALDO MORATO | 5,0 | EXCELENTE |
| 30.801-3 | IVONE APARECIDA DE MENEZES | 5,0 | EXCELENTE |
| 30.910-2 | JOSÉ ALVES DA SILVA | 5,0 | EXCELENTE |
| 31.023-9 | ÉLVIA ARAUJO DE CASTRO | 5,0 | EXCELENTE |
| 31.042-5 | DEJANIRA ARAUJO FERREIRA | 5,0 | EXCELENTE |
| 31.120-0 | LISIANE DALVA CAETANA | 5,0 | EXCELENTE |
| 31.131-6 | CARLOS ALBERTO DOS S.ARAUJO | 5,0 | EXCELENTE |
| 31.247-9 | VERA LÚCIA GOMES CHAVES | 5,0 | EXCELENTE |
| 31.287-8 | DORACINA A.DA S. SANTOS | 5,0 | EXCELENTE |
| 31.313-0 | DALVA MARIA DE OLIVEIRA | 5,0 | EXCELENTE |
| 31.338-6 | MARIA JOSÉ DA C. SILVA | 5,0 | EXCELENTE |
| 31.355-6 | BEATRIZ DE SOUSA RODRIGUES | 5,0 | EXCELENTE |
| 31.446-3 | ANA MARIA DE J.SACRAMENTO | 5,0 | EXCELENTE |
| 31.740-3 | MARIZE LIAM DE SOUZA | 5,0 | EXCELENTE |
| 31.756-X | MANOEL ALVES VINANA | 5,0 | EXCELENTE |
| 31.779-9 | SUELY SALES DOS SANTOS | 5,0 | EXCELENTE |
| 31.885-X | MARCIA PORTO M. FERNANDES | 5,0 | EXCELENTE |
| 32.143-5 | LIANEIDE NERES ALVES | 5,0 | EXCELENTE |
| 32.742-5 | BEATRIZ LOPES BARBOSA | 5,0 | EXCELENTE |
| 33.299-2 | VALÉRIA PENNA FERREIRA | 5,0 | EXCELENTE |
| 33.382-4 | CARLOS ALBERTO D.DE SOUZA | 4,7 | EXCELENTE |
| 33.761-7 | GIL JOSÉ DA COSTA | 5,0 | EXCELENTE |
| 33.764-1 | TASSIO D.DE SOUZA ALVES | 5,0 | EXCELENTE |
| 33.980-6 | MARIA DO SOCORRO S. COSTA | 5,0 | EXCELENTE |
| 33.989-X | BÁRBARA MARQUES DA FOBSECA | 5,0 | EXCELENTE |
| 34.042-1 | SANDRA MARA E. BOTELHO | 5,0 | EXCELENTE |
| 34.063-2 | MARIA DAS DORES S.DE OLIVEIRA | 5,0 | EXCELENTE |
| 34.613-6 | ANTONIO MARTINS DE SOUZA | 5,0 | EXCELENTE |
| 34.886-4 | DILZIMAR TEIXEIRA DE ALVIM | 5,0 | EXCELENTE |
| 34.906-2 | MARIA DA PENHA SILVA | 5,0 | EXCELENTE |
| 35.071-0 | REGINA CÉLIA S. DOS SANTOS | 4,0 | BOM |
| 35.088-5 | JOSÉ RIBAMAR CAMILO | 5,0 | EXCELENTE |
| 35.248-9 | MARIA CLOTILDE M. DE PAULA | 5,0 | EXCELENTE |
| 35.302-7 | TERESINHA DE S.ALENCAR PINHEIRO | 5,0 | EXCELENTE |
| 36.591-2 | EDMILSON S. DA BOA MORTE | 5,0 | EXCELENTE |
| 36.687-0 | ROBERTO SEARA M. POJO REGO | 5,0 | EXCELENTE |
| 36.805-9 | MARCIO CAIXETA ARRAES | 5,0 | EXCELENTE |
| 37.845-3 | VIRGILIO CAIXETA ARRAES | 5,0 | EXCELENTE |

Não consta da relação alguns servidores lotados no DMTU, por não terem sido remetidas à esta Comissão as Fichas de Avaliação referentes ao período de 01.05.94 a 30.10.94.

LEOZITOR FLORO
Presidente

RAIMUNDO LEITE
Vice Presidente

MANOEL ALVES
Membro

JORGE MIURA
Membro

ELVIRA VIEIRA
Membro

# SECRETARIA DE AGRICULTURA

## PORTARIA DE 20 DE MARÇO DE 1995

O CHEFE DO GABINETE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a Delegação de Competência estabelecida pela Portaria nº 001/95-SADF, de 16 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o que dispõe o artigo 3º do Decreto nº 15.357, de 23 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

Designar BETÂNIA MARIA DE SOUZA SANTOS, Encarregado do Serviço de Pessoal, da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, matrícula nº 31.319-X, para substituir SANDRA DA SILVA CARDOSO, matrícula nº 22.108-2, Chefe do Serviço de Pessoal, Símbolo DFG-08, por motivo da titular estar substituindo outro Cargo, no período de 1º a 20.04.95.
Designar NALI MARTINS DA SILVA, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 31.783-7, para substituir BETÂNIA MARIA DE SOUZA SANTOS, matrícula nº 31.319-X, Encarregado do Serviço de Pessoal da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, Símbolo-DFG-02, por motivo da titular estar substituindo outro Cargo, no período de 1º a 20.04.95.

ALÍPIO CORREIA FILHO
(Republicado por haver saído com incorreção do original, publicado no DODF nº 60, página 23, de 27.03.95)

# EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER

PROCESSO Nº : 072.000.057/95
INTERESSADA : EMATER/DF - SEÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS E TRANSPORTES

ASSUNTO : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

RATIFICO NOS TERMOS DO ARTIGO 26 DA LEI 8.666/93, DE 21.06.93, E REPUBLICADA EM 06.07.94, A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO EM FAVOR DA TYPE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA. NO VALOR DE R$ 236,23 (DUZENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS), COM O OBJETIVO DE ATENDER CONTRATAÇÃO DE FIRMA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE MÁQUINAS COPIADORAS, MARCA TRIUNFO.

A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO FOI FUNDAMENTADA NO ARTIGO 25, INCISO I, DA LEI Nº 8.666, DE 21.06.93, E REPUBLICADA EM 06.07.94, TENDO EM VISTA A JUSTIFICATIVA E A DOCUMENTAÇÃO CONSTANTES DOS AUTOS.

BRASÍLIA, 28 DE MARÇO DE 1995.

CARLOS PONCIANO BARROS CAVALCANTI
PRESIDENTE EMATER/DF

PROCESSO Nº : 072.000.058/95
INTERESSADA : EMATER/DF - SEÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS E TRANSPORTES

ASSUNTO : DISPENSA DE LICITAÇÃO

RATIFICO NOS TERMOS DO ARTIGO 26 DA LEI 8.666/93, DE 21.06.93, E REPUBLICADA EM 06.07.94, A DISPENSA DE LICITAÇÃO EM FAVOR DA PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A, NO VALOR DE R$ 9.350,00 (NOVE MIL TREZENTOS E CINQUENTA REAIS).

A DISPENSA DE LICITAÇÃO FOI FUNDAMENTADA NO ARTIGO 24, INCISO VIII, DA LEI Nº 8.666, DE 21.06.93, E REPUBLICADA EM 06.07.94, TENDO EM VISTA A JUSTIFICATIVA E A DOCUMENTAÇÃO CONSTANTES DOS AUTOS.

BRASÍLIA, 28 DE MARÇO DE 1995.

CARLOS PONCIANO BARROS CAVALCANTI
PRESIDENTE EMATER/DF

# SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROCESSO Nº: 0050-000.704/95
INTERESSADO: RADIOBRÁS – EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S.A
ASSUNTO: Reconhecimento de dívida de exercícios anteriores.

À vista das instruções contidas nos autos, e de acordo com o artigo 80 das Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal aprovadas pelo Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, reconheço a dívida no valor de R$ 394,09 (trezentos e noventa e quatro reais e nove centavos), em favor da RADIOBRAS – EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S.A., correndo a despesa à conta do Elemento 3.4.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores, da Subatividade 2.058.0001 – Funcionamento da Polícia Civil.

Brasília, 24 de março de 1995

## DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE MARÇO DE 1995.
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º do Decreto nº 12.805, de 23 de novembro de 1990,
R E S O L V E
I - Conceder 02 e 1/2 (duas e meia) diárias de viagem no valor unitário de R$ 33,93 (trinta e três reais e noventa e três centavos), no total de R$ 84,83 (oitenta e quatro reais e oitenta e três centavos), ao servidor JOAQUIM GOES CARVALHO, Agente de Polícia, matrícula nº 24.274-8, do Quadro de Pessoal do DF, o qual se deslocará desta capital com destino a Frutal-MG, no período de 27 a 29.03.95, para cumprir mandado de busca e apreensão e empreender diligências com escopo de localizar os autores de crime IP nº 082/95-19ªDP, sendo proponente a 19ª Delegacia Policial.
II- Conceder 02 e 1/2 (duas e meia) diárias de viagem no valor unitáro de R$ 33,93 (trinta e três reais e noventa e três centavos), no total de R$ 84,83 (oitenta e quatro reais e oitenta e três centavos), ao servidor EDMAR CARDOSO DO BOMFIM, Agente de Polícia, matrícula nº 20.884-1, do Quadro de Pessoal do DF, o qual se deslocará desta capital com destino a Frutal-MG, no período de 27 a 29.03.95, para cumprir mandado de busca e apreensão e empreender diligências com escopo de localizar os autores de crime IP nº 082/95-19ªDP, sendo proponente a 19ª Delegacia Policial.
III - Conceder 02 1/2 (duas e meia) diárias viagem no valor unitário de 33,93 (trinta e três reais e noventa e três centavos), no total de R$ 84,83 (oitenta e quatro reais e oitenta e três centavos), ao servidor ANTÔNIO CÉSAR NILDO DE OLIVEIRA, Agente de Polícia, matrícula nº 36.093-7, do Quadro de Pessoal do DF, o qual se deslocará desta capital com destino a Frutal-MG, no período de 27 a 29.03.95, para cumprir mandado de busca e apreensão e empreender diligências com escopo de localizar os autores de crime IP nº 082/95-19ªDP, sendo proponente a 19ª Delegacia Policial.
IV - Conceder 02 e 1/2 (duas e meia) diárias de viagem no valor unitário de R$ 42,43 (quarenta e dois reais e quarenta e três centavos), no total de R$ 106,08 (cento e seis reais e oito centavos), ao servidor CÍCERO JAIRO DE VASCONCELOS MONTEIRO, Delegado de Polícia, matrícula nº 25.572-5, do Quadro de Pessoal do DF, o qual se deslocará desta capital com destino a Frutal-MG, no período de 27 a 29.03.95, para cumprir mandado de busca e apreensão e empreender diligências com escopo de localizar os autores IP nº 082/95-19ªDP, sendo proponente a 19ª Delegacia Policial.
V - Conceder 02 e 1/2 (duas e meia) diárias de viagem no valor unitário de R$ 33,93 (trinta e três reais e noventa e três centavos), no total de R$ 84,83 (oitenta e quatro reais e oitenta e três centavos), ao servidor MARCELO FERNANDES,

soal do DF, o qual se deslocará desta capital com destino a Barreiras-BA, no período de 27 a 29.03.95, para fazer diligências para localização de veículos furtados/roubados em Brasília-DF, sendo proponente a Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos.
VI - Conceder 02 e 1/2 (duas e meia) diárias de viagem no valor unitário de R$ 33,93 (trinta e três reais e noventa e três centavos), no total de R$ 84,83 (oitenta e quatro reais e oitenta e três centavos), ao servidor JOAQUIM DE ALMEIDA PINTO FILHO, Agente de Polícia, matrícula nº 34.132-0, do Quadro de Pessoal do DF, o qual se deslocará desta capital com destino a Barreiras-BA, no período de 27 a 29.03.95, para fazer diligências para localização de veículos furtados/roubados em Brasília-DF, sendo proponente a Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos.
VII - Conceder 07 e 1/2 (sete e meia) diárias de viagem no valor unitário de R$ 47,51 (quarenta e sete reais e cinquenta e um centavos), ao servidor MARCELO TOLEDO WATSON, Agente de Polícia, matrícula nº 35.782-0, do Quadro de Pessoal do DF, o qual se deslocará desta capital com destino ao Rio de Janeiro-RJ, no período de 27.03 a 03.04.95, para empreender diligências a fim de localizar veículos furtados/roubados, sendo proponente a Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos.
VIII - Conceder 07 e 1/2 (sete e meia) diárias de viagem no valor unitário de R$ 47,51 (quarenta e sete reais e cinquenta e um centavos), no total de R$ 356,33 (trezentos e cinquenta e seis reais e trinta e três centavos), ao servidor RICARDO CARDOSO, Agente de Polícia, matrícula nº 33,285-2, do Quadro de Pessoal do DF, o qual se deslocará desta capital com destino ao Rio de Janeiro-RJ, no período de 27.03 a 03.04.95, para empreender diligências a fim de localizar veículos furtados/roubados, sendo proponente a Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos.
IX - Conceder 05 e 1/2 (cinco e meia) diárias de viagem no valor unitário de R$ 40,71 (quarenta reais e setenta e um centavos), no total de R$ 233,90 (duzentos e trinta e três reais e noventa centavos), ao servidor JESSER RODRIGUES DE MACEDO JÚNIOR, Agente de Polícia, matrícula nº 34.243-2, do Quadro de Pessoal do DF, o qual se deslocará desta capital com destino a São Luis/Santa Inês/MA, no período de 28.03 a 02.04.95, para apreender uma menor (Mandado Judicial do Juiz da 3ª Vara de Família, órfãos e Sucessões-DF), sendo proponente a Divisão de Operações Especiais.
X - Conceder 05 e 1/2 (cinco e meia) diárias de viagem no valor unitário de R$ 40,71 (quarenta reais e setenta e um centavos), no total de R$ 233,90 (duzentos e trinta e três reais e noventa centavos), ao servidor JOSÉ KUBISTSCHEK FONSECA DE BORBA, Agente de Polícia, matrícula nº 25.571-6, do Quadro de Pessoal do DF, o qual se deslocará desta capital com destino a São Luis/Santa Inês/MA, no período de 28.03 a 02.04.95, para apreender uma memor (Mandado Judicial do Juiz da 3ª Vara de Família, órfãos e Sucessões-DF), sendo proponente a Divisão de Operações Especiais.
XI - Conceder 02 e 1/2 (duas e meia) diárias de viagem no valor unitário de R$ 33,93 (trinta e três reais e noventa e três centavos), no total de R$ 84,83 (oitenta e quatro reais e oitenta e três centavos), ao servidor DALTON DA ROCHA SOUZA, Papiloscopista Policial, matrícula nº 38.907-2, do Quadro de Pessoal do DF, o qual se deslocará desta capital com destino a Palmas-TO, no período de 30.03 a 01.04.95, visando cumprir pedido do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, sendo proponente o Instituto de Identificação.

ANTÔNIO CARLOS MARTINS COSTA

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE MARÇO DE 1995.
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º do Decreto nº 12.805, de 23 de novembro de 1990,
R E S O L V E
I _ Conceder 04 e 1/2 (quatro e meia) diárias de viagem no valor unitário de R$ 42,43 (quarenta e dois reais e quarenta e três centavos), no total de R$ 190,94 (cento e noventa reais e noventa e quatro centavos), ao servidor JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA, Delegado de Polícia, matrícula nº 20.496-x, do Quadro de Pessoal do DF, o qual se deslocará desta capital com destino a João Pessoa-PB, no período de 22 a 26.03.95, para fazer recambiamento de sentenciado de João Pessoa para Brasília, e uma passagem aérea para o trecho Brasília-DF/João Pessoa-PB/Brasília-DF, sendo proponente 14ª Delegacia Policial.
II - Conceder 02 e 1/2 (duas e meia) diárias de viagem no valor unitário de R$ 33,93 (trinta e três reais e noventa e três centavos), no total de R$ 84,83 (oitenta e quatro reais e oitenta e três centavos), ao servidor MARCÍCIO LUIZ GONZAGA DE AGUIAR, Agente de Polícia, matrícula nº 23.602-0, do Quadro de Pessoal do DF, o qual se deslocará desta capital com destino a Fortaleza-CE, no período de 29 a 31.03.95, para recambiar um senteciado do CIR para Fortaleza-CE, e uma passagem aérea para o trecho Brasília-DF/Fortaleza-CE/Brasília-DF, sendo proponente a Delegacia de Vigilância e Capturas.
III - Conceder 02 e 1/2 (duas e meia) diárias de viagem no valor unitário de R$ 85,53 (oitenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), no total de R$ 213,83 (dusentos e trese reias e oitenta e três centavos), ao servidr LUIZ EDMUNDO BICCA COIMBRA, Coordenador de Informática, matrícula nº 42.219-3, do Quadro de Pessoal do DF, o qual se deslocará desta capital com destino a São Paulo-SP, no período de 20 a 22.03.95, para fazer viagem de instrução - SICI, e uma passagem aérea para o trecho Brasília-DF/São Paulo-SP/Brasília-DF, sendo proponente a Coordenação de Informática.
IV - Conceder 04 e 1/2 (quatro e meia) diárias de viagem no valor unitário de R$ 42,43 (quarenta e dois reais e quarenta e três centavos), no toatal de R$ 190,94 (cento e noventa reais e noventa e quatro centavos), ao servidor GUILHERME FRANCISCO GUIMARÃES, Agente de Polícia, matrícula nº 23.420-6, do Quadro de Pessoal do DF, o qual se deslocará desta capital com destino a João Pessoa-PB, no período de 22 a 26.03.95, para fazer recambiamento de um sentenciado de João Pessoa-PB para Brasília-DF, e uma passagem aérea para o trecho Brasília-DF/João Pessoa-PB/Brasília-DF, sendo proponente a 14ª Delegacia Policial.
V - Conceder 02 e 1/2 (duas e meia) diárias de viagem no valor unitário de R$ 42,43 (quarenta e dois reais e quarenta e três centavos), no total de R$ 106,08 (cento e seis reais e oito centavos), ao servidor LUIZ VENTURIM TREVIZOLO, Agente de Polícia, matrícula nº 19.099-3, do Quadro de Pessoal do DF, o qual se deslocará desta capital com destino a Fortaleza-CE, no período de 29 a 31.03.95, para fazer recambiamento de um sentenciado do CIR para Fortaleza-CE, e uma passagem aérea para o trecho Brasília-DF/Fortaleza-CE/Brasília-DF, sendo proponente a Delegacia de Vigilância e Capturas.
VI - Conceder 02 e 1/2 (duas e meia) diárias de viagem no valor unitário de R$ 71,26 (setenta e um reais e vinte e seis centavos), no total de R$ 178,15 (cento e setenta e oito reais e quinze centavos), ao servidor DOMIGOS JOSÉ LINDOSO MUNIZ, Diretor do CITEL, matrícual nº 22.954-7, do Quadro de Pessoal do DF, o qual se deslocará desta capital com destino a São Paulo-SP, no período de 20 a 23.03.95, para visitar o Centro de Operação da Polícia de São Paulo-SP, e uma passagem aérea para o trecho Brasília-DF/São Paulo-SP/Brasília-DF, sendo proponente a Coordenação de Planejamento e Operações.

ANTÔNIO CARLOS MARTINS COSTA

ORDEM DE SERVIÇO DE 20 DE MARÇO DE 1995.
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º do Decreto nº 12.805, de 23 de novembro de 1990,
R E S O L V E
I - Conceder 01 e 1/2 (uma e meia) diárias de viagem no valor uitário de R$ 33,93 (trinta e três reais e noventa e três centavos), no total de R$ 50,90 (cinquenta reais e noventa centavos), ao servidor ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS, Escrivão de Polícia, matrícula nº 22.942-3, do Quadro de Pessoal do DF, o qual se deslocará desta capital com destino a São Paulo-SP, no período de 22 a 23.03.95, (complementação da diária nº 059/95), sendo proponente o Gabinete da Polícia Civil do Distrito Federal.
II - Conceder 01 e 1/2 (uma e meia) diárias de viagem no valor unitário de R$ 50,90 (cinquenta reais e noventa centavos), no total de R$ 76.35 (setenta e seis reais e trinta e cinco centavos) à servidora ILDETE AMBRÓSIA SOBRAL, Delegada de Polícia, matícula nº 18.728-3, do Quadro de Pessoal do DF, a qual se deslocará desta capital com destino a São Paulo-SP, no período de 22 a 23.03.95, (complementação de diária nº 060/95), sendo proponente a CEPOL.
III - Conceder 02 e 1/2 (duas e meia) diárias de viagem no valor unitário de R$ 33,93 (trinta e três reais e noventa e três centavos), no total de R$ 84,83 (oitenta e quatro reais e oitenta e três centavos), ao servidor JOSÉ ILMO PIRES FACUNDO, Agente de Polícia, matrícula nº 31.601-6, do Quadro de Pessoal do DF, o qual se deslocará desta capital com destino a Itaberaba-BA, no período de 21 a 23.03.95, para fazer remoção do veículo GM/opala, 1979, bege, placa KBW 1568/DF, e a condução de um indiciado IP. nº 061/95-3ªDP, sendo proponente a 3ª Delegacia Policial.
IV - Conceder 02 e 1/2 (duas e meia) diárias de viagem no valor unitário de R$ 33,93 (trinta e três reais e noventa e três centavos), no total de R$ 84,83 (oitenta e quatro reais e oitenta e três centavos), ao servidor EDSON ALVES CRISPIM, Agente de Polícia, matrícula nº 34.186X, do Quadro de Pessoal do DF, o qual se deslocará desta capital com destino a Itaberaba-BA, no período de 21 a 23.03.95, para fazer remoção do veículo GM/Opala, 1979, beje, placa KBW 1568/DF, e a condução de um indiciado IP nº 061/95-3ªDP, sendo proponente a 3ª Delegacia Policial.
V - Conceder 02 e 1/2 (duas e meia) diárias de viagem no valor unitario de R$ 33,93 (trinta e três reais e noventa e três centavos), no total de R$ 84,83 (oitenta e quatro reais e oitenta e três centavos), ao servidor SEBASTIÃO DE OLIVEIRA LEITE, Agente de Polícia, matrícula nº 25.954-3, do Quadro de Pessoal do DF, o qual se deslocará desta capital com destino a Itaberaba-BA, no período de 21 a 23.03.95, para fazer remoção do veículo GM/Opala, 1979, bega, placa KBW 1568/DF, e a condução de um indiciado IP nº 061/95-3ªDP, sendo proponente 3ª Delegacia Policial.
VI - Conceder 02 e 1/2 (duas e meia) diárias de viagem no valor unitário de 33,93 (trinta e três reais e noventa e três centavos), no total de R$ 84,83 (oitenta e quatro reais e oitenta e três centavos), ao servidor MARCO CRUZ VAZ, Agente de Polícia, matrícula nº 37.708-2, do Quadro de Pessoal do DF, o qual se deslocará desta capital com destino a Itaberaba-BA, no período de 21 a 23.03.95, pra fazer remoção do veículo GM/Opala, 1979, bege, placa KBW 1568/DF, e a condução de um indiciado IP nº 061/95-3ªDP, sendo proponente a 3ª Delegacia Policial.
VII - Conceder 02 e 1/2 (duas e meia) diárias de viagem no valor unitário de R$ 42,43 (quarenta e dois reais e quarenta e três centavos), no total de R$ 106,08 (cento e seis reais e oito centavos), ao servidor JOSÉ ILES LOPES, Agente de Polícia, matrícula nº 19.198-1, do Quadro de Pessoal do DF, o qual se deslocará desta capital com destino a Itaberaba-BA,

no período de 21 a 23.03.95, para fazer remoção do veículo GM/Opala, 1979, placa KBW 1568/DF, e a condução de um indiciado, IP nº 061/95-3ºDP, sendo proponente a 3ª Delegacia Policial.
VIII - Conceder 02 e 1/2 (duas e meia), diárias de viagem no valor unitário de R$ 33,93 (trinta e três reais e noventa e três centavos), no total de R$ 84,83 (oitenta e quatro reais e oitenta e três centavos), ao servidor RONALDO DE FREITAS LOPES, Agente de Polícia, matrícula nº 24.547-X, do Quadro de Pessoal do DF, o qual se deslocará desta capital com destino a Itaberaba-BA, no período de 21 a 23.03.95, para fazer remoção do veículo GM/Opala, 1979, bege, placa KBW 1568/DF, e a condução de um indiciado, IP nº 061/95-3ºDP, sendo proponente a 3ª Delegacia Policial.
ANTÔNIO CARLOS MARTINS COSTA

**ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE MARÇO DE 1995**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de comptência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "c", da Portaria nº 015/95-SSP, de 07 de fevereiro de 1995, e o constante do artigo 1º, e item I do artigo 2º do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, alterado pelo Decreto nº 6.608, de 09 de fevereiro de 1982,

RESOLVE:

Designar MARIA TERESINHA DE OLIVEIRA CÂMARA, Técnico de Administraçãõ Pública, 3ª Classe, Padrão I, matrícula nº 39.824-1, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir MARIA EMÍLIA GONÇALVES DA SILVA, matrícula nº 23.770-1, Chefe da Seção de Registros Financeiros/DIPES/DAG, Código DFG-02, por motivo de férias regulamentares, no período de 04 a 23.04.95.

ANTONIO CARLOS MARTINS COSTA

**ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE MARÇO DE 1995**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competêncie que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "c", da Portaria nº 015/95-SSP, de 07 de fevereiro de 1995, e o constante do artigo 1º, e item IV do artigo 2º,do Decreto nº 5.004 , de 20 de dezembro de 1979, alterado pelo Decreto nº 6.608, de 09 de fevereiro de 1982,

RESOLVE:

Designar CLÁUDIO ANTONIO CAMELO, Agente Penitenciário, 2ª Classe, Padrão II, matrícula nº 34.338-2, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir EUCLIDES SOARES PERES, matrícula nº 19.151-5, Chefe da Seção de Vigilância Interna I/NCB/COSIPE, Código DFG-02, por motivo de licença para tratamento de saúde, no período de 09 a 23.03.95.

ANTONIO CARLOS MARTINS COSTA

**ORDEM DE SERVIÇO DE 20 DE MARÇO DE 1995**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL,no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "c" da Portaria nº 015/95-SSP, de 07 de fevereiro de 1995, e o constante do artigo 1º e itens I e V do artigo 2º do Decreto nº 5.004 , de 20 de dezembro de 1979, alterado pelo Decreto nº 6.608, de 09 de fevereiro de 1982,

RESOLVE:

I — Designar JOSÉ ALVES DA SILVA, Auxiliar de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão IV, matrícula nº 30.691-6, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir SÉRGIO EUSTÁQUIO DE ARAÚJO, matrícula nº 26.272-2, Chefe da Seção de Lavagem e Lubrificação/DMV/DAG, Código DFG-02, por motivo de licença especial, no período de 01 a 30.03.95.
II — Designar EDGAR RODRIGUES ALVES, Auxiliar de Administração Pública, 1ª Classe,Padrão IV , matrícula nº 30.614-2,do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir IÉDA BESSA DE OLIVEIRA COSTA, matrícula nº 27.164-0, Encarregada da Equipe de Lavagem/DMV/DAG, Código DFG-01, por motivo de férias regulamentares, no período de 03.03 a 01.04.95.

ANTONIO CARLOS MARTINS COSTA

**ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE MARÇO DE 1995**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇ PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item I, alínea "c", da Portaria nº 015/SSP-DF, de 07 de fevereiro de 1995, através do processo nº 050.000896/95,
RESOLVE:

I — Conceder Adicional de Insalubridade — GRAU MÉDIO, a partir de 03.03.95, ao servidor LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, matrícula nº 45.289-0.
II — Conceder Adicional de Insalubridade — GRAU MÉDIO, a partir de 01.01.95, ao servidor VICENTE ALFREDO DE PAULA RODRIGUES, Perito Criminal, matrícula nº 42.149-9.
III — Conceder Adicional de Insalubridade — GRAU MÉDIO , a partir 01.03.95, ao servidor JÚLIO CÉSAR LUIZ DA SILVA, Perito Criminal, matrícula nº 45.136-3.
IV — Conceder Adicional de Insalubridade — GRAU MÉDIO, a partir de 21.02.95, ao servidor JOÃO MARCUS BRAGA DA COSTA LIMA, Perito Criminal, matrícula nº 45.135-5.

ANTÔNIO CARLOS MARTINS COSTA

**ORDEM DE SERVIÇO DE 20 DE MARÇO DE 1995**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º do Decreto nº 12.805, de 23 de novembro de 1990,
RESOLVE:

I — Conceder a JOSÉ LEITE DE SOUZA JÚNIOR, uma passagem aérea para o trecho João Pessoa-PB/Brasília-DF, conforme requisição nº 024/95.
II — Conceder a ODIVAN CAVALCANTE DE LIMA, uma passagem aérea para o trecho Brasília-DF/Fortaleza-CE, conforme requisição nº 021/95.

ANTÔNIO CARLOS MARTINS COSTA

**ORDEM DE SERVIÇO DE 20 DE MARÇO DE 1995**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "a" da Portaria nº 015/95-SSP, de 07 de fevereiro de 1995,

RESOLVE:

I — Dispensar CLÁUDIA DA FRANCA GONTIJO, Agente de Polícia, 1ª Classe, Padrão III, matrícula nº 27.570-0, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, de exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Apoio Administrativo da Coordenação de Informática, a partir de 17 de março de 1995.
III — Designar ANTÔNIO CLÁUDIO DE ALMEIDA, Agente de Polícia, 2ª Classe, Padrão II, matrícula nº 37.148-3, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Apoio Administrativo da Coordenação de Informática, a partir de 17 de março de 1995.

ANTONIO CARLOS MARTINS COSTA

**ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE MARÇO DE 1995**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "a", da Portaria nº 015/95-SSP, de 07 de fevereiro de 1995,

RESOLVE:

Designar ANTÔNIO ANAPOLINO DE SOUSA, Delegado de Polícia 2ª Classe, Padrão IV, matrícula nº 32.671-2, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-05, de Chefe da Seção de Orçamento, da Divisão Financeira do Departamento de Administração Geral, a partir de 23 de fevereiro de 1995.

ANTONIO CARLOS MARTINS COSTA

# POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

## ORDEM DE SERVIÇO DE 20 DE MARÇO DE 1995

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 3, alínea "a" da Portaria 034/93, de 21.06.93, e nos termos do artigo 1° e item I do artigo 2° do Decreto 5.004, de 20.12.79,

RESOLVE:

DESIGNAR o Agente de Polícia JORGE LUIZ AVELINO DOS SANTOS, Classe Especial, Padrão III, matrícula 24.025-7 do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir RAIMUNDO MAGNO D O. MORAES, matrícula 26.583-7, Chefe da Seção de Planejamento Pedagógico — DTE/APC/PCDF, Código DFG-05, em virtude de férias regulamentares no período de 04.04 a 03.05.95.

VALDEMAR GOMES RIBEIRO

## ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE MARÇO DE 1995

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 3, alínea "a", da Portaria 034/93, de 21.06.93.

RESOLVE:

DISPENSAR o Perito Criminal EDSON WAGNER DE S. BARROSO, Primeira Classe, Padrão I, matrícula 27.267-1 do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, de exercer o Cargo em Comissão, Código DFA-05, de Assistente da Divisão de Pesquisa de DNA Forense — DP/DNA/CPT/PCDF, a partir de 17.03.95.

DISPENSAR o Papiloscopista Policial ALCEU PRESTES DE MATTOS, Primeira Classe, Padrão III, matrícula 27.144-6 do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, de exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Perícias Datiloscópicas — DPA/II/CPT/PCDF, a partir de 13.03.95.

VALDEMAR GOMES RIBEIRO

## ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE MARÇO DE 1995

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 3, alínea "a", da Portaria 034/93, de 21.06.93.

RESOLVE:

DESIGNAR o Agente de Polícia CLAUDIO MOREIRA RIBEIRO DA C. FILHO, Segunda Classe, Padrão I, matrícula 38.362-7 do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Operações Especiais I — DOE/PCDF, a partir de 03.03.95.

DESIGNAR o Escrivão de Polícia LAERCIO ROSSETTO, Segunda Classe, Padrão III, matrícula 35.161-X do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe do Cartório da Delegacia Especial do Meio Ambiente — DEMA/CPE/PCDF, a partir de 09.03.95.

DESIGNAR o Agente de Polícia JURACI LUIZ MENDONÇA, Primeira Classe, Padrão II, matrícula 27.581-6 do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Vigilância da Delegacia Especial do Meio Ambiente — DEMA/CPE/PCDF, a partir de 09.03.95.

DESIGNAR a Técnica de Administração CLEIDIMAR SILVA MAGALHÃES, Primeira Classe, Padrão II, matrícula 26.076-2 do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Apoio Administrativo da Delegacia Especial do Meio Ambiente — DEMA/CPE/PCDF, a partir de 09.03.95.

DISPENSAR o Agente de Polícia PAULO NASCIMENTO GOMES, Classe Especial, Padrão III, matrícula 24.283-7 do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, de exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Operações Especiais I — DOE/PCDF, a partir de 03.03.95.

VALDEMAR GOMES RIBEIRO

## ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE MARÇO DE 1995

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 3, alínea "a", da Portaria 034/93, de 21.06.93, e nos termos do artigo 8° do Decreto n° 5.004, de 20.12.89,

RESOLVE:

DISPENSAR o Delegado de Polícia ERIC SEBA DE CASTRO, Segunda Classe, Padrão II, matrícula 25.536-X do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, de responder pelo Cargo em Comissão, Código DFG-11, de Delegado-Chefe da 17ª Delegacia Policial — CPC/PCDF, a partir de 17.03.95.

DESIGNAR o Delegado de Polícia VILMO JOSÉ AMARAL DE OLIVEIRA, Classe Especial, Padrão III, matrícula 20.997-X do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para responder pelo Cargo em Comissão, Código DFG-14, de Chefe de Gabinete da Polícia Civil — GAB/PCDF, em virtude de vacância no período de 13.03 a 16.03.95.

VALDEMAR GOMES RIBEIRO

## ORDEM DE SERVIÇO DE 20 DE MARÇO DE 1995

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 3, alínea "a", da Portaria 034/93, de 21.06.93, e nos termos do artigo 1° e item V do artigo 2° do Decreto n° 5.004, de 20.12.79,

RESOLVE:

DESIGNAR o Agente de Polícia CLÁUDIO FERREIRA GOMES, Segunda Classe, Padrão III, matrícula 34.121-5 do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir LUIZ FRANCISCO NICOLI, matrícula 26.667-1, Chefe da Seção de Vigilância da 10ª Delegacia Policial — CPC/PCDF, Código DFG-02, em virtude de licença prêmio por assiduidade no período de 16.11 a 16.12.94.

VALDEMAR GOMES RIBEIRO

## ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE MARÇO DE 1995

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 3, alínea "a", da Portaria 034/93, 21.06.93.

RESOLVE:

DESIGNAR o Perito Criminal LUCIANO CHAVÉS ARANTES, Segunda Classe, Padrão I, matrícula 39.270-7 do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFA-05, de Assistente da Divisão de Pesquisa de DNA Forense — DP/DNA/CPT/PCDF, a partir de 20.03.95.

VALDEMAR GOMES RIBEIRO

# SECRETRIA DE CULTURA E ESPORTE

PROCESSO: 011.000046/95
INTERESSADO: S. MATERIAL/DAG/DEFER
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico, nos termos do Artigo 26, de Lei nº 8666/93, a Inexigibilidade de Licitação em favor da firma CODIR - INDUSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.,com o objetivo de atender despesa com serviço de manutenção de 01 (uma) máquina copiadora modelo 2322 z, marca GESTETNER/NASHUA, pertencente a esse Departamento.
A inexigibilidade foi fundamentada no que dispõe o Caput do Artigo 25 da Lei nº 8666 de 21 de junho de 1993, tendo em vista o constante do Processo acima citado.

Publique-se e encaminhe-se ao DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA , ESPORTES E RECREAÇÃO - DEFER.

Brasília, 22 de março de 1995.

MARIA DE SOUZA DUARTE
SECRETÁRIA

## FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

**INSTRUÇÃO Nº 01 DE 24 DE MARÇO DE 1995**

Delega competência às autoridades que menciona para praticarem os atos administrativos que especifica.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais,

R E S O L V E :

1 - Delegar ao Secretário-Adjunto da Secretaria de Cultura e Esporte do Distrito Federal competência para praticar os seguintes atos administrativos:

a) decidir sobre recursos administrativos interpostos;

b) autorizar o afastamento de funcionários para participação em congressos ou reuniões similares, dentro e fora do Distrito Federal, sem ônus para a entidade;

c) Assinar Termo de Contrato Padrão, para cessão e uso dos próprios da FCDF ou a ela conveniados e suas alterações, como também designar-lhes executores;

d) designar e dispensar substitutos de ocupantes de cargo em comissão.

2 - Delegar ao Diretor-Executivo competência para:

a) Movimentar conjuntamente com o Diretor de Administração Geral os recursos financeiros-orçamentários da Fundação Cultural do Distrito Federal;

b) autorizar e praticar, no que couber, atos relativos a concessão de gratificação natalina, adicional por tempo de serviço, adicional de férias, incorporação das gratificações pelo Exercício de Emprego em Comissão, licença por motivo de seu afastamento do cônjuge, licença para o serviço militar, licença-prêmio por assiduidade, licença por motivo de doença em pessoa da família, afastamento para acompanhar cônjuge ou companheiro, auxílio-funeral, auxílio-natalidade, salário-família, licença paternidade, licença para tratamento de saúde, auxílio-reclusão e averbação do tempo de serviço.

3 - Fica o Diretor de Administração Geral desta Fundação responsável pelo controle e acompanhamento dos atos decorrentes desta delegação, observando, em cada caso, a legislação específica vigente.

4 - Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Instrução nº 01, de 23 de maio de 1991.

MARIA DE SOUZA DUARTE

**INSTRUÇÃO DE 24 DE MARÇO DE 1995**

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Conceder, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.112, de 11/12/90, c/c o artigo 1º da Lei nº 221, de 27/12/91, Licença Prêmio por assiduidade ao servidor abaixo relacionado:

PROCESSO Nº : 081.003951/92
NOME : SERAFIN SIQUEIRA LEITE
QUINQUÊNIO : 2º - 08/02/90 a 07/02/95

MARIA DE SOUZA DUARTE

**INSTRUÇÃO DE 23 DE MARÇO DE 1995**

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor abaixo relacionado o adicional previsto no parágrafo 2º do artigo 62, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentada pela Lei nº 8.911, de 11.07.94 e disciplinada pela portaria nº 114/94-SEA, de 18.08.94, transformada em vantagem pessoal através do artigo 2º da Medida Provisória nº 831, de 18.01.95, com base no artigo 3º da mesma Medida Provisória e Portaria nº 11/95-SEA, de 27.01.95, na forma como se segue:

PROCESSO Nº : 081.000035/95
INTERESSADO : CESAR TOMAZ DE ALMEIDA VIEIRA, matrícula nº 447-2
FRAÇÃO : 1/5 (um quinto) da representação mensal do DFA-10, a partir de 09 de janeiro de 1995.

MARIA DE SOUZA DUARTE

# SECRETARIA DE TURISMO

PROCESSO Nº : 210.000.015/95
INTERESSADO : SECRETARIA DE TURISMO
ASSUNTO : TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO:

Autorizo a realização da despesa, dispenso de licitação e determino a emissão da respectiva Nota de Empenho, por estimativa, no valor de R$5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais), em favor da CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA, em suplementação a NE originária nº 014/95, perfazendo o total de R$41.600,00 (quarenta e hum mil, seiscentos reais), para pagamento do consumo de energia elétrica dos próprios desta Secretaria, no exercício em curso, com fulcro no caput do Artigo 25, da Lei nº 8.666/95 C/C os Incisos I e II, do Artigo 39, do Decreto nº 16.098/94.

Ratifico a despesa ora autorizada, conforme dispõe o Artigo 26, da mesma Lei retro mencionada.

Encaminhe-se à Divisão de Administração Geral, com vista ao SOF, para as providências complementares.

Brasília, 24 de março de 1.995

MARIA DE LOURDES ABADIA
Secretária de Turismo

PROCESSO Nº : 210.000.010/95
INTERESSADO : SECRETARIA DE TURISMO - SETUR
ASSUNTO : SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Autorizo a realização da despesa, dispenso de licitação e determino a emissão da respectiva Nota de Empenho, por estimativa, no valor de R$10.000,00 (dez mil reais), em favor da CODEPLAN - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL, objetivando a prestação de serviços de processamento de dados, de interesse desta Secretaria, no presente exercício, com fulcro no Inciso XVI, do Artigo 24 da Lei 8.666/93 C/C o Inciso I e II, do Artigo 39, do Decreto nº 16.098/94.

Ratifico a presente despesa, conforme os termos do Artigo 26 da Lei retro mencionada.

Encaminhe-se à Divisão de Administração Geral, com vista ao SOF, para as providências complementares.

Brasília, 24 de março de 1.995

MARIA DE LOURDES ABADIA
Secretária de Turismo

PROCESSO Nº : 210-000.016/95
INTERESSADO : SECRETARIA DE TURISMO
ASSUNTO : TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO

Autorizo a realização da despesa, dispenso de licitação e determino a emissão da respectiva Nota de Empenho, por estimativa, no valor de R$6.700,00 ( seis mil e setecentos reais), em favor da CAESB - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA, para pagamento das tarifas de água e esgoto dos próprios desta Secretaria, no exercício em curso, com fulcro no 'caput' do Artigo 25, da Lei nº 8.666/93 C/C os Incisos I e II, do Artigo 39, do Decreto nº 16.098/94.

Ratifico a presente despesa nos termos do Artigo 26 da Lei retro mencionada.

Encaminhe-se à Divisão de Administração Geral, com vista ao SOF, para as providências complementares.

Brasília, 24 de março de 1.995

MARIA DE LOURDES ABADIA
Secretária de Turismo

# SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**PORTARIA DE 20 DE MARÇO DE 1995**

**O SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976,

**RESOLVE:**

Mandar Cessar a gratificação por Encargo em Gabinete da servidora **IRENE CUSTÓDIA MAGALHÃES MESQUITA,** matrícula nº 37.865-8, Analista de Administração Pública, pelo Encargo de Assessor de Gabinete, da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, a partir de 20 de março de 1995.

FRANCISCO DANTAS

**PORTARIA de 17 de MARÇO de 1995**

O Secretário do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 22, inciso XXIII, do Decreto nº 11.966, de 10 de dezembro de 1989.

**RESOLVE:**

Constituir Comissão para organizar as atividades da Semana do Meio Ambiente, evento que se realizará no período de 03 a 11 de junho de 1995, integrada pelos seguintes membros sob a coordenação do primeiro:

**MARIA LÚCIA COSTA RODRIGUES VIANA,** matrícula nº 43.298-9
**GISLENE MARIA NOGUEIRA DOS SANTOS,** matrícula nº 37.616-7
**FERNANDO QUADRADO LEITE,** matrícula nº 73.032-7
**SÔNIA PEREIRA ROMANO,** matrícula nº 48.628-0
**VANY PIRES AGUIAR SOBREIRA DE ARAÚJO,** matrícula nº 92.192-0
**PATRÍCIA LEMOS CHAVIER,** matrícula nº 83.924-8

FRANCISCO DANTAS

**PORTARIA DE 23 DE MARÇO DE 1995**

**O SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 22, do Decreto nº 11.966, de 10 de novembro de 1989,

**R E S O L V E:**

Mandar Cessar, na forma do Decreto nº 13.477, de 17 de setembro de 1991, o pagamento de **INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE,** pela execução de serviços de exclusivo interesse da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, da servidora **THEREZA CHRISTINA ANDRADE MARQUES DE CARVALHO,** matrícula nº 37.895-X, a partir de 26.07.94.

RONALDO CONDE AGUIAR

**PORTARIA DE 23 DE MARÇO DE 1995**

**O SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 22, do Decreto nº 11.966, de 10 de novembro de 1989,

**R E S O L V E:**

Mandar Cessar, na forma do Decreto nº 13.477, de 17 de setembro de 1991, o pagamento de **INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE,** pela execução de serviços de exclusivo interesse da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, dos servidores relacionados abaixo:

| MATRÍCULA | NOME | A PARTIR DE |
|---|---|---|
| 37.597-7 | SILDALÉIA SILVA COSTA | 07.03.95 |
| 37.847-X | CÍCERO DEDICE DE GOES JUNIOR | 23.02.95 |

RONALDO CONDE AGUIAR

**PORTARIA DE 20 DE MARÇO DE 1995**

**O SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, alínea "a", do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979,

**RESOLVE:**

Designar **ANGELITA FELICIANA SANTANA,** matrícula nº 38.598-0, Auxiliar de Administração Pública, para substituir **GENY NOGUEIRA DE LIMA,** matrícula nº 31.011-5, Encarregada do Serviço de Orçamento e Finanças, Código DFG-02, da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, no período de 06.03.95 a 04.04.95, por motivo de férias regulamentares da titular.

RONALDO CONDE AGUIAR

**PORTARIA DE 23 DE MARÇO DE 1995**

**O SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL,** no uso das atribuições definidas na Lei nº 734, de 21 de julho de 1994, artigo 10, parágrafo 4º,

**RESOLVE:**

Designar o servidor **ROSALVO DE OLIVEIRA JUNIOR,** matrícula nº 38.080-6, Diretor do Departamento de Política Ambiental, para representar o Secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia no Conselho de Meio Ambiente - CONAN na 4ª reunião ordinária no dia 28.03.95.

RONALDO CONDE AGUIAR

(republicado por haver saído com incorreção no original, publicado no DODF nº 058 de 23.03.95, página 44)

**INTERESSADO: VALMIRA VIEIRA MECENAS**
**ASSUNTO: CONCESSÃO DE DIÁRIAS**

Autorizo a concessão de 07 (sete) meia diárias para a servidora **VALMIRA VIEIRA MECENAS,** matrícula nº 42.339-4, Gratificação por Encargo em Gabinete de Assessor, no valor de R$ 148,54 (cento e quarenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), que viajará as cidades de Cristalina/GO no dia 24.03.95, Cabeceiras/GO no dia 26.03.95, Formosa/GO no dia 27.03.95, Cocalzinho/GO no dia 29.03.95, Corumbá/GO no dia 30.03.95, Pirinopolis/GO no dia 31.03.95 e Unaí/MG no dia 03.04.95, para dar prosseguimento ao levantamento dos recursos naturais para o mapa estilizado.

RONALDO CONDE AGUIAR

**INTERESSADO: RITA DE CASSIA TERRA CORREIA**
**ASSUNTO: CONCESSÃO DE DIÁRIAS**

Autorizo a concessão de 07 (sete) meia diárias para a servidora **RITA DE CASSIA TERRA CORREIA,** matrícula nº 42.271-1, Chefe do Serviço de Inter-Relacionamento Institucional, Código DFG-09, no valor de R$ 178,15 (cento e setenta e oito reais e quinze centavos), que viajará as cidades de Cristalina/GO no dia 24.03.95, Cabeceiras/GO no dia 26.03.95, Formosa/GO no dia 27.03.95, Cocalzinho/GO no dia 29.03.95, Corumbá/GO no dia 30.03.95, Pirinopolis/GO no dia 31.03.95, e Unaí/MG no dia 03.04.95, para dar prosseguimento ao levantamento dos recursos naturais para o mapa estilizado.

RONALDO CONDE AGUIAR

## INSTITUTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**PROCESSO Nº 030.000.442/95**
**REQUISIÇÃO DE DIÁRIA Nº 010/95**
**Autorizo a concessão de 2,5 (Duas e Meia) diárias a MANOEL SANTANA CARDOSO, matrícula nº 68.047-8, Diretor do Departamento de Cooperação e Estudos em Ciências e Tecnologia, Símbolo DFG-13, no valor total de R$ 152,73(Cento e Cinquenta e Dois Reais e Setenta e Três Centavos), para atender a despesa com viagem à Paraíba-PB, para participar de visita técnica ao "Programa de Tecnologias Apropriadas da Paraiba",no período de 22 a 24.03.95.**

LÚCIO BENEDITO RENÓ SALOMON

PROCESSO Nº 030.000.442/95
REQUISIÇÃO DE DIÁRIA Nº 011/95
Autorizo a concessão de 1,5 (Uma e Meia) diária a IANE DE FREITAS ESSELIN, matrícula nº 68.013-3, ASSESSOR, Símbolo DFA-11, no valor total de R$ 76,35 (Setenta e Seis Reais e Trinta e Cinco Centavos), para atender a despesa com viagem à Cuiabá-MT, para participar de palestra, no período de 29 a 30.03.95.

LÚCIO BENEDITO RENÓ SALOMON

# TRIBUNAL DE CONTAS

PORTARIA Nº 078, DE 28 DE MARÇO DE 1995.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o inciso XV do artigo 84 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução-TCDF nº 038, de 30 de outubro de 1990, e tendo em vista o que se apresenta no Processo nº 003/94,

RESOLVE:

**Nomear, nos termos do inciso II do artigo 9º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, SÉRGIO LEITE TERZELLA, Analista de Informática do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, à disposição deste Tribunal de Contas, para exercer o cargo em comissão de Assessor, Código TC-CCA-4, criado pela Lei-DF nº 794, de 11 de novembro de 1994.**

MARLI VINHADELI

## DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Despacho nº 077/95 - DGA (AT)
Processo nº 4796/94
Assunto: vantagem pessoal - concessão
Interessado: AFONSO DE SOUSA RIBEIRO
Técnico de Administração Pública

No uso das atribuições a mim delegadas no artigo 1º, inciso I, alínea "a" da Portaria-TCDF nº 333, de 30.12.94, CONCEDO ao servidor acima nominado 3/5 (três quintos) da vantagem pessoal, completados em 24.08.92 (1º), 24.08.93 (2º) e 24.08.94 (3º), a serem calculados no nível GG-AN, com vigência dos efeitos financeiros das duas primeiras parcelas a contar de 12.07.94 e da terceira, a contar de 25.08.94, nos termos do § 2º do artigo 62 da Lei nº 8.112/90 c/c o artigo 3º da Lei nº 8.911/94 e artigo 9º da Lei-DF nº 02/88 e conforme Decisão Administrativa nº 048, de 30.08.94

Em conseqüência, RECONHEÇO a dívida por exercícios anteriores, em favor do interessado, no valor de R$1.896,90 (hum mil, oitocentos e noventa e seis reais e noventa centavos) e AUTORIZO o seu pagamento, condicionado à existência de recursos na dotação própria (artigo 1º, inciso VI da Portaria-TCDF nº 333/94).

Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Pessoal, para as devidas providências.

Brasília-DF, em 24 de março de 1995.

PEDRO DELFORGE
Diretor-Geral de Administração

Despacho nº 080/95 - DGA (AT)
Processo nº 4837/94
Assunto: vantagem pessoal - concessão
Interessado: PAULO CÉSAR ALVES
Técnico de Administração Pública

No uso das atribuições a mim delegadas no artigo 1º, inciso I, alínea "a" da Portaria-TCDF nº 333, de2 30.12.94, CONCEDO ao servidor acima nominado 3/5 (três quintos) da vantagem pessoal, completados em 30.03.80 (1º), 30.12.81 (2º), 10.09.94 (3º), a serem calculados no nível GG-AN, com vigência dos efeitos financeiros das duas primeiras parcelas a contar de 12.07.94 e da terceira parcela a contar de 11.09.94, nos termos do § 2º do artigo 62 da Lei nº 8.112/90 c/c o artigo 3º da Lei nº 8.911/94 e artigo 9º da Lei-DF nº 02/88 e conforme Decisão Administrativa nº 048, de 30.08.94.

Em conseqüência, RECONHEÇO a dívida por exercícios anteriores em favor do interessado, no valor de R$1.844,04 (hum mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos) e AUTORIZO o seu pagamento, condicionado à existência de recursos na dotação própria (artigo 1º, inciso VI da Portaria-TCDF nº 333/94).

Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Pessoal, para as devidas providências.

Brasília-DF, em 24 de março de 1995.

PEDRO DELFORGE
Diretor-Geral de Administração

Despacho nº 079/95 - DGA (AT)
Processo nº 4013/94
Assunto: vantagem pessoal - concessão
Interessado: AMADOR EUSTÁQUIO GONÇALVES MAGELA
Técnico de Administração Pública

No uso das atribuições a mim delegadas no artigo 1º, inciso I, alínea "a" da Portaria-TCDF nº 333, de 30.12.94, CONCEDO ao servidor acima nominado 1/5 (um quinto) da vantagem pessoal, completado em 19.03.94, a ser calculado no nível GG-AN, com vigência dos efeitos financeiros a contar de 12.07.94, nos termos do § 2º do artigo 62 da Lei nº 8.112/90 c/c o artigo 3º da Lei nº 8.911/94 e artigo 9º da Lei-DF nº 02/88 e conforme Decisão Administrativa nº 048, de 30.08.94.

Em conseqüência, RECONHEÇO a dívida por exercícios anteriores em favor do interessado, no valor de R$1.959,81 (hum mil, novecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e um centavos) e AUTORIZO o seu pagamento, condicionado à existência de recursos na dotação própria (artigo 1º, inciso VI da Portaria-TCDF nº 333/94).

Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Pessoal, para as devidas providências.

Brasília-DF, em 24 de março de 1995.

PEDRO DELFORGE
*Diretor-Geral de Administração*

Despacho nº 078/95 - DGA (AT)
Processo nº 4678/94
Assunto: vantagem pessoal - concessão
Interessado: ANTÔNIO FRANCISCO RIBEIRO
Técnico de Administração Pública

No uso das atribuições a mim delegadas no artigo 1º, inciso I, alínea "a" da Portaria-TCDF nº 333, de 30.12.94, CONCEDO ao servidor acima nominado 5/5 (cinco quintos) da vantagem pessoal, completados em 28.02.90 (1º), 28.02.91 (2º), 28.02.92 (3º), 27.02.93 (4º) e 27.02.94 (5º), a serem calculados no nível GG-AN, com vigência dos efeitos financeiros a contar de 12.07.94, nos termos do § 2º do artigo 62 da Lei nº 8.112/90 c/c o artigo 3º da Lei nº 8.911/94 e artigo 9º da Lei-DF nº 02/88 e conforme Decisão Administrativa nº 048, de 30.08.94.

Em conseqüência, RECONHEÇO a dívida por exercícios anteriores em favor do interessado, no valor de R$3.398,10 (três mil, trezentos e noventa e oito reais e dez centavos) e AUTORIZO o seu pagamento, condicionado à existência de recursos na dotação própria (artigo 1º, inciso VI da Portaria-TCDF nº 333/94).

Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Pessoal, para as devidas providências.

Brasília-DF, em 24 de março de 1995.

PEDRO DELFORGE
Diretor-Geral de Administração

# ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

## PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
### 1ª Subprocuradoria

### EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**PROCESSO Nº 030.014.415/92. PARTES: DF/SEA X CORAL SERVIÇOS DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. OBJETO: - DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS - O valor estabelecido no objeto da prestação de serviços, contida no contrato principal e, prorrogado através do Termo Padrão nº 27/89, é de CR$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de cruzeiros reais), perfazendo o total de CR$ 86.700.000,00 (oitenta e seis milhões e setecentos mil cruzeiros reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício - Lei nº 651 de 17/01/94, objetivando atender despesas com fornecimento de alimentação preparada a servidores da área de Transportes e SEA. PRAZO: 31/12/94. NOTA DE EMPENHO Nº 432/94, emitida sob o evento 400092, por estimativa em 16/05/94, em reforço a NE 238/94. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 3007002120280002; CÓDIGO U.O.: 13101; FONTE DE RECURSOS: 000; SUBELEMENTO DE DESPESSA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 074/92-CL—SEA. DATA DE ASSINATURA: 16/05/94. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS, na qualidade de Secretária. Pela CONTRATADA: LÊNIO VIEIRA CARNEIRO, na qualidade de Diretor.**

Brasília-DF, 23 de março de 1995.

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª Subprocuradoria**

**EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

PROCESSO Nº 030.014.415/92. PARTES: DF/SEA X CORAL SERVIÇOS DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. OBJETO: – DA CONVERSÃO – Na forma prevista no art. 7º da Lei 8.880 de 27/05/94, o valor fixado no item 03 do contrato original é convertido em 4,31 URV'S, conforme planilha às fls. 236. – DA EXCLUSÃO DO ITEM 8 DO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89 – Fica excluído o item 08 do Contrato Padrão nº 10/89, em face do que dispõe o art. 12 da Lei nº 8.880 de 27/05/94, objetivando atender despesas com fornecimento de alimentação preparada no decorrer de 1994. PRAZO: 31/12/94. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 074/92–CL/SEA. DATA DE ASSINATURA: 13/06/94. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS, na qualidade de Secretária. Pela CONTRATADA: LÊNIO VIEIRA CARNEIRO,na qualidade de Diretor.

Brasília–DF, 23 de março de 1995.

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª Subprocuradoria**

**EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

PROCESSO Nº 030.014.415/92 – PARTES: DF/SEA X CORAL SERVIÇOS DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. OBJETO: DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS – O valor estabelecido no objeto da prestação de serviços, contida no contrato principal e, prorrogado através do Termo Padrão nº 27/89, é de CR$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de cruzeiros reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício – Lei nº 651, de 17.01.94, perfazendo total de CR$ 123.700.000,00 (cento e vinte e três milhões e setecentos mil cruzeiros reais),objetivando atender despesas com fornecimento de alimentaçãõ preparada a servidores da área de Transportes e SEA. PRAZO: Até 31.12.94. NOTA DE EMPENHO Nº 538/94, emitida sob o evento 400092, em reforço à NE nº 238/94, por estimativa, em 14.06.94, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 300700212080002. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 13101. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 74/94. DATA DE ASSINATURA: 14.06.94. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS , na qualidade de Secretária. Pela CONTRATADA: LÊNIO VIEIRA CARNEIRO, na qualidade de Diretor.

Brasília–DF, 23 de março de 1995.

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª Subprocuradoria**

**EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

PROCESSO Nº 030.014.415/92. PARTES: DF/SEA X CORAL SERVIÇOS DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. OBJETO: - DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS - O valor estabelecido no objeto da prestação de serviços, contida no contrato principal e, prorrogado através do Termo Padrão nº 27/89, é de CR$18.000,00 (dezoito mil reais),recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício – Lei nº 651, de 17.01.94, perfazendo o total de CR$ 73.481,82 (setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e dois centavos), objetivando atender despesas com fornecimento de alimentação preparada a servidores da área de Transportes e SEA. PRAZO: 31/12/94. NOTA DE EMPENHO Nº 30216/94, emitida sob o evento 400092, em reforço a NE 30037/94.por estimaiva, em 03.08.94. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 3007002120280002; FONTE DE RECURSOS: 000; CÓDIGO: U.O.: 13101. SUBELEMENTO DE DESPESSA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 074/92. DATA DE ASSINATURA: 03/08/94. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS, na qualidade de Secretária. Pela CONTRATADA: LÊNIO VIEIRA CARNEIRO, na qualidade de Diretor.

Brasília-DF, 23 de março de 1995.

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª Subprocuradoria**

**EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

PROCESSO Nº 030.014.415/92 – PARTES : DF/SEA X CORAL SERVIÇOS DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. OBJETO: DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS – O valor estabelecido no objeto da prestação de serviços, contida no contrato principal e, prorrogado através do Termo Padrão nº 27/89, é de R$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício – Lei nº 651, de 17.01.94, perfazendo o total de R$ 55.481,82 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e dois centavos),objetivando atender despesas com fornecimento de alimentação preparada a servidores da área de Tranportes e SEA. OBJETO: PRAZO: Até 31.12.94, NOTA DE EMPENHO Nº 30174/94, emitida sob o evento 400092, em reforço à NE nº 30037/94, por estimativa, em 21.07.94. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO; 3007002120280002. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O 13101; SUBELEMENTO DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 074/92. DATA DE ASSINATURA: 21.07.94. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS, na qualidade de Secretária. Pela CONTRATADA: LÊNIO VIEIRA CARNEIRO, na qualidade de Diretor.

Brasília–DF, 23 de março de 1994.

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª Subprocuradoria**

**EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 10/94 AO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

PROCESSO Nº 030.008.119/93 . PARTES : DF/SEA X PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A. OBJETO: Aditar por meio deste instrumento o Termo Padrão nº 10/89, celebrado em 03/01/94, com vigência até 31/12/94, objetivando alocar recursos para PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A, para atender despesas com fornecimento de conbustíveis e lubrificantes para a FROTA de Veículos do GDF previstas no processo. Prorrogado por intermédio do TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 08/94 por 120 dias. PRAZO: 30/04/95.VALOR: R$100.000,00 (cem mil reais).NOTA DE EMPENHO Nº 008/95, emitida por estimativa sob o evento 400091,em 10/01/95. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 3007002120280002; FONTE DE RECURSOS: 001; CÓDIGO: U.O.: 13101. SUBELEMENTO DE DESPESSA: 349030. FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 001/93.VIGÊNCIA: O presente aditivo entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 10/01/95.SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE, na qualidade de Secretário. Pela CONTRATADA: JOSE RICARDO DE OLIVEIRA TOMÉ, na qualidade de Superintendente Regional de Consumidores do Centro–Norte.

Brasília-DF, 27 de março de 1995.

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª Subprocuradoria**

**EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 08/94 AO TERMO PADRÃO Nº 10/89 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

PROCESSO Nº 030.008.119/93 PARTES: DF/SEA X PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A. OBJETO: Prorrogar por meio deste instrumento, o Termo Padrão nº 10/89, com base no Contrato, celebrado em 03.01.94, com vigência até 31.12.94. objetivando o fornecimento de combustíveis e lubrificantes para o GDF. PRAZO: Até 30.04.95. FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 001/93. VIGÊNCIA: O presente aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da administração. DATA DE ASSINATURA: 30.12.94. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS, na qualidade de Secretária. Pela CONTRATADA: JOSE RICARDO DE OLIVEIRA, na qualidade de Superintendente.

Brasília, 27 de março de 1995

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª Subprocuradoria**

**EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 08/94 AO**

**CONTRATO PADRÃO Nº 06/94 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS –**

PROCESSO Nº 030.013.595/93 PARTES: DF/SEA X SEARCH INFORMÁTICA LTDA. OBJETO: Prorrogar por meio deste instrumento, o Termo Padrão nº 06/94, com base no Contrato, celebrado em 01.09.94, com vigência até 31.12.94, objetivando prestação de serviços na área de informática. Prazo: Até 30.04.95. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 03/94 – CL SEA. DATA DE ASSINATURA: 27.12.94. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS, na qualidade de Secretária. Pela CONTRATADA: RICARDO LACOURT MOREIRA, na qualidade de Sócio Diretor.

Brasília, 27 de março de 1995.

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª SUBPROCURADORIA**

**EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

PROCESSO Nº: 030.014.415/92 – PARTES: DF/SEA X CORAL – SERVIÇOS DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. OBJETO: DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS – O valor estabelecido no objeto da prestação de serviços, contida no contrato principal e, prorrogado através do Termo Padrão nº 27/89, é de CR$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros reais), recursos esses procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício – Lei nº 651, de 17.01.94, perfazendo o total de 52.700.000,00 (cinqüenta e dois milhões e setecentos mil cruzeiros reais). Objetivando atender despesas com fornecimento de alimentação preparada a servidores da área de Transportes e SEA. PRAZO: 31.12.94. NOTA DE EMPENHO: 330/94, emitida sob o evento 400092, por estimativa, em 14.04.94, em reforço a NE 239/94. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 3007002120280001; FONTE DE RECURSOS: 001; CÓDIGO: U.O.: nº: 13101; SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039; FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 074/92-CL-SEA. DATA DE ASSINATURA: 14.04.94. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS, na qualidade de Secretária; Pela CONTRATADA: LÊNIO VIEIRA CARNEIRO, na qualidade de Diretor.

Brasília, 23 de março de 1995

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª Subprocuradoria**

**EXTRATO DO VIGÉSIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89**
**– PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS –**

PROCESSO Nº 030.014.415/92 – PARTES: DF/SEA X CORAL SERVIÇOS DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. OBJETO: DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS – O valor estabelecido no objeto da prestação de serviços, contida no contrato principal e, prorrogado através do Termo Padrão nº 27/89, é de R$ 17.240,00 (dezessete mil e duzentos e quarenta reais), recursos esses procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício – Lei nº 651, de 17.01.94, perfazendo o total de R$ 48.640,00 (quarenta e oito mil e seiscentos e quarenta reais), objetivando atender despesas com fornecimento de alimentação preparada a servidores da área de Transportes e SEA.PRAZO: Até 31.12.94. NOTA DE EMPENHO Nº 30591/94, emitida sob o evento 400092, em reforço à NE nº 30415/94, por estimativa, em 27.12.94. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 3007002120280001; FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 13101. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 074/92. DATA DE ASSINATURA: 13.12.94. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS, na qualidade de Secretária. Pela CONTRATADA: LÊNIO VIEIRA CARNEIRO, na qualidade de Diretor.

Brasília-DF, 23 de março de 1995

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª SUBPROCURADORIA**

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

PROCESSO Nº: 030.014.415/92 PARTES: DF/SEA X CORAL – SERVIÇOS DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. OBJETO: DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS: O valor estabelecido no objeto da prestação de serviços, contida no contrato principal e, prorrogado através do Termo Padrão nº 27/89, é de CR$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros reais), recursos esses procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício – Lei nº 651, de 17.01.94, perfazendo o total de CR$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros reais), objetivando atender despesas com fornecimento de alimentação preparada a servidores da área de Transportes e SEA. PRAZO: 31.12.94. NOTA DE EMPENHO: 238/94 emitida por estimativa sob o evento 400091 em 03.01.91. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 3007002120280002; FONTE DE RECURSOS: 000; CÓDIGO U.O.: 13101; SUBELEMENTO DE DESPESAS: 349039; FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 074/92-CL SEA; DATA DE ASSINATURA: 03.01.94. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS, na qualidade de Secretaria; Pela CONTRATADA: LÊNIO VIEIRA CARNEIRO, na qualidade de Diretor.

Brasília, 23 de março de 1995

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª SUBPROCURADORIA**

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PADRÃO 10/89**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

PROCESSO Nº 030.014.415/92 PARTES: DF/SEA X CORAL – SERVIÇOS DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. OBJETO: DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS: O valor estabelecido no objeto da prestação de serviços, contida no contrato principal e, prorrogado através do Termo Padrão nº 27/89, é de CR$ 6.000.000,00 (seis milhões de Cruzeiros Reais), recursos esses procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício – Lei nº 651, de 17.01.94, perfazendo um total de CR$ 24.000.000,00 (vinte quatro milhões de cruzeiros reais), objetivando atender despesas com fornecimento de alimentação preparada a servidores da área de Transportes e SEA. PRAZO: 31.12.94. NOTA DE EMPENHO: 239/94, emitida sob o evento nº 400091, por estimativa, em 03.01.94. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 3007002120280001. FONTE DE RECURSOS: 001; CÓDIGO U.O.: 13101; SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039; FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 074/92-CL-SEA. DATA DE ASSINATURA: 03.01.1994. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS; na qualidade de Secretaria. Pela CONTRATADA: LÊNIO VIEIRA CARNEIRO; na qualidade de Diretor.

Brasília, 23 de março de 1995

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª SUBPROCURADORIA**

**EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO – SUBSTITUIÇÃO**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

PROCESSO Nº 030.014.415/92 PARTES: DF/SEA X CORAL SERVIÇOS DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. OBJETO: Emissão da NE nº 30038/94 em 01.07.94, por estimativa sob o evento 401191, em substituição à NE 239/94, objetivando atender despesas com fornecimento de alimentação preparada para funcionários da SEA. PRAZO: 31/12/94. VALOR: 1.706,13 (hum mil, setecentos e seis reais e treze centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: Nº 3007002120280001; FONTE DE RECURSOS: 001; CÓDIGO U.O. 13101; SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039; FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 74/92. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS,

na qualidade de Secretária. Pela CONTRATADA: LÊNIO VIEIRA CARNEIRO, na qualidade de Diretor. DATA DE EMISSÃO: 01.07.94.

Brasília, 23 de março de 1995

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª Subprocuradoria**
**EXTRATO DO DÉCIMO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89**
**– PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS –**

PROCESSO Nº 030.014.415/92 – PARTES: DF/SEA X CORAL SERVIÇOS DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA.OBJETO:DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS – O valor estabelecido no objeto da prestação de serviços, contida no contrato principal e, prorrogado através do Termo Padrão nº 27/89, é de R$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais), recursos esses procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício – Lei nº 651, de 17.01.94, perfazendo o total de R$ 31.300,00 (trinta e um mil e trezentos reais), objetivando atender despesas com fornecimento de alimentação preparada a servidores da área de transportes e SEA. PRAZO: Até 31.12.94, NOTA DE EMPENHO: Nº 30556/94, emitida sob o evento 400092, em reforço à NE nº 30415/94, por estimativa: em 12.12.94. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO:3007002120280001. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 13101. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL Tomada de Preços nº 074/92. DATA DE ASSINATURA: 12.12.94. SIGNATÁRIOS: pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS, na qualidade de Secretária. Pela CONTRATADA: LÊNIO VIEIRA CARNEIRO, na qualidade de Diretor.

Brasília-DF, 23 de março de 1995

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª Subprocuradoria**
**EXTRATO DO DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89**
**– PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS –**

PROCESSO Nº 030.014.415/92 – PARTES: DF/SEA X CORAL SERVIÇOS DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA.OBJETO:DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS – O valor estabelecido no objeto da prestação de serviços, contida no contrato principal e, prorrogado através do Termo Padrão nº 27/89, é de R$ 17.000,00 (dezesete mil reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício – Lei 651, de 17.01.94, perfazendo o total de R$ 151.481,82 (cento e cinquenta e um mil quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e dois centavos), objetivando atender despesas com fornecimento de alimentação preparada a servidores da área de transportes e SEA. PRAZO: Até 31.12.94. NOTA DE EMPENHO: Nº 30484/94, emitida sob o evento 400092, em reforço à NE nº 30419/94, por estimativa: em 16.11.94. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO:3007002120280002. FONTE DE RECURSOS: 004. CÓDIGO U.O.: 13101. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL Tomada de Preços nº 074/92. DATA DE ASSINATURA: 16.11.94. SIGNATÁRIOS: pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS, na qualidade de Secretária. Pela CONTRATADA: LÊNIO VIEIRA CARNEIRO, na qualidade de Diretor.

Brasília-DF, 23 de março de 1995

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª Subprocuradoria**
**EXTRATO DO DÉCIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89**
**– PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS –**

PROCESSO Nº 030.014.415/92 – PARTES: DF/SEA X CORAL SERVIÇOS DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA.OBJETO: DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS – O valor estabelecido no objeto da prestação de serviços, contida no contrato principal e, prorrogado através do Termo Padrão nº 27/89, é de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício – Lei 651, de 17.01.94, perfazendo o total de R$ 20.000,00(vinte mil reais), objetivando atender despesas com fornecimento de alimentação preparada a servidores da área de transportes e SEA. PRAZO: Até 31.12.94, NOTA DE EMPENHO: Nº 30487/94, emitida sob o evento 400092, em reforço à NE nº 30415/94, por estimativa: em 17.11.94. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO:3007002120280001. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 13101. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL Tomada de Preços nº 074/92. DATA DE ASSINATURA: 16.11.94. SIGNATÁRIOS: pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS, na qualidade de Secretária. Pela CONTRATADA: LÊNIO VIEIRA CARNEIRO, na qualidade de Diretor.

Brasília-DF, 23 de março de 1995

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª Subprocuradoria**
**EXTRATO DO DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89**
**– PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS –**

PROCESSO Nº 030.014.415/92 – PARTES: DF/SEA X CORAL SERVIÇOS DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. OBJETO: DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS – O valor estabelecido no objeto da prestação de serviços, contida no contrato principal e, prorrogado através do Termo Padrão nº 27/89, é de R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício – Lei 651, de 17.01.94, perfazendo o total de R$ 134.481,82 (cento e trinta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e dois centavos), objetivando atender despesas com fornecimento de alimentação preparada a servidores da área de transportes e SEA. PRAZO: Até 31.12.94, NOTA DE EMPENHO: Nº 30419/94, emitida sob o evento 400091, por estimativa: em 14.10.94. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO:3007002120280002. FONTE DE RECURSOS: 004. CÓDIGO U.O.: 13101. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL Tomada de Preços nº 074/92. DATA DE ASSINATURA: 14.10.94. SIGNATÁRIOS: pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS, na qualidade de Secretária. Pela CONTRATADA: LÊNIO VIEIRA CARNEIRO, na qualidade de Diretor.

Brasília-DF, 23 de março de 1995

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª Subprocuradoria**
**EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89**
**– PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS –**

PROCESSO Nº 030.014.415/92 – PARTES: DF/SEA X CORAL SERVIÇOS DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. OBJETO: DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS – O valor estabelecido no objeto da prestação de serviços, contida no contrato principal e, prorrogado através do Termo Padrão nº 27/89, é de R$ 2.000,00 (dois mil reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício – Lei 651,de 17.01.94, perfazendo o total de R$10.000,00(dez mil reais), objetivando atender despesas com fornecimento de alimentação preparada a servidores da área de transportes e SEA. PRAZO: Até 31.12.94, NOTA DE EMPENHO: Nº 30214/94, emitida sob o evento 400092, em reforço à NE nº 30038/94, por estimativa: em 03.08.94. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO:3007002120280001. FONTE DE RECURSOS: 001. CÓDIGO U.O.: 13101. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL Tomada de Preços nº 074/92. DATA DE ASSINATURA: 03.08.94. SIGNATÁRIOS: pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS, na qualidade de Secretária. Pela CONTRATADA: LÊNIO VIEIRA CARNEIRO, na qualidade de Diretor.

Brasília-DF, 23 de março de 1995

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª Subprocuradoria**
**EXTRATO DO DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89**
**– PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS –**

PROCESSO Nº 030.014.415/92 – PARTES: DF/SEA X CORAL SERVIÇOS DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA.OBJETO:DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS – O valor estabelecido no objeto da prestação de serviços, contida no contrato principal e, prorrogado através do Termo Padrão nº 27/89, é de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício – Lei 651, de 17.01.94, perfazendo o total de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), objetivando atender despesas com fornecimento de alimentação preparada a servidores da área de transportes e SEA. PRAZO: Até

31.12.94, NOTA DE EMPENHO: Nº 30415/94, emitida sob o evento 400091, por estimativa: em 13.10.94. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 3007002120280001. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 13101. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL Tomada de Preços nº 074/92. DATA DE ASSINATURA: 13.10.94. SIGNATÁRIOS: pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS, na qualidade de Secretária. Pela CONTRATADA: LÊNIO VIEIRA CARNEIRO, na qualidade de Diretor.

Brasília-DF, 23 de março de 1995

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª Subprocuradoria**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PADRÃO Nº 06/94 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

PROCESSO Nº 030.013.595/93. PARTES: DF/SEA X SEARCH INFORMÁTICA LTDA. OBJETO: DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS – O valor estabelecido no objeto da prestação de serviços, contida no contrato principal é de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), recursos esses procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício – Lei nº 651, de 17/01/94, perfazendo o total de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), objetivando atender despesas com locação mensal do SICIP, com fornecimento do equipamento e demais itens constantes na referida Tomada de Preços. PRAZO: Até 31/12/94. NOTA DE EMPENHO Nº 30427/94, emitida sob o evento 400091, por estimativa em 18/10/94. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 3007002421710006; CÓDIGO U.O.: 13101; FONTE DE RECURSOS: 000; SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039; FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 03/94-CL/SEA. DATA DE ASSINATURA: 18/10/94. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS, na qualidade de Secretária. Pela CONTRATADA: RICARDO LACOURT MOREIRA, na qualidade de Sócio-Diretor.

Brasília-DF, 27 de março de 1995

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª Subprocuradoria**

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PADRÃO Nº 06/94 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

PROCESSO Nº 030.013.595/93. PARTES: DF/SEA X SEARCH INFORMÁTICA LTDA. OBJETO: DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS – O valor estabelecido no objeto da prestação de serviços, contida no contrato principal é de R$ 10.000,00 (dez mil reais), recursos esses procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício – Lei nº 651, de 17/01/94, perfazendo o total de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), objetivando atender despesas com locação mensal do SICIP, com fornecimento do equipamento e demais itens constantes na referida Tomada de Preços. PRAZO: Até 31/12/94. NOTA DE EMPENHO Nº 30527/94, emitida sob o evento 400092, por estimativa em 05/12/94, em reforço a NE nº 30427/94. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 3007002421710006; CÓDIGO U.O.: 13101; FONTE DE RECURSOS: 000; SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039; FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 03/94-CL/SEA. DATA DE ASSINATURA: 05/12/94. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS, na qualidade de Secretária. Pela CONTRATADA: RICARDO LACOURT MOREIRA, na qualidade de Sócio-Diretor.

Brasília-DF, 27 de março de 1995

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª Subprocuradoria**
**EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89**
**– PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS –**

PROCESSO Nº 030.014.415/92 – PARTES: DF/SEA X CORAL SERVIÇOS DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA.OBJETO: DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS – O valor estabelecido no objeto da prestação de serviços, contida no contrato principal e, prorrogado através do Termo Padrão nº 27/89, é de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício – Lei 651, de 17.01.94, perfazendo o total de R$ 95.481,82 (noventa e cinco mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e dois centavos), objetivando atender despesas com fornecimento de alimentação preparada a servidores da área de transportes e SEA. PRAZO: Até 31.12.94, NOTA DE EMPENHO: Nº 30229/94, emitida sob o evento 400091, por estimativa: em 09.08.94. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 3007002120280002. FONTE DE RECURSOS: 001. CÓDIGO U.O.: 13101. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL Tomada de Preços nº 074/92. DATA DE ASSINATURA: 09.08.94. SIGNATÁRIOS: pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS, na qualidade de Secretária. Pela CONTRATADA: LÊNIO VIEIRA CARNEIRO, na qualidade de Diretor.

Brasília-DF, 23 de março de 1995

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª Subprocuradoria**

**EXTRATO DO VIGÉSIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89**
**– PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS –**

PROCESSO Nº 030.014.415/92 – PARTES: DF/SEA X CORAL SERVIÇOS DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. OBJETO: DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS – O valor estabelecido no objeto da prestação de serviços, contida no contrato principal e, prorrogado através do Termo Padrão nº 27/89, é de R$ 100,00 (cem reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício – Lei nº 651, de 17.01.94, perfazendo o total de R$ 31.400,00 (trinta e um mil e quatrocentos reais), objetivando atender despesas com fornecimento de alimentação preparada a servidores da área de Transportes e SEA. PRAZO: Até 31.12.94. NOTA DE EMPENHO Nº 30558/94, emitida sob o evento 400092, em reforço à NE nº 30415/94, por estimativa, em 13.12.94. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 3007002120280001; FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 13101. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 074/92. DATA DE ASSINATURA: 13.12.94. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS, na qualidade de Secretária. Pela CONTRATADA: LÊNIO VIEIRA CARNEIRO, na qualidade de Diretor.

Brasília-DF, 23 de março de 1995

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª SUBPROCURADORIA**

**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

PROCESSO Nº 030.014.415/92 – PARTES: DF/SEA X CORAL – SERVIÇOS DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. OBJETO: DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS – O valor estabelecido no objeto da prestação de serviços, contida no contrato principal e, prorrogado através do Termo Padrão nº 27/89, é de CR$ 22.700.000,00 (Vinte e dois milhões e setecentos mil cruzeiros reais), recursos esses procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício – Lei nº 651, 17.01.94, perfazendo um total de CR$ 46.700.000,00 (Quarenta e seis milhões e setecentos mil cruzeiros reais), objetivando atender despesas com fornecimento de alimentação preparada a servidores da área de Transportes e SEA. PRAZO: 31.12.94. NOTA DE EMPENHO: 329/94, emitida sob o evento 400092, por estimativa, em 14.04.94, em reforço a NE nº 238/94. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 3007002120280002; FONTE DE RECURSOS: 000; CÓDIGO U.O.: 13101; SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039; FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 074/92-CL-SEA. DATA DE ASSINATURA: 14.04.94. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS, na qualidade de Secretária. Pela CONTRATADA: LÊNIO VIEIRA CARNEIRO, na qualidade de Diretor.

Brasília, 23 de março de 1995

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª Subprocuradoria**

**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 08/94 AO CONTRATO PADRÃO Nº10/89 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS –**

PROCESSO Nº 032.000.193/93 – PARTES: DF/SEA X VOETUR TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: Prorrogar por meio deste instrumento, o Termo Padrão nº 10/89, com base no contrato, celebrado em 03.01.94, com vigência até 31.12.94, objetivando o fornecimento de passagens aéreas, terrestres e outros para esta Secretaria. PRAZO: Até 30.04.95. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 047/93-CL/SEA. DATA DE ASSINATURA: 14.06.94. VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS, na qualidade de Secretária. Pela CONTRATADA: LEONARDO DA SILVA LISBOA, na qualidade de Gerente Financeiro.

Brasília-DF, 24 de março de 1995

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª Subprocuradoria**

**EXTRATO DE CONTRATO PADRÃO Nº 01/94 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS –**

PROCESSO Nº 030.013.453/94 – PARTES: DF/SEA X BRAZGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA-ME. OBJETO: O Contrato tem por objetivo a prestação de serviços de fornecimento de gás liquefeito de petróleo, em botijão de 13 kg, a ser efetuada pela CONTRATADA para o Distrito Federal, conforme especificadas na proposta que passa a fazer parte integrante deste contrato, como se nele transcrita estivesse. PRAZO: Até 31.12.95. VALOR: R$ 5.000,00 (cinco mil reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício – Lei nº 846, de 04.01.95. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 3007002120280001. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 13101. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349030. NOTA DE EMPENHO Nº 030/95, emitida sob o evento 400091, por estimativa em 26.01.95. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 075/95. VIGÊNCIA: O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 01.02.95. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE, na qualidade de Secretário. Pela CONTRATADA: LEONARDO LIMA, na qualidade de Proprietário.

Brasília-DF, 24 de março de 1995

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª Subprocuradoria**

**EXTRATO DO DÉCIMO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS –**

PROCESSO Nº 030.014.415/92 – PARTES: DF/SEA X CORAL SERVIÇOS DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. OBJETO: DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS – O valor estabelecido no objeto da prestação de serviços, contida no contrato principal e, prorrogado através do Termo Padrão nº 27/89, é de R$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício – Lei nº 651, de 17.01.94, perfazendo o total de R$ 169.981,82 (cento e sessenta e nove mil, novecentos e oitenta e um reais e oitenta e dois centavos), objetivando atender despesas com fornecimento de alimentação preparada a servidores da área de Transportes e SEA. PRAZO: Até 31.12.94. NOTA DE EMPENHO Nº 30554/94, emitida sob o evento 400092, em reforço à NE nº 30037/94, por estimativa, em 12.12.94. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 3007002120280002; FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 13101. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 074/92. DATA DE ASSINATURA: 12.12.94. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS, na qualidade de Secretária. Pela CONTRATADA: LÊNIO VIEIRA CARNEIRO, na qualidade de Diretor.

Brasília-DF, 23 de março de 1995

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª Subprocuradoria**

**– PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO SUBSTITUIÇÃO**

PROCESSO Nº 030.014.415/92 PARTES: DF/SEA X CORAL SERVIÇOS DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. OBJETO: Emissão da NE 30037/94., em 01.07.94, por estimativa sob o evento 401191, em substituição à NE nº 238/94, objetivando atender despesas com fornecimento de alimentação preparada para área de Transportes. PRAZO Até 31.12.94. VALOR: R$ 353,67 (trezentos e cinquenta e três reais e sessenta e sete centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 3007002120280002; FONTE DE RECURSOS 000; CÓDIGO U.O. 13101; SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039 FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços 74/92. SIGNATÁRIOS Pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS, na qualidade de Secretária. Pela CONTRATADA: LÊNIO VIEIRA CARNEIRO, na qualidade de Diretor. DATA DE EMISSÃO: 01.07.94.

Brasília, 23 de março de 1995

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª Subprocuradoria**

**EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 08/94 AO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89, – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

PROCESSO Nº 030.012.673/93. PARTES: DF/SEA X FIANÇA EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA. OBJETO: Prorrogar por meio deste instrumento, o Termo Padrão nº 10/89, com base no contrato, celebrado em 01/04/94, com vigência até 31/12/94, objetivando a prestação de serviços de vigilância em próprios do GDF. PRAZO: Até 30/04/95 FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 003/93-CL-SEA. VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura devendo ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 27/12/94. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS, na qualidade de Secretária. Pela CONTRATADA LUIZ VICENTE ARAÚJO, na qualidade de Sócio-Diretor.

Brasília-DF, 27 de março de 1995

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª SUBPROCURADORIA**

**EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

PROCESSO Nº 030.012.902/93. PARTES: DF/SEA X MONTEVERDE ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A. OBJETO: Prorroga por meio deste instrumento, o Termo Padrão nº 10/89, com base no Contrato, celebrado em 01/03/94, com vigência até 31/12/94, objetivando serviço de limpeza e conservação em próprios do GDF. PRAZO: Até 30/04/95. FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 002/93. VIGÊNCIA O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 29/12/94. SIGNATÁRIOS Pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS, na qualidade de Secretária. Pela CONTRATADA: TERESINHA SANTOS CONTREIRA, na qualidade de Diretor Administrativa.

Brasília-DF, 24 de março de 1995

**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL**
**1ª SUBPROCURADORIA**

**EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PADRÃO Nº 10/89**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

PROCESSO Nº: 030.014.415/92 – PARTES: DF/SEA X CORAL SERVIÇOS DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. OBJETO: DA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS – O valor estabelecido no objeto da prestação de serviços, contida no contrato principal e, prorrogado através do Termo Padrão nº 27/89, é de CR$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros reais) recursos esses procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício – Lei nº 651, de 17.01.94. Perfazen

um total de CR$ 62.700.000,00 (sessenta e dois milhões setecentos mil cruzeiros reais). Objetivando atender despesas com fornecimento de alimentação preparada servidores da área de Transportes e SEA. PRAZO: 31.12.94. NOTA DE EMPENHO: 431/94, emitida sob o evento 400092, por estimativa, em 16.05.94, em reforço a NE 239/94. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 3007002120280001; FONTE DE RECURSO: 001; CÓDIGO U.O.: 13101. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039; FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 074/92-CL-SEA. DATA DE ASSINATURA: 17.05.94. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TRÓIS, na qualidade Secretária; Pela CONTRATADA: LÊNIO VIEIRA CARNEIRO, na qualidade de Diretor.

Brasília, 23 de março de 1995

## FUNDAÇÃO DE APOIO A RECURSOS GENÉTICOS E BIOTECNOLOGIA "DALMO CATAULI GIACOMETTI" ALTERAÇÃO DE ESTATUTO APROVADA EM 12/12/94

Art. 5º (caput) Inciso II — Membros colaboradores são pessoas físicas de ilibada reputação e de reconhecido prestígio nas áreas de Recursos Genéticos e Biotecnologia que efetuarem voluntariamente doação em favor da Fundação em valor mínimo estipulado pelo Conselho Curador; Art. 12 Parágrafo Terceiro (inclusão) — Perderá o mandato o conselheiro que faltar, sem justificativa aceita pelo Conselho Curador, a três reuniões ordinárias ou extraordinárias consecutivas; nesse caso, o respectivo suplente será efetivado como titular para o cumprimento do restante do mandato e o Conselho Curador escolherá novo suplente de acordo com o previsto no Artigo 9º.

JAIRO SILVA
Diretor Presidente

(DAR R$ 39,72)

**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO - INICIAL

PROCESSO Nº 190.000.036/95 - PARTES: DF/SEMATEC X CSS CARIMBOS, SERIGRAFIA E SILK SCREEN LTDA. OBJETO: Atender despesas com confercção de carimbos de borracha com base de madeira, durante o corrente exercício de 1995. PRAZO: 31.12.95. VALOR: R$ 800,00 (oitocentos Reais). NOTA DE EMPENHO Nº 95NE00100, emitida por estimativa. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 3007002121780001; FONTE DE RECURSOS: 000; CÓDIGO UO: 21101; SUBELEMENTO DE DESPESA:.... 349030. FUNDAMENTO LEGAL: Convite 006/95. DATA DE EMISSÃO: 13.03.95.

Brasília, 17 de março de 1 995
FRANCISCO DANTAS
Secretária do Meio Ambiente,
Ciência e Tecnologia

**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO - INICIAL

PROCESSO Nº 190.000.034/95 - PARTES: DF/SEMATEC X EVANDRO DOMINGOS REZENDE - ME. OBJETO: Atender as despesas com o serviço de modelagem de chave para porta, gaveteiro e carro, cópia de chaves para portas em geral e carro, durante o corrente exercício de 1995, PRAZO: 31.12.95. VALOR;R$.. 500,00 (quinhentos Reais). NOTA DE EMPENHO: 95NE00099,emitida por estimativa. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO 3007002121780001; FONTE DE RECURSOS: 000; CODIGO UO 21101; SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 004/95. DATA DE EMISSÃO: 13.03.95.

Brasília, 17 de março de 1 995
FRANCISCO DANTAS
Secretária do Meio Ambiente,
Ciência e Tecnologia

**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO - INICIAL

PROCESSO Nº190.000.051/95 - PARTES: DF/SEMATEC X MARCEL - ASSES. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: Atender as despesas com fornecimento de café para esta SEMATEC, durante o corrente exercicio de 1995. PRAZO: 31.12.95. VALOR: R$ 2.000,00 (dois mil Reais). NOTA DE EMPENHO: 95NE00094, emitida por estimativa. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO : 3007002121780001 ;FONTE DE RECURSO: 000 CODIGO UO : 21101; SUBELEMENTO DE DESPESA: 349030. FUNDAMENTO LEGAL:convite 008/95. DATA DE EMISSÃO: 13.03.95.

Brasília, 17 de março de 1 995
FRANCISCO DANTAS
Secretária do Meio Ambiente,
Ciência e Tecnologia

**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO -INICIAL

PROCESSO Nº 190.000.051/95 - PARTES: DF/SEMATEC X K E L COMÉRCIO E PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA. OBJETO: Atender despesas com fornecimento de acúcar e leite para esta SEMATEC,durante o corrente exercíicio de 1995. PRAZO: 31.12.95.VALOR: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos Reais). NOTA DE EMPENHO: 95NE00093, emitida por estimativa. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA : PROGRAMA DE TRABALHO: 3007002121780001; FONTE DE RECURSO : 000; CÓDIGO UO: 21101; SUBELEMENTO DESPESA: 349030.FUNDAMENTO LEGAL: Convite 008/95. DATA DA EMISSÃO: 13.03.95.

Brasília, 17 de março de 1 995
FRANCISCO DANTAS
Secretária do Meio Ambiente,
Ciência e Tecnologia

**SECRETARIA DO MEIO AMBINETE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO - INICIAL

PROCESSO Nº 190.000.051/95 - PARTES: DF/SEMATEC X DISTRIBUIDORA DE ALIMENTO RIO DOCE LTDA. OBJETO: Atender as despesas com fornecimento de cha para esta SEMATEC durante o corrente exercício de 1995. PRAZO: 31.12.95. VALOR: R$..... 500,00 (quinhentos Reais). NOTA DE EMPENHO: 95NE00092, emitida por estimativa. DOTAÇÃO ORAÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 3007002121780001; FONTE DE RECURSOS: 000, CÓDIGO:UO 21101; SUBELEMENTO DE DESPESA: 349030. FUNDAMENTO LEGAL : convite nº 008/95. DATA DE EMISSÃO: 10.03.95.

Brasília, 17 de março de 1 995
FRANCISCO DANTAS
Secretária do Meio Ambiente,
Ciência e Tecnologia

**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO - INICIAL

PROCESSO Nº 190.000.033/95 - PARTES: DF/SEMATEC X GB - EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Atender as despesas com o serviço de revelação de filmes coloridos, preto e branco e slides, durante o exercício de 1995. PRAZO: 31.12.95. VALOR : R$ 2.000,00(dois mil reais). NOTA DE EMPENHO: 95NE00085, emitida por estimativa. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 3007002121780001; FONTE DE RECURSOS: 000; CODIGO UO :

21101; SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL:convite Nº 003/95. DATA DE EMISSÃO: 09/03/95.

Brasília, 17 de março de 1 995
FRANCISCO DANTAS
Secretária do Meio Ambiente,
Ciência e Tecnologia

**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO - INICIAL

PROCESSO Nº 190.000.033/95 - PARTES: DF/SEMATEC X GB - EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Atender as despesas com o fornecimento de filmes coloridos, preto e branco e slides (ISO 100), durante o exercício de 1995. PRAZO: 31.12.95. VALOR R$ 500,00 (quinhentos Reais), NOTA DE EMPENHO:95NE00086 emitida por estimativa. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 3007002121780001: FONTE DE RECURSOS: 000; CODIGO UO : 21101; SUBELEMENTO DE DESPESA: 349030. FUNDAMENTO LEGAL: convite nº 003/95. DATA DE EMISSÃO 09.03.95.

Brasília, 17 de março de 1 995
FRANCISCO DANTAS
Secretária do Meio Ambiente,
Ciência e Tecnologia

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO (*)**

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONTRATADA: NEWCO DO BRASIL LTDA.
OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL
PROCESSO: 204/95
LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO - ART. 24, INCISO V, DA LEI 8.666/93
VIGÊNCIA: DA DATA DA ASSINATURA ATÉ 09/03/96
VALOR: 78,21 (SETENTA E OITO REAIS E VINTE E UM CENTAVOS) MENSAIS REAJUSTÁVEIS
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: TRIBUNAL DE CONTAS DO DF
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 349039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSOS: DOTAÇÃO CONSIGNADA NO ORÇAMENTO DO TCDF.
NÚMERO DA NOTA DE EMPENHO: 009/95
VALOR DA NOTA DE EMPENHO: R$ 80,00
DATA DA ASSINATURA: 04/03/95
ASSINAM: PELO CONTRATANTE, SR. PEDRO DELFORGE, PELA CONTRATADA, SR. UBERDAN MEIRELES

(*) Republicado por haver saído com incorreção no original publicado no DODF nº 49, de 24/03/95 p. 49.

Governo do Distrito Federal - Secretaria de Transportes
*Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos*

01 QUADRAGÉSIMO OITAVO ADITIVO AO
02 TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/92

| CONVENENTES | DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS - DMTU |
|---|---|
| | 03 SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA-TCB |

| 04 PROCESSO | 05 DATA DA ASSINATURA | 06 VIGÊNCIA ATÉ | 07 VALOR Cr$ |
|---|---|---|---|
| 030.000.432/92 | 24.03.95 | 31.03.95 | 1.200.000,00 |

08 OBJETO E CONDIÇÕES ESPECIAIS

I - Por este instrumento fica aditado o Convênio nº 002/92, celebrado entre o Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos e a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda, com a interveniência da Secretaria de Transportes, publicado no DODF nº 114/92, de 08.06.92, com a finalidades de suplementar seu valor em R$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais), ficando seu valor total em R$ 12.646,240,63(doze milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, duzentos e quarenta reais e sessenta e três centavos).

II - Fica prorrogada sua vigência até 31.12.95.

III - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Convênio ora aditado.

✱ OS TERMOS E CONDIÇÕES CONSTANTES DO VERSO SÃO PARTES INTEGRANTES DO CONVÊNIO

09 VALOR POR EXTENSO

DADOS SOBRE A DESPESA

| | |
|---|---|
| 10 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS |
| 11 PROJETO/ATIVIDADE | 4031.0000-Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos |
| 12 TAXA ADM % | 10 |
| 13 ELEMENTO DE DESPESA | 349039 |
| 14 FONTE DE RECURSOS | 000 |

NOTA DE EMPENHO

| 15 NÚMERO | 16 VALOR Cr$ | 17 NÚMERO | 18 VALOR Cr$ |
|---|---|---|---|
| 089 | 1.200.000,00 | | |
| 19 | 20 | 21 | 22 |

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DOS CONVENENTES

23 DMTU/DF
RICARDO MENDANHA LADEIRA — Diretor-Geral
NAZARENO STANISLAU AFFONSO — Secretario de Transportes-Del. Competência art.6º, Decreto nº 14.554/92.

24 CONVENENTE
LIANE NUNES BORN
Diretora Presidente da TCB
Delegação de competência expressa no Contrato Social

25 TESTEMUNHAS
RONY TERUEL SARAIVA
26 PAULO ROBERTO FRANCA

DISTRITO FEDERAL

01 VIGÉSIMO PRIMEIRO ADITIVO AO
02 TERMO DE CONVÊNIO Nº 029/90

| CONVENENTES | 1º DISTRITO FEDERAL | SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA<br>SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO |
|---|---|---|
| | 03 | COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL |

| 04 PROCESSO | 05 DATA ASSINATURA | 06 VIGÊNCIA ATÉ | 07 VALOR Cr$ |
|---|---|---|---|
| 112.014.669/91 | 21.03.95 | 31.12.95 | 65.000,00 |

ALTERAÇÃO

08

Por este instrumento fica aditado, com a finalidade de suplementar recursos no valor de **R$ 65.000,00** (sessenta e cinco mil reais), perfazendo o total global do convênio em **R$ 495.964,78** (quatrocentos e noventa e cinco mil, novecentos e sessenta e quatro reais e setenta e oito centavos), ao Convênio nº 029/90, celebrado entre o **Distrito Federal**, através das **Secretarias de Segurança Pública de Fazenda e Planejamento** e a **Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP**, objetivando a contratação de pessoal técnico para a formação do Quadro de Pilotos e Mecânicos de Aeronaves para a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

09 VALOR POR EXTENSO
**SESSENTA E CINCO MIL REAIS**

DADOS SOBRE A DESPESA

| | |
|---|---|
| 10 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | 24101-SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA |
| 11 PROJETO/ATIVIDADE | 2.058.0001 - Funcionamento da Polícia Civil |
| 12 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - % | 5% |
| 13 ELEMENTO DE DESPESA | 3490-93 |
| 14 FONTE DE RECURSOS | 030 |

NOTA DE EMPENHO

| 15 NÚMERO | 16 VALOR Cr$ | 17 NÚMERO | 18 VALOR Cr$ |
|---|---|---|---|
| 195/95 | 65.000,00 | | |
| 19 | 20 | 21 | 22 |

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DOS CONVENENTES

23 DISTRITO FEDERAL
GILBERTO SERRA — WASNY DE ROURE
Delegação de competência, Art. 6º do Dec. nº 16.098-29.11.94

24 2º CONVENENTE
ORLANDO CARIELLO FILHO — MARCELO BRAGA VIEIRA JÚNIOR
Aprovado pela Diretoria em sua 2923a. Sessão, em: 21.03.95

TESTEMUNHAS
25 ANTONIO AUGUSTO ARAÚJO PIRES
26 MARIA INÊZ DOS SANTOS PINTO

EF-45/M/029 - MODELO APROVADO PELA CENAVE/EG EM 04/85

# EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO
### TOMADA DE PREÇOS 060/94-CL-SEA

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Administração, torna público para conhecimento de quem de direito,

que foi ANULADA a Tomada de Preços em epígrafe, conforme decisão do Sr. Secretário de Administração em 15 de março do corrente.

Brasília, 28 de março de 1995

DORALICE DE JESUS OLIVEIRA MAGALHÃES

---

**SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO**
**COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL**

**– CODEPLAN –**
**AVISO AOS ACIONISTAS**

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na Sede da Companhia, no SAIN, Projeção "H", Ed. CODEPLAN, 4° andar, os documentos e papéis de que trata o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício de 1994.

JORGE HAROLDO MARTINS
Diretor-Presidente

---

**SECRETARIA DE SAÚDE**
**FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL**
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE ADIAMENTO**

Avisamos aos Senhores interessados em participar do Convite N° 178/95, Processo N° 061.013460/94 com abertura prevista para o dia 31.03.95, às 15:30 horas, de que a mesma fica ADIADA "SINE DIE". Para maiores esclarecimentos, procurar esta CPL/FHDF, no Ed. Super Center Venâncio 2.000 Bloco "B" – 60, sala 340, nos horários das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, nos dias úteis.

Brasília, 28 de março de 1995
TOMAZ ANTÔNIO M.D.R. DE SANTANA
Presidente/CPL

---

**SECRETARIA DE SAÚDE**
**FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL**
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE RECURSO**

CONVITE N° 171/95
PROCESSO N° 061.013635/94
ABERTURA: 31.03.95 às 09:00 horas
A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, comunica aos interessados que a firma POLI ENGENHARIA LTDA, interpos recurso contra o Edital.
O inteiro teor do recurso encontra-se à disposição dos interessados na CPL/FHDF. Informamos ainda que a presente licitação fica adiada "SINE DIE".
Maiores informações no Ed. Super Center Venâncio 2000 – Bloco "B" – 60 sala 340, Brasília-DF.

Brasília, 28 de março de 1995
TOMAZ ANTÔNIO M. D. R. DE SANTANA
Presidente/CPL

---

**SECRETARIA DE OBRAS**
**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA – CAESB**
**AVISO DE PRORROGAÇÃO**

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília – CAESB torna público que a Tomada de Preços n° TP-009/95-CAESB para prestação dos serviços de observação e manutenção da rede hidrometeorológica da CAESB, prorrogada para o dia 29 de março de 1995, às 09:30 horas, foi novamente prorrogada para o dia 19 de abril de 1995, no mesmo horário e local, devido a alterações no Edital. As alterações estarão disponíveis na Assessoria de Licitações a partir do dia 04 de abril de 1995.

Brasília, 28 de março de 1995
A Comissão Permanente de Licitação

---

**SECRETARIA DE OBRAS**
**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA – CAESB**
**AVISO DE JULGAMENTO**

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília – CAESB torna público o resultado do julgamento dos Convites de Preços da CAESB, da forma que se segue:
Convite de Preços n° CV – 062/95:
firma TRANSPOR CENTRO-OESTE ENGENHARIA DE EQUIPAMENTOS LTDA, vencedora dos ítens 01, 02, 03, 04, com o valor total de R$ 12.168,00 (Doze mil, cento sessenta oito reais);
Convite de Preços n° CV – 069/95:
firma RELDA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, vencedora do item 02, com o valor total de R$ 665,00 (seiscentos e sessenta e cinco reais).

Brasília, 28 de março de 1995
A Comissão Permanente de Licitação

---

**SECRETARIA DE OBRAS**
**COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocados os Senhores Acionistas da COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP para a 22ª (VIGÉSIMA SEGUNDA) ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada na Sede da Empresa, situada no Setor de Áreas Isoladas Norte, Bloco "F", 2° Andar, Sala-213, em Brasília Distrito Federal, no dia 27 de abril de 1995, às 11 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA. I) Tomar conhecimento das contas, balanços, demonstrações financeiras, e parecer do Conselho Fiscal; II) Aprovação da alteração do Capital Social da Empresa; III) Eleição dos Membros do Conselho Fiscal; IV) Outros assuntos de interesse da Companhia.

JOSÉ ROBERTO BASSUL CAMPOS
Presidente

---

**SECRETARIA DE OBRAS**
**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA – CAESB**

**AVISO AOS ACIONISTAS**

A COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA – CAESB comunica aos Senhores Acionistas que se encontra à disposição dos mesmos, no Edifíco-Sede da Empresa, localizado no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco "A", n°s 67/97, nesta Capital, a documentação de que trata o artigo 133 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, correspondente ao exercício de 1994.

Brasília, 24 de março de 1995

MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO
Presidente

---

**SECRETARIA DE OBRAS**
**COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP**

**AVISO**

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC, a LICENÇA PRÉVIA, relativia à implantação do SETOR R – Ceilândia – RA. IX.

Brasília, 28 de março de 1995

JOSÉ ROBERTO BASSUL CAMPOS
Presidente

---

**SECRETARIA DE OBRAS**
**COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP**

**AVISO**

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC, a LICENÇA PRÉVIA,

relativa à implantação da EXPANSÃO DO SETOR DE INDÚSTRIA – Ceilândia – RA. IX.

Brasília, 28 de março de 1995

JOSÉ ROBERTO BASSUL CAMPOS
Presidente

---

**SECRETARIA DE OBRAS**
**COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP**

**AVISO**

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC, a LICENÇA PRÉVIA, relativa à implantação do SETOR DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO – Ceilândia – RA. IX.

Brasília, 28 de março de 1995

JOSÉ ROBERTO BASSUL CAMPOS
Presidente

---

**SECRETARIA DE OBRAS**
**COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP**
**COMPLEMENTAÇÃO DO AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO E CONVOCAÇÃO, REFERENTE AO EDITAL Nº 03/95–IMÓVEIS**

A Diretoria Colegiada da Companhia Imobiliária de Brasília-TERRACAP, em sua Sessão 1.654ª. realizada em 23.03.95 decidiu, com base no tópico 39 do edital nº 03/95–Imóveis, processo nº 111.000.059/95-3, homologar o resultado da Licitação relativamente ao ítem nº 18 do referido Edital, proclamando-se vencedora do respectivo item a Firma CDL-ENGENHARIA DE MONTAGENS LTDA, no valor de R$ 139.999,00 (cento e trinta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais). Na oportunidade, convoca a referida licitante a comparecer dentro do prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da publicação deste, à Seção de Contratos da Divisão Jurídica, subsolo do Edifício Sede da TERRACAP, Bloco "F", Setor de Áreas Isoladas Norte SAIN, no horário das 08:00 às 11:45 e 14:00 às 16:30 horas, apresentado, no ato, a 4ª via da proposta de compra a fim de efetuar o pagamento equivalente à entrada inicial, constante da referida proposta. Esclarece na oportunidade, que a licitante supracitada, deverá nos 15 (quinze) primeiros dias contados desta publicação, assinar no Cartório a Escritura de Compra e Venda, de conformidade com o contido no Tópico 47, do aludido Edital. Na ocasião, deverá a licitante, apresentar no Cartório, cópia do Contrato Social, devidamente autenticada, com sua última alteração, se for o caso, o qual será encaminhado à TERRACAP, por intermédio do Cartório, nos termos do tópico 47, do Edital. o não atendimento às citadas exigências, dentro dos prazos já estipulados importará no desfazimento do negócio, de acordo com as normas do Edital. Esclarece, ainda, a interessada que, de acordo com o contido no Tópico 46 do Edital, não caberá recurso quanto à presente homologação.

Brasília, 28 de março de 1995.

JOSÉ ROBERTO BASSUL CAMPOS
Presidente

---

**SECRETARIA DE TRANSPORTES**
**COMPANHIA DO METROLITANO DO DISTRITO FEDERAL – METRÔ-DF**

**AVISO AOS ACIONISTAS**

Encontram-se à disposição dos acionistas, no Setor Hípico, Lote 08, os documentos referentes:
I – ao relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício de 1994, e
II – cópia das demonstrações financeiras.

Brasília, março de 1995

A DIRETORIA

---

**SECRETARIA DE TRANSPORTES**
**SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA – TCB**
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**
**AVISO**
**REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº. 0005/95-CPL**

A Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Limitada – TCB, às 10:30 horas do dia 13 de abril de 1995, receberá propostas das empresas interessadas em fornecer: AUTOCLAVE COM CAPACIDADE PARA 10 PNEUS TIPO TRANSPORTE.
O edital e demais elementos, encontram-se à disposição dos Interessados na Sala da C.P.L. localizada no S.G.O.N. Q.06, Bl. A – Brasília-DF., telefones (061) 321-2168, (061) 321-2556 ramal 273, FAX (061) 321-5951, em horário comercial.

Brasília-DF., 28 de março de 1995
JOSÉ CARLOS ANGULSKI CHAGAS
Presidente
CPL

---

**SECRETARIA DE TRANSPORTES.**
**SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA – TCB**
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**
**AVISO**
**REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 00001/95-CPL**

A Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Limitada – TCB, às 09:30 horas do dia 28 de abril de 1995, receberá propostas das empresas interessadas na PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA POR PERÍODO DE 12 MESES. O edital e demais elementos, encontram-se à disposição dos Interessados na Sala da C.P.L. localizada no S.G.O.N. Q.06, bl. A – Brasília-DF., telefones (061) 321-2168, (061) 321-2556 ramal 273, FAX (061) 321-5951, em horário comercial.

Brasília-DF., 28 de março de 1995
JOSÉ CARLOS ANGULSKI CHAGAS
Presidente
CPL

---

**SECRETARIA DE TRANSPORTES.**
**SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA – TCB**
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**AVISO**

**REF: TOMADA DE PREÇOS Nº 0004/95–CPL**

A Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Limitada – TCB, às 09:00 horas do dia 13 de abril de 1995, receberá propostas das empresas interessadas em fornecer: MOTOR DIESEL NOVO COMPLETO.
O edital e demais elementos, encontram-se à disposição dos Interessados na Sala da C.P.L. localizada no S.G.O.N Q.06, bl. A – Brasília-DF; telefones (061) 321-2168, (061)321-2556 ramal 273, Fax (061) 321-5951, em horário comercial.

Brasília-DF; 28 de março de 1995.

JOSÉ CARLOS ANGULSKI CHAGAS
Presidente
CPL

---

**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**
**SAIN BL. "A" sala 125 – Fone: 314-8273 Fax: 314-8315**
**Brasília – DF**

**AVISO DE JULGAMENRO DE DOCUMENTAÇÃO DE LICITAÇÃO**

Tomada de Preços nº 015/95
Objeto: Aquisição de Material Médico e Hospitalar para a SSP/DF.

A Comissão Permanente de Licitação da SSP, torna público o resultado do julgamento da documentação em que foram habilitadas as empresas: Kyoto Produtos Hospitalares Ltda; Unidas Comércio de Produtos Médico Hospitalar Ltda; Paramed Materiais Médico e Hospitalares Ltda; Medicar Com. Rep. de Medicamentos Ltda; EDM – Representa-

ção Comercial Ltda; Telebrasil Comércio e Representação Ltda; Saúde Comércio de Produtos Hospitalares Ltda; Unicom Produtos Hospitalares Ltda; AP Comércio e Representações Ltda; Homeda Comércio Importação e Exportação de Equipamentos e Produtos Hospitalares Ltda; CTW — Produtos Hospitalares e Farmacêuticos Ltda; Phoenix Comércio e Aparelho Médico Hospitalar Ltda; Dental Shop Comércio e Representações Ltda; Scalamed Comércio e Representaçãõ Hospitalares Ltda; Diagonal Equipamentos Científicos Ltda; Cristal JG Comércio de Material Cirurgico Ltda; Êxito Comercio/e Representações Ltda; American Hospital Supply Ind. e Com. de Material Hospitalar Ltda; Arco Verde Máquinas e Ferramentas Ltda; B & B Produtos Médicos e Hospitalares Ltda; Expansão Comercial Hospitalar Ltda; Hortêncio Gondim Paniago; Interlab Distribuidora de Produtos Científicos Ltda; Medstar Médico Hospitalar Equipamentos Ltda; e Suprema — Comércio e Representações Ltda.
E inabilitada as empresas Master Química Comércio e Representações Ltda por apresentar a Certidão Negativa de Falência vencida e a CHT Comércio Importação e Exportação Ltda por deixar de apresentar o Certificado de Registro Cadastral, ambos exigidos no ato convocatório.

Brasília-DF, 28 de março de 1995

SÁVIO TOLEDO CAVALLARI
Presidente

---

**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICIITAÇÃO**

**SAIN BL. "A" sala 125 — Fone: 314-8273 FAX 314-8315**
**Brasília-DF,**

**AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTAS**

Ref. TP-005/95.
Objeto: Contratação de Serviços de Manutenção de Máquinas de Escrever e de Calcular, Elétricas e Eletrônicas para a SSP-DF.

A Comissão Permanente de Licitação da SSP, comunica aos interessados que a abertura das propostas referentes à Tomada de Preços epigrafada, será realizada no próximo dia 30, às 15h no local acima citado.

Brasília-DF, 27 de março de 1995

SÁVIO TOLEDO CAVALLARI
Presidente

---

**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**
**SAIN BL. "A", sala 125 — fone: 314-8277 FAX 314-8315**
**Brasília — DF.**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

CARTA CONVITE Nº 012/95
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO
ABERTURA: 10 DE ABRIL DE 1995 Às 10h

A Comissão Permanente de licitação torna público aos interessados, que encontra-se à disposição cópia do edital e anexos.

Brasília-DF, 28 de março de 1995
SÁVIO TOLEDO CAVALLARI
Presidente — CPL/SSP

---

**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**
**QUARTEL DO COMANDO GERAL**
**DIRETORIA DE PESSOAL**
**AVISO**

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO PARA O CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS POLICIAIS-MILITARES DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL — CFOPM/95
O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Edital nº 03-DP/94-PMDF, publicado no DODF nº 194, de 06 OUT 94;

RESOLVE:

INDEFERIR, por contrariar o disposto nos subitens 2.2 letra "a", 4.1, 5.1, 8.1 e 9.9, tudo do edital do concurso supracitado, os requerimentos dos candidatos ADENILTON APÓSTOLO EVANGELISTA, inscrição nº 14.207 e RENATO DIAS FIGUEIREDO, inscrição nº 15.084, nos quais solicitam matrícula no CFOPM/95 e ainda dos candidatos ANTONIO OTÁVIO TORRES DA SILVA, inscrição nº 18.468 e JONNY WILSON ALVES FERNANDES, inscrição nº 18.870, nos quais solicitam convocação para a realização dos exames complementares previstos para o referido concurso.

Brasília-DF, em 23 de março de 1995
LUIZ ANTONIO DA ANNUNCIAÇÃO — CEL QOPM
Diretor de Pessoal

---

**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
**JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA**

**AVISO Nº 07/95 — DAA/JZB**

O CHEFE DA DIVISÃO DE APREENSÃO DE ANIMAIS, de acordo com o que determina o ítem IV, da Ordem de Serviço de 21 de novembro de 1994, e em consonância com o regimento do Jardim Zoológico de Brasília, aprovado pelo Decreto nº 16.053, de 07 de novembro de 1994, "AVISA" que se encontram apreendidos no Depósito em frente à Companhia de Polícia Militar Florestal/Candangolândia, situada à esquerda da estrada de acesso à cidade satélite do Núcleo Bandeirante/DF, animais de espécie Eqüina, sendo 06 (seis) éguas, 06 (seis) potras, (02) dois cavalos e 02 (dois) potros, com diferentes marcas, que poderão ser retirados por seus legítimos proprientários dentro de 72 (setenta e duas) horas, a contar da publicação deste, mediante prova de identidade que poderá ser testemunhal.Expirado o prazo os animais serão considerados abandonados e propostos ao Diretor do Jardim Zoológico de Brasília, sua utilização ou alienação conforme o ítem VII e VIII da referida Ordem de Serviço.

Brasília-DF, 28 de março de 1995.

DANIEL LOUZADA DA SILVA
Divisão de Apreensão de Animais
Chefe

---

**BRB — BANCO DE BRASÍLIA S.A.**
**TOMADA DE PREÇOS DIRAD/COMAP nº 95/014**

DATA DE ABERTURA: 18.04.95
HORÁRIO: 14 horas e 30 minutos
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de microfilmagem do Setor de Arquivo do BRB.
LOCAL DE OBTENÇÃO DO EDITAL: SBS, Quadra 01, Bloco "E", Edifício Brasília, 16º andar, Brasília-DF., no horário de 10 às 16 horas.
Valor da cópia do Edital: R$ 4,00 (quatro reais).

Brasília-DF, 24 de março de 1995
A COMISSÃO DE LICITAÇÃO

---

**BRB — BANCO DE BRASÍLIA S.A.**
**AVISOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

O BRB — BANCO DE BRASÍLIA S.A., através da Coordenadoria de Administração de Material, Patrimônio e Serviços — COMAP, torna pública a Inexigibilidade de Licitação para o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, com a empresa RJR CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA., em conformidade com o disposto no inciso II do art. 25 da Lei 8.666 de 21/06/93. Processo nº 041.000.102/95.

O BRB — BANCO DE BRASÍLIA S.A., através da Coordenadoria de Administração de Material, Patrimônio e Serviços — COMAP, torna pública a Inexigibilidade de Licitação para o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, com a empresa MANTEL MARKETING LTDA., em conformidade com o disposto no inciso II do art. 25 da Lei 8.666 de 21/06/93. Processo nº 041.000.103/95.

## BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A.
## AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A., através da Coordenadoria de Administração de Material, Patrimônio e Serviços – COMAP, torna pública a Inexigibilidade de Licitação para o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, com a empresa IBAP TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA., em conformidade com o disposto no inciso II do art. 25 da Lei 8.666 de 21/06/93. Processo nº 041.000.108/95.

## TÉCNICA ARTE E MADEIRA LTDA
## RENOVAÇÃO DE LICENÇA

TORNA PÚBLICA QUE REQUEREU AO IEMA/SEMATEC A RENOVAÇÃO DA SUA LICENÇA DE OPERAÇÃO, POR 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS, PARA A ATIVIDADE DE MARCENARIA E CARPINTARIA NO LOCAL: SIA TRECHO 02 Nº 870/900 – BRASÍLIA-DF.

## FLORA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA
## LICENÇA PRÉVIA

Torna público que requereu junto ao IEMA/SEMATEC a licença prévia para exploração da atividade de extração de Água Mineral no local denominado Fazenda Mestre D'Armas, Rodovia DF 230 Km 03 Planaltina-DF e não foi determinado estudo de Impacto Ambiental.

(DAR R$ 11,58)

## CLUBE SÍRIO LIBANÊS
## ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, ficam convocados os senhores sócios fundadores e proprietários do Clube Sírio Libanês para a Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se na SCES Trecho 02 lotes 42/44, nesta cidade, às 10 (dez) horas do dia 15 de Abril de 1995, em primeira convocação, ou às 11 (onze) horas do mesmo dia, em segunda convocação, nos termos dos arts. 28, 30 e 31, para o fim especial de: a) Eleições Gerais b) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Presidente: JOSÉ SALIBA.

Brasília, 28 de março de 1995

(DAR R$ 19,86)

SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL - FHDF
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS - DRM

Aviso de Dispensas de Licitação e de Inexigibilidades

PROCESSO: 061.006598/93 MODALIDADE: Dispensa de Licitação
OBJETO 1: aquisição de cuba para eletroforese com eletrodos de carvão que permitem voltagem uniforme e consequentemente separações perfeitas; tampas com suporte especialmente desenhado para permitir colocação fácil, rápida e perfeita do filme de agarose.
QUANTIDADE: 01 V. Total: R$ 255,00
FORNECEDOR: Diagonal Equipamentos Científicos Ltda
OBJETO 2: aquisição de cuba e fonte para eletroforese em acetato de celulose; para eletroforese e imunoeletroforese, com regulagem para 200/300 vcc para fitas de acetato de celulose e agarose; ponte aproximadamente de 7 cm.
QUANTIDADE: 01 V. Total: R$ 285,00
FORNECEDOR: Milton Mendes Sobrinho
FUNDAMENTO: artigo 24, inciso II, Lei 8.666/93
PROCESSO: 061.045048/95 MODALIDADE: Inexigibilidade
OBJETO 1: aquisição de cilindro de selenio para copiadora triunfo,mod. TM 152 Z
QUANTIDADE: 02 V. Unit.: R$ 481,14 V. Total: R$ 962,28
OBJETO 2: aquisição de lâmina de limpeza para copiadora Triunfo, mod. TM 152 Z
QUANTIDADE: 02 V. Unit.: R$ 110,00 V. Total: R$ 220,00
OBJETO 3: aquisição de rolo de pressão para copiadora Triunfo, mod. TM 152 Z
QUANTIDADE: 02 V. Unit.: R$ 208,62 V. Total: 417,24
OBJETO 4: aquisição de cilindro foto condutor para copiadora Triunfo, mod. TM 152 Z
QUANTIDADE: 01 V. Total: R$ 481,14
FORNECEDOR: Type Máquinas e Serviços Ltda
FUNDAMENTO: artigo 25, inciso I, Lei 8.666/93
PROCESSO: 061.001770/95 MODALIDADE: Dispensa de Licitação
OBJETO: prestação de serviço de conserto nos vaporizadores calibrados, marca Oftec, modelo S/N, série 810106, cp S/N e modelo FT/83, série F004, cp 41.682G
QUANTIDADE: 02 V. Unit.: R$ 648,00 V. Total: R$ 1.296,00
FORNECEDOR: Aparatus Produtos Hospitalares Ltda
FUNDAMENTO: artigo 24, inciso II,Lei 8.666/93

Brasília, 28 de março de 1995.

JOELSON DONIZETTI DEVOTI
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS
DIRETOR

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL –
QUARTEL DO COMANDO GERAL
DIRETORIA DE PESSOAL

## AVISO

CONCURSO PÚBLICO PARA SOLDADO POLICIAL MILITAR DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Edital nº 02-DP/94-PMDF, publicado no DODF nº 180, de 15 SET 94;

R E S O L V E:

1) Tornar público o resultado do Teste de Aptidão Física, previsto para o Concurso Público para Soldado Policial-Militar da PMDF, realizado em candidatos que foram considerados APTOS na reavaliação em exame médico 1ª fase, conforme aviso publicado no DODF nº 54, de 17 MAR 95, a saber:

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | CLASSIFICAÇÃO |
|---|---|---|
| | 1. Candidatos masculinos considerados APTOS | |
| 3371 | EMERSON ASSUNÇÃO | 46º |
| 7639 | EUDES GOMES DE MORAES | 65º |
| 521 | JOSEVANIO ALVES DA SILVA | 76º |
| 10293 | MARCOS WERBERT NUNES | 154º |
| 5871 | CLAUDIO ANTONIO DE LIMA | 202º |
| 5882 | EDUARDO DE LIMA LOPES | 228º |
| 268 | CARLOS AUGUSTO ALVES CARDOSO | 265º |
| 8578 | AILTON MOURA SANTOS | 285º |
| 248 | VALDEMIR P. DA SILVA | 302º |
| 93 | WALMIR DOS SANTOS | 319º |
| 6687 | CRISTIANO FARIAS SILVA | 333º |
| 9688 | JOCELMAR CASTRO DA SILVA | 344 |
| 3255 | FERNANDO CORREIA MACIEL | 346 |
| 8211 | WALDENI ALEIXO DOS SANTOS | 365º |
| 7640 | CASSIO GOMES DE MORAES | 372º |
| 77 | MARCELO MENDES DA CUNHA | 393º |
| 4360 | ANDRE MAURICIO S. DE ARAUJO | 419º |
| 6591 | ADELMARIO GILBERTO LELES | 450º |
| 3693 | EDUARDO GONÇALVES DE SOUZA | 460º |
| 9663 | ALESSANDRO FARIAS CARDOSO | 474º |
| 6164 | CLESIO PINTO DE SOUSA | 475º |
| 291 | JARBAS DE ALMEIDA | 488º |
| 1639 | VALDENNI G. DE CARVALHO | 489º |
| 7401 | CLEITON DA S. BEZERRA | 493º |
| 8763 | JOSÉ DA PAIXÃO ARCANJO DOS SANTOS | 494º |
| 3652 | VALTEIR RODRIGUES DE SOUZA | 499º |
| 8004 | ANDRE SOUSA LOPES MATOS | 501º |
| 4951 | MANOEL DOS SANTOS NUNES | 505º |
| 9555 | JOSE LUIZ BARBOSA NEVES | 514º |
| 2311 | ALFREDO MENEZES DA SILVA | 523º |
| 4822 | ALLAN CRUZ DA SILVA | 525º |
| 6587 | ARILSON DE ARAUJO ALVES | 526º |
| | 2. Candidatos femininos considerados APTOS | |
| 7827 | RUTH ARRUDA DE LIMA | 17º |
| 5131 | MARILENE PEREIRA DOS SANTOS | 53º |
| 3627 | MIRACY GONÇALVES SIQUEIRA | 70º |
| 4606 | LUCILENE SOUZA RODRIGUES | 71º |
| 2158 | ANTONIA DANTAS DE LIRA | 86º |
| | 3. Candidato feminino que não realizou o Teste de Aptidão Física. | |
| 7299 | GENI VIANA FRANCOLINO | 52º |

Por estar incapacitada, até o final da gravidez, para a realização de esforço físico, conforme parecer médico.

4. Candidato mascilino considerado INAPTO

10565 MÁRCIO SANTANA RAMOS 509º

2) Convocar os canidadatos APTOS no Teste de Aptidão Física, masculinos classificados até 372º, inclusive e o candidato feminino RUTH ARRUDA DE LIMA, insc. 7827, clas. 17º, para entregar na Junta Ordinária de inspeção de Saúde da PMDF, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste, os exames médicos previsto no subitem 7.3 do edital do concurso;

3) Convocar os candidatos referenciados no item 2, para entregar, na Diretoria de Pessoal - DP/1, no dia 05 ABR 95, às 08:00 horas, os documentos previstos no subitem 2.2 do edital ora mencionado;

4) Eliminar, do concurso em tela, o candidato feminino GENI VIANA FRANCOLINO, insc. 7299, clas. 52º e o candidato masculino MÁRCIO SANTANA RAMOS, insc. 10565, clas. 509º, com base no que prescreve os subitens 7.2.1., 7.2.6 e 11.2, todos do edital supracitado.

Brasília-DF, em 28 de março de 1995

**LUIZ ANTONIO DA ANNUNCIAÇÃO - CEL QOPM**
**Diretor de Pessoal**

---

**BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.**
**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**A V I S O**

O BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A., por sua Comissão de Licitação, torna público o Índice Geral da empresa abaixo, apurado conforme critérios de julgamento definidos no Anexo XI do Edital de Concorrência Pública DIRAD/COMAP-94/012:

. PADRÃO iX INFORMÁTICA SIST. ABERTOS LTDA.- (Ig) - 867.

Brasília-DF., 24 de março de 1995.

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO

---

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
AVISO Nº 008/95-DEx/DPe.
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES

A Fundação Educacional do Distrito Federal-FEDF, faz saber aos interessados que, no período de 29 de março a 07 de abril de 1995, das 9h às 12h e das 14h às 16h, estarão abertas as inscrições com vistas à CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES, nos termos da Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993, regulamentada em âmbito local, pelo Decreto nº 15.472, de 01 de março de 1994, e portaria nº 20, de 04/03/94-SEA/GDF, de acordo com o Aviso nº 005/95-DEx/DPe, publicado em 12/03/95, com a seguinte alteração: as inscrições realizar-se-ão para todas as áreas específicas e atividades de ensino especial.

A listagem classificatória será afixada nos locais destinados às inscrições, bem como a relação com o quantitativo de carências para contratação imediata, no dia 11/04/95, às 10 horas.

O candidato deverá comparecer na localidade de seu interesse, na data supramencionada, às 14h30min., quando iniciar-se-á o processo de contratação, de acordo com a ordem de classificação e carências existentes. O professor ausente será considerado desistente da vaga para a qual estiver sendo convocado, passando-se a mesma ao candidato imediatamente posterior.

---

**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL**
**DEx - CPL**
**RESULTADO DE JULGAMENTO**

**Referente: Tomada de Preços nº 012/95 - FEDF.**
**A Fundação Educacional do Distrito Federal através da Comissão Permanente de Licitação , comunica aos interessados na Tomada de Preços em epígrafe, que o resultado de julgamento encontra-se afixado no Quadro de Avisos da CPL, no Edifício Sede da FEDF, SGAN 607 , Projeção "D" - 2º andar. Bsb, 28.03.95.**
**BEATRIZ FERNANDES ALVES BITTAR - Pres./CPL.**

---

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO - DEFER
Brasília- DF

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 002/95

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO
ABERTURA: 31.03.95 às 15:30 min.

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Departamento de Educação Física Esportes e Recreação - DEFER, torna público para efeito de retificação do Convite de Licitação, que o recebimento e abertura de Propostas referente a licitação em epígrafe, dar-se-á às 15:30 min do dia 31.03.95, na sala de licitação do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação - DEFER, Estádio de Futebol Mané Garrincha.

Brasília-27, 27 de março de 1995.

SAMUEL LEANDRO DE SANTANA
Presidente da CPL

( Republicado por haver incorreção no original, publicado no DO/DF, nº. 060, pág. 39 de 27.03.95).

---

**PLANALTO IND. COM.E REPRESENTAÇÕES LTDA**
**RENOVAÇÃO DE LICENÇA**

**Torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC a renovação de sua LICENÇA DE OPERAÇÃO, por 365(TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) dias, para atividade de Beneficiamento e empacotamento de Cereais, no local: STRC/SUL TRECHO 02 CONJUNTO "A" LOTES 1/2 - BRASILIA - DF.**
**(DAR R$ 9,93)**

---

**"RECONHECIMENTO DE DÍVIDA"**

**Com base no Decreto 16.098/94, artigos 80 e 81 e consoante às instruções contidas nos autos, RECONHECEMOS a dívida por Exercícios Anteriores; AUTORIZAMOS a emissão e liquidação de Nota de Empenho, nos valores abaixo especificados, à conta do elemento de despesa 349092.**

**PROCESSO Nº: 001.135/95; Interessado: FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES; Valor: R$ 1.936,42 (um mil, novecentos e trinta e seis reais e quarenta e dois centavos).**

**PROCESSO Nº: 001.136/95; Interessado: CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DF - CEASA; Valor: R$ 2.431,54 (dois mil, quatrocentos e trinta e um reais e cinquenta e quatro centavos).**

**PROCESSO Nº: 001.137/95; Interessado: FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI; Valor: R$ 2.054,91 (dois mil, cinquenta e quatro reais e noventa e um centavos)**

**PROCESSO Nº: 001.138/95; Interessado: MINISTÉRIO DA FAZENDA - SEPLAN/PR; Valor: R$ 1.751,04 (um mil, setecentos e cinquenta e um reais e quatro centavos).**

**PROCESSO Nº: 001.140/95; Interessado: MINISTÉRIO DA FAZENDA - SEPLAN/DF; Valor: R$ 1.168,90 (um mil, cento e sessenta e oito reais e noventa centavos).**

**PROCESSO Nº: 001.141/95; Interessado: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA; Valor: R$ 5.946,36 (cinco mil, novecentos e quarenta e seis reais e trinta e seis centavos).**

**PROCESSO Nº: 001.142/95; Interessado: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL; Valor: R$ 1.976,22 (um mil, novecentos e setenta e seis reais e vinte e dois).**

**Arlécio Alexandre Gazal**
**Ordenador de Despesa**
**Ato Conjunto Presidente/2º Secretário**
**Nº 001 - DCL 11/01/95**

**Eurípedes de Freitas**
**Ordenador de Despesa**
**Ato Conjunto Presidente/2º Secretário**
**Nº 001 - DCL 11/01/95**

---

DORALICE GARCIA DA SILVA
LICENÇA DE OPERAÇÃO
Torna público que recebeu do IEMA/SEMATEC a LICENÇA DE OPERAÇÃO por 365(Trezentos e sessenta e cinco)dias, para a atividade poço artesiano ao local Chácara Boa Vista Reserva "j". Alexandre Gusmão. BRAZLÂNDIA-DF.

(DAR - R$ 8,27)